

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOMÁTICA**

**GEORREFERENCIAMENTO DE ATIVIDADES
ECONÔMICAS MUNICIPAIS: METODOLOGIA DO
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÕES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Gilfredo Castagna

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**GEORREFERENCIAMENTO DE ATIVIDADES
ECONÔMICAS MUNICIPAIS: METODOLOGIA DO
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÕES**

Por

Gilfredo Castagna

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geomática, Área de Concentração em Tecnologia da Geoinformação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geomática.**

Orientador: Prof. Dr. Enio Giotto

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Geomática**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**GEORREFERENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
MUNICIPAIS: METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E
APLICAÇÕES**

elaborada por
Gilfredo Castagna

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geomática

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enio Giotto
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Rudiney Soares Pereira

Prof. Dr. Sérgio Alfredo Massen Prieb

Santa Maria, 28 de fevereiro de 2005.

Castagna, Gilfredo, 1967-

C346g

Georreferenciamento de atividades econômicas municipais : metodologia do desenvolvimento e aplicações / por Gilfredo Castagna ; orientador Enio Giotto – Santa Maria, 2005.

95 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

1. Geomática 2. Georreferenciamento 3. Administração pública municipal 4. Informática I. Giotto, Enio II. Título

CDU: 528.8:352

Ficha Catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes CRB 10-1160
Biblioteca Setorial do CCR - UFSM

© 2005

Todos os direitos autorais reservados a Gilfredo Castagna. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua: Raposo Tavares, 77/302, Medianeira, Santa Maria, RS, 97015-560.
Fone (055) 3217-0028 End. Eletr: gilfredo@ulbrasm.com.br.

Para minha Mãe, que se tranquilize, o trabalho
está pronto.

À família, sempre presente e na lembrança,
que agora pode lê-lo e acreditar.

Aos amigos, aqueles que (tantos !?)
ensombrecem a vista cansada, mas alargam
uma vida apertada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade que a Universidade Federal de Santa Maria, através do Professor (e orientador) Dr. Enio Giotto, do Programa de Pós-Graduação em Geomática do Centro de Ciências Rurais proporcionaram-me, dando mostras inequívocas da importância da universidade pública na formação científica do país.

Aos meus demais professores no mestrado, os Professores Doutores Afrânio Almir Righes, Joaquim A. J. de Almeida, Janis Elisa Ruppenthal, Julio César Farret, Adroaldo Dias Robaina, Pedro Roberto de Azambuja Madruga, Rudiney Soares Pereira, o agradecimento pela paciência com que suportaram minha falta de conhecimento, a eles o mérito das minhas melhoras.

À Prefeitura Municipal de Uruguaiana pelo acesso às informações, autorizadas pelo Prefeito Municipal e, em especial aos fiscais municipais, na consecução dos levantamentos de campo, incansáveis em mais essa tarefa, e aos demais integrantes da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e da Indústria e Comércio, o que possibilitou a continuidade dos levantamentos.

Ao engenheiro agrônomo, Alarico Valls de Moraes e ao amigo Prof. MSc Luiz Felipe Diaz de Carvalho, pela competência mostrada, ajuda e presteza incansáveis e a disposição com que o primeiro trabalhou na fixação de pontos topográficos de apoio em um domingo abrasador da fronteira oeste e, ao segundo, pelo apoio e ajuda no manuseio de imagens e fotos;

Aos colegas da geomática, companheiros por vezes quietos, por vezes tensos, por vezes indignados, por vezes iluminados, sempre presentes e ajudantes na construção deste caminho compartilhado do conhecimento: Ana, Marcelo, Patric, Rogério, Tatiane, e os outros que estão juntos ...

Aos não citados, que são muitos, e, embora suas sombras passem diante dos olhos, não se faz possível ou momentoso citá-los aqui e agora, mas que, na minha pressa, os agradeço, simplesmente, com minhas desculpas antecipadas ...

Estudante sou. Nada mais. Mau sabedor, ... pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado. Nem isso mesmo sei se saberei bem. Mas, do que tenho logrado saber, o melhor devo às manhãs e madrugadas (RUI BARBOSA, Oração aos Moços, p. 43).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Geomática
Universidade Federal de Santa Maria

GEORREFERENCIAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS MUNICIPAIS: METODOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÕES

Autor: Gilfredo Castagna

Orientador: Profº Dr. Enio Giotto

Data e local da defesa: Santa Maria, 28 de fevereiro de 2005.

Com a crescente presença dada aos municípios na gestão de serviços públicos de atendimento à população, notadamente as municipalizações da saúde e da educação fundamental, têm-se produzido tensões de estruturas nesse nível local de governo. A expansão e melhoria desses atendimentos aos usuários acabam por provocar exigências de estruturas cada vez maiores, que geram mais despesas aos municípios. Assim, a receita pública municipal, embora receba novos repasses para fazer frente às municipalizações, tem se revelado insuficiente para arcar com a totalidade dessas expansões. Assim, dentre os tributos de arrecadação própria que os municípios dispõem, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (o ISSQN) pode representar acréscimo suficientes para atender essas expansões da despesa pública. Esse imposto tem seu primeiro fato gerador de arrecadação na inscrição em cadastro próprio de todos os estabelecimentos existentes e sua devida classificação em lista própria para a exigência tributária. Pretende-se mostrar que o uso de geotecnologias pode ser útil para a devida espacialização e fácil localização destes estabelecimentos, cruzando essa informação com aqueles registrados nos bancos de dados tradicionais de controle fiscal da prefeitura. A disponibilização dessas informações no CDS® 2.5 (aplicativo desenvolvido no Laboratório de Geomática da Universidade Federal de Santa Maria para gestão de tributos municipais) pode servir para uma análise transparente dos registros ali já depositados e servir também para controle de áreas onde as presenças simultâneas de determinadas atividades podem causar algum tipo de risco (bebidas e escolas, boates e hospitais, etc.). Assim, o uso de aparelhos GARMIN® 12 XL, equipamento barato e de fácil manuseio, podem servir para o georreferenciamento de estabelecimentos e quaisquer atividades do centro urbano, de forma que a manutenção e atualização dos registros possam ser utilizadas no dia-a-dia da fiscalização e de forma a não onerar significativamente os procedimentos fiscais. Também serve essa manutenção e atualização para analisar o perfil das atividades efetivamente existentes e, assim, visualizar a vocação dos empreendedores locais, mostrada pela tendência de instalação solicitada na Prefeitura. O controle e a melhoria de arrecadação do tributo atende a responsabilidade fiscal que todo o agente político deve procurar equilibrar, assim como o fomento aos empreendimentos e a atenção a empregabilidade local atende a responsabilidade social que o Estado deve procurar melhorar.

Palavras-chaves: Geomática, Georreferenciamento, Administração Pública Municipal.

ABSTRACT

Master's Degree Dissertation
Post Graduation Program in Geomatic
Federal University of Santa Maria

GEOREFERENCE OF MUNICIPAL ECONOMIC ACTIVITIES: METHODOLOGY OF DEVELOPMENT AND APPLICATIONS

Author: Gilfredo Castagna
Professor: Dr. Enio Giotto

Date and place of defense: Santa Maria, February 28th, 2005.

With the increasing presence given to the municipal districts in the administration of public assistance services provided to the population, notably the municipalization of health care and primary education, structure tensions have been produced in this level of govern. The expansion and improvement of these services to users end up causing more and more needs of larger structures, which generate more expenses to the municipal districts. Thus, the municipal public revenue, although it receives new advances to face municipalization, turned out to be insufficient to assume the totality of these expansions. So, among the tax revenue of tributes that the municipal districts dispose, the Tax About Services of Any Nature (ISSQN) can represent enough increase to supply these expansions of the public expense. That tax has its first factor that generates its collection in the registration of an own cadaster of all existing establishments and its classification in a list for the tributary demand. One intends to show that geotechnologies utilization can be useful to the spacialization and easy location of these establishments, checking this information with those registered in the traditional databases of the prefecture fiscal control. The availability of these information in CDs® 2.5 (software developed in the Geomatic Laboratory of Federal University of Santa Maria for the administration of municipal tributes) can provide a transparent analysis of the records that have already been registered as well as to control areas where the simultaneous presences of certain activities may cause some sort of risk (drink and schools, night-clubs and hospitals, etc.). Therefore, the utilization of apparatus GARMIN® 12 XL, a cheap and easily handling equipment, can be useful to the georeference of establishments and any activities of the urban center, so that the maintenance and update of the records can be used in the everyday inspection and without burdening the fiscal procedures significantly. The maintenance and update are also used to analyze the profile of the real existing activities and, therefore, visualize the local entrepreneurs' vocation, which is shown by the installation tendency requested in the Prefecture. The control and improvement of tribute collection respects the fiscal responsibility that every political should try to balance in the same way the fomentation to enterprises and the attention for local empregability supplies the social responsibility that the State should try to improve.

Keywords: Geomatic, Georreferency, Local Public Administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mosaico aerofotográfico da área urbana de Uruguaiana, RS	47
Figura 02 – Localização espacial de estabelecimentos nas quadras amostra	49
Figura 03 – Localização espacial de padarias em parte do espaço urbano de Uruguaiana, RS	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Grupos de Atividades Econômicas em Uruguaiana, RS	42
Tabela 02 – Principais categorias econômicas em Uruguaiana, RS	45
Tabela 03 – Atividades econômicas de padaria e similares em Uruguaiana, RS	46
Tabela 04 – Atividades por Quadra e Padaria	48

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Tabela 01 - Alvará	59
ANEXO II – Tabela 02 - Atividades	60
ANEXO III – Tabela 03 – BIC_ISSQN	61
ANEXO IV – Tabela 04 - Grupos	63
ANEXO V – Arquivo de pontos coletados em modo Waypoint®	64
ANEXO VI – Arquivo de pontos calculados em tabela EXCEL®.....	65
ANEXO VII – Resultados calculados dos pontos extremos da área de quadras em estudo, por georreferenciamento topográfico	67
ANEXO VIII – Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade	69
ANEXO IX – Atividades econômicas na quadra 54 de Uruguaiana, RS	79
ANEXO X – Atividades econômicas na quadra 55 de Uruguaiana, RS	82
ANEXO XI – Atividades econômicas na quadra 56 de Uruguaiana, RS	83
ANEXO XII – Atividades econômicas na quadra 63 de Uruguaiana, RS	84
ANEXO XIII – Atividades econômicas na quadra 64 de Uruguaiana, RS	86
ANEXO XIV – Atividades econômicas na quadra 65 de Uruguaiana, RS	88
ANEXO XV – Atividades econômicas na quadra 73 de Uruguaiana, RS	90
ANEXO XVI – Atividades econômicas na quadra 74 de Uruguaiana, RS	92

ANEXO XVII – Atividades econômicas na quadra 75 de Uruguaiana, RS	94
ANEXO XVIII – Atividades econômicas caracterizadas como padarias em qualquer ponto da cidade de Uruguaiana, RS	95

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ANEXOS	x
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	04
2.1 Tributação municipal	04
2.2 Emprego de geotecnologias em gestão urbana	16
2.2.1 Banco de dados espaciais (geográficos)	27
3 MÉTODOS E TÉCNICAS	29
3.1 Material	29
3.2 Descrição da área de estudo: Uruguaiana, RS	29
3.2.1 Histórico do Município	30
3.2.2 Quadras da amostra	34
3.3 Banco de dados de atividades econômicas	35
3.3.1 Tabela de alvará	36
3.3.2 Tabela de atividades	36
3.3.3 Tabela de BIC_ISSQN	36
3.3.4 Tabela de grupos	37
3.3.5 Outras tabelas	37
3.4 Mapeamento digital da área urbana de Uruguaiana, RS	38
3.5 Georreferenciamento das atividades	38
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	40
4.1 Perfil das atividades econômicas do Município de Uruguaiana, RS	40
4.1.1 Distribuição das atividades econômicas por grupo econômico	41
4.1.2 Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade	44
4.1.3 Distribuição das atividades econômicas de padaria e similares	46
4.2 Mosaico aerofotográfico	46
4.3 Georreferenciamento de atividades econômicas	47
5 CONCLUSÕES	50
6 REFERÊNCIAS	54

ANEXOS58

1 INTRODUÇÃO

As mudanças nas administrações públicas municipais tiveram novo impulso a partir da Constituição Federal de 1988, que ampliou sobremaneira a autonomia dos municípios (considerando-os entes da federação em igualdade com a União, os Estados e o Distrito Federal) e lhes remeteu maiores responsabilidades na gestão de diversos serviços de utilidade pública, antes de sua promulgação, bastante centrados nas esferas federal e estadual.

Como o objetivo primordial dessa descentralização era aproximar o nível decisório dos reclames dos usuários para melhor ouvir essas necessidades da população e para um atendimento mais localmente eficiente das mesmas, acabou por se tornar uma exigência de melhores estruturas e procedimentos do serviço público municipal, inclusive de gestão de áreas não existentes até então nos municípios.

Assim ficaram os municípios, em especial seus dirigentes, os prefeitos, numa situação delicada: com a população (sua “vizinha” na cidade que administra) a lhe cobrar respostas concretas para ações de atendimento a demandas de serviços públicos e, de outro lado, a insuficiência de recursos para implantá-las.

Paralelamente a isto, as alterações sociais e tecnológicas aconteceram com velocidade crescente, e o “espaço” do planejamento já não mais permite que as ações urbanas sejam determinadas a cada dez ou vinte anos. Assim, essas ações deverão mostrar-se ágeis o suficiente para acompanhar as transformações da sociedade.

Em decorrência da aproximação dos níveis de decisão com a população usuária local, passou a haver maior exigência de uma gestão mais eficaz dos recursos públicos, ao tempo em que houve necessidade de mais volume de atendimento de serviços públicos básicos (saúde, educação, água, habitação, infraestrutura, etc.).

As ações dos chefes de executivo municipais começaram a ser questionadas, principalmente quanto a distorções na cobrança de tributos locais (caso muito típico quando de alguma majoração para atender, com aumento de receita, e, complementarmente, os aumentos da estrutura de atendimento do serviço público local).

Dentre tais questionamentos e reclamações em muito sobressaiu o Imposto Predial, imposto direto sobre o patrimônio urbano, que atinge toda a população residente, primeira a sentir os impactos da necessidade de maior arrecadação dos governos locais. Entretanto, ainda que bem mais discretamente, também passou a ser cada vez mais exigido o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que é o imposto sobre venda a varejo de atividades econômicas gerais de prestação de serviços e que atinge os profissionais e empresas locais, isto é, especialmente do centro urbano e incide sobre uma massa de pagamentos de toda a ordem, presente cada vez mais no dia-a-dia deste mesmo centro urbano, usuário crescente dos prestadores de serviços (parece ser o caso dos serviços terceirizados, incorporados no cotidiano das empresas e condomínios hoje em dia).

Assim, com a economia cada vez mais crescendo centrada sobre o setor terciário (compreendido basicamente pelo comércio e, principalmente, pela prestação de serviços), a arrecadação deste tributo costuma sobressair quando observamos os municípios que constroem e lhe dedicam estrutura e ação de arrecadação, notadamente os municípios considerados grandes, onde há maior população e renda, usuários primeiros de serviços especializados.

Entretanto, há todo um foco de discussão (gerado em boa medida pela mídia todos os anos) nos impostos sobre patrimônio, notadamente o Imposto Predial, e parece ficar o Imposto Sobre Serviços um pouco relegado a um segundo plano. Nos centros urbanos de alguma consistência, onde haja alguma tendência ao estabelecimento de prestadores de serviços, certamente é um tributo de boa resposta de arrecadação aos cofres municipais.

Se assim é, por que não há maior preocupação em melhorar seu controle e gestão? Como é que, junto às demais atividades dos municípios, melhorar e modernizar suas ações são sempre a ordem do dia e nunca vemos evoluir de fato a gestão dessa área?

O controle desse tributo é considerado trabalhoso: o contribuinte, ao contrário dos imóveis do centro urbano, muda-se de local e pode ficar opaco às tentativas de localização. Pode sobrepor-se no espaço: mais de um no mesmo local. Pode desaparecer, morrer, fugir, enfim, tem uma volatilidade que o imóvel não possui. Parece ser mais fácil dedicar o controle aos prédios e terrenos do que procurar esse contribuinte fugidio.

Parece ser, também, mais rendoso à arrecadação, essa dedicação ao imposto predial: ter de cobrar costureiras ou oficinas mecânicas pode render menos recursos do que dedicar tempo aos funcionários para melhorar o cadastro imobiliário.

Para trabalhar apenas um aspecto do controle: a localização fácil e barata dos contribuintes de atividades econômicas em geral, dos estabelecimentos de exploração econômica mais expressiva, em especial, propor melhorias na gestão de sua classificação cadastral e ajudar na melhor gestão da arrecadação dos prestadores de serviços locais, dedicamos atenção principal e importância a este trabalho de dissertação.

Assim, deixa-se clara a intenção de estudar a viabilidade de utilização de geotecnologias na localização, controle e gestão de atividades econômicas num centro urbano, para que possam utilizar-se dela, as prefeituras de médio e pequeno porte, dentro de pequenas melhorias em seus procedimentos de fiscalização tributária, inclusive para, no uso de seu cadastro de atividades econômicas, melhor mapear sua distribuição no espaço local, seu perfil de composição e seu potencial de planejamento.

Desta forma o objetivo deste trabalho é analisar o perfil das atividades econômicas do Município de Uruguaiana, RS e desenvolver uma metodologia de aplicação de técnicas de geoprocessamento na sua espacialização bem como:

- Analisar a distribuição das atividades por grupo e por natureza do cadastro de atividades econômicas de Uruguaiana, RS;
- Analisar a distribuição espacial de uma atividade específica no contexto do espaço urbano de Uruguaiana, RS;
- Georreferenciar todas as atividades econômicas de uma área de estudo em Uruguaiana, RS.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Tributação municipal

O espaço político em que é delineado e implementado o fato de administração pública local, em nosso país, o chamado município, é originário das antigas tradições portuguesas, herdeira, por sua vez, das tradições imperiais romanas. A ocupação do território brasileiro foi obra do Estado Português, instituindo as capitânias hereditárias, as vilas e sua ordenação jurídica.

Segundo Prediger (2003) a estrutura municipal era fundada nos “*Concelhos dos homens bons*”, transformados em Câmaras e gozava, no início da colonização, de invejável autonomia administrativa para os “negócios locais”, em boa medida devido à distância da metrópole. Os homens bons eram os que tinham direito a voto, pessoas que se caracterizavam pela linhagem, pelas posses e pela participação na burocracia civil e militar. O resto do povo não votava.

Por volta de meados do século XVII, ainda segundo Prediger (2003), mudou essa política: os interesses portugueses em diminuir a autonomia das colônias levaram a um processo de centralização do poder na Coroa portuguesa através do “direcionamento da economia da colônia a uma absoluta dependência dos desejos e necessidades da metrópole”; esse processo de esvaziamento dos poderes locais se revelaria demorado e seria mantido mesmo após a Independência, embora a Constituição do Império assegurasse a relativa autonomia dos governos locais, que garantiram apoio à nova ordem.

Diz Prediger (2003) que a centralização administrativa, principalmente no final do período colonial e a centralização política exercida pelos governos imperiais, submeteram o município a um regime de tutela legal e política, definida pelo comando político-militar, ora pelos capitães-gerais das capitânias, ora pelos governadores-gerais, ora pelos vice-reis, todos indicados e com ligações estreitas com a elite da corte (no período colonial) e ora pelos “coronéis” da guarda nacional (no período imperial).

Também, segundo Prediger (2003), a partir de 1828, o governo central começa a cercear as atribuições das Câmaras, retirando jurisdição em favor do Império, fortalecendo os governos intermediários (as Províncias e seus Presidentes)

chegando, em 1840, a limitar a *faculdade de criar e suprimir cargos municipais* àquelas .

Na ordem republicana, pós-1889, remeteu-se aos Estados a tarefa de legislar sobre os Municípios, e, embora suas idéias generalizadas de descentralização, surgiram várias interpretações nos vários estados da Federação, chegando a estabelecer controles que nada mantinham das antigas autonomias do início da colonização.

(...) se o federalismo têm como princípio básico a descentralização, política e administrativa, seria perfeitamente lógico estender a descentralização à esfera municipal. Contudo, ainda que de início tenham as constituições estaduais contemplado largamente a autonomia municipal, foram mais tarde sendo reformadas de modo a reduzi-la, sem com isso, necessariamente, afrontar a Constituição da República, cujas disposições eram imprecisas. Em alguns Estados a concentração de poder passou a ser tal, que as constituições estabeleciam um sistema de fiscalização da administração e das finanças, e, ainda, não se limitavam a um controle da legalidade sobre os atos municipais, fazendo, também, o controle da oportunidade e da conveniência (PREDIGER, 2003, p. 162).

Já na Revolução de 30, com seu combate ao “estadualismo” da política da República Velha, tem, o Município, aumento no seu grau de autonomia, garantindo a eletividade dos vereadores e do prefeito, administração de seus impostos e taxas e organização dos serviços públicos locais.

Na ditadura do Estado Novo, perderam, os Municípios, a eletividade dos prefeitos, agora nomeados pelos governadores, também nomeados, estes pelo governo central, transformando o país em “autarquias territoriais, obedientes à estrutura hierárquica do governo” (CASTRO *apud* PREDIGER, 2003, p. 165) que centralizava e tutelava todos os atos da vida nacional.

A redemocratização de 1946, e a Constituição que dela derivou, assegurou aos Municípios a volta da eletividade de seus prefeitos e vereadores, a autonomia de tributação (garantida por participação em tributos federais e estaduais), embora permitisse a nomeação de prefeitos de capitais e, junto com os estados, ficasse dependente do governo central para ações de maior porte, principalmente para aportes financeiros .

A Constituição de 1967, em pleno Regime Militar, aumentou o poder centralizador do Governo da União, retirando a eletividade de prefeitos de Municípios de fronteira, daqueles considerados unilateralmente pelo governo central como de segurança nacional, das capitais dos estados e das estâncias

hidrominerais; reduziu também sua capacidade econômica (praticamente restringindo somente ao IPTU e ao ISS a autonomia de tributar) e, com isso, na prática, retirou sua capacidade administrativa, pois "...a questão da autonomia municipal está ligada, diretamente, à presença de meios, de recursos financeiros para a organização dos serviços locais..." (OLIVEIRA *apud* PREDIGER, 2003, p. 167).

Com a Constituição de 1988, o Município surge como ente federado com a União e os Estados, dando autonomia para cada um criar livremente sua própria Lei Orgânica. Garantiu ação legislativa supletiva às legislações federal e estaduais, atribuiu competências, assegurou maior renda tributária e instituiu a fiscalização de contas no nível municipal.

Em matéria de tributos, existe toda uma gama de disposições, que a princípio garantiram ao município fontes de receita muito importantes, seja em decorrência da capacidade de impor tributos a si atribuídos, seja pelo que lhe coube em termos de repartição de receitas tributárias. Relativamente à competência tributária municipal, foram assegurados, inicialmente, o IPTU e o ISS, que já anteriormente lhe cabiam (PREDIGER, 2003, p. 169).

Assim, consolidou aos municípios duas principais frentes de arrecadação: um imposto sobre a propriedade (o IPTU) e outro sobre o faturamento de venda de serviços (o ISSQN), ambos incidentes, em sua quase totalidade, somente sobre o centro urbano, ainda que pese o interior dos municípios pagar o imposto sobre propriedade rural, sendo este é dividido com a esfera federal na razão de sua metade, e haver recebido o de transmissão de propriedade urbana. Segundo Rezende (2001, p. 359):

(...) a tradição latina é a de um baixo índice de cobrança de impostos sobre a propriedade. Esse fenômeno tem raízes culturais, e só será revertido à medida que for extinto o incentivo que a ampliação de partilhas e transferências concede a sua preservação. Convém admitir que o ato de tributar a propriedade é o politicamente mais oneroso, mas que a administração desse tributo em regimes inflacionários instáveis torna-se complexa.

Assim, quando os Municípios passaram a ter exigências de aumento nas estruturas de atendimento de serviços públicos demandados pela população, e precisaram responder a isso com aumentos de tributos, os primeiros aumentos foram incidentes nos impostos sobre propriedade urbana. A polêmica foi grande e imediata, a população contribuinte desse imposto não via o retorno do pagamento

majorado do tributo, incidente principalmente no centro das cidades, em confronto com o aumento de atendimento de serviços de utilidade pública, normalmente nas periferias. A partir daí esgota-se a capacidade orçamentária dos municípios, segundo Hausmann & Stein (1998, p. 23) “Un marco adecuado para las finanzas municipales no solo debe asegurar que existen recursos para financiar servicios públicos locales; los servicios que se proveen deben ser aquellos que la población demanda”.

Ainda, diz Pfeiffer (2000, p. 5), “o resultado foi que a transferência de responsabilidades não foi acompanhada por uma preparação e um fortalecimento dos municípios, para que estes tivessem condições reais de assumir os seus novos compromissos.”

Aliás, periferias essas que já não pagavam tais tributos com relevância para os cofres municipais, via de regra, pelo fato de não terem sua situação regularizada legalmente, ou por não serem proprietárias, ou por estar presente, cada vez mais, o fenômeno das ocupações ou invasões de áreas, ou pelo fato de os valores tributados nessas áreas serem tão baixos que não interessava aos fiscos municipais seu controle de execução judicial em caso de não pagamento.

Se levarmos ainda em consideração que a política econômica desde 1998 produziu inflação mais baixa, mas elevados índices de desemprego, as demandas sociais, como nas áreas de saúde e educação, cresceram substancialmente, ao passo que as fontes de financiamento municipais não se elevaram na mesma proporção (JAYME JÚNIOR, [2004], p. 20).

Nos municípios grandes, normalmente capitais dos Estados, notou-se um espaço de arrecadação entre os prestadores de serviços. A terceirização, cada vez mais presente em todas as áreas de produção e, até mesmo, no uso doméstico cotidiano, bem como pelos condomínios residenciais modernos, começou a se sentir presente por tais cidades (as grandes metrópoles nacionais ou regionais) que, com isso, aplicaram estruturas e pessoal qualificado para os controles e fiscalização desse tributo. Aí, esses municípios procuraram estruturar-se para melhor arrecadar iniciando as primeiras implantações de geotecnologias e gerenciamento em bancos de dados espaciais. Viu-se crescer a participação desse tributo na composição da receita municipal, em razão muito maior do que sobre a propriedade.

No Rio Grande do Sul, segundo Pereira (2002, p. 19) notou-se, entre os anos de 1989 e 1998, sobre a arrecadação total do ISS:

(...) que a capital e os municípios regionais representaram, em média - durante o período de 1989/98 - 81,5% da arrecadação do ISS, em relação ao total do imposto arrecadado no Estado, enquanto os restantes 18,5% dos recursos foram gerados nos mais de 400 municípios, com menos de 120.000 habitantes. Isso prova que, em tais municipalidades, não há preocupação com o imposto sobre serviços, tanto a nível de sistemática de cadastramento, de aperfeiçoamento da fiscalização, quanto da criação e ampliação do quadro de fiscais e melhoria de procedimentos administrativos.

Assim, esse espaço de arrecadação, embora pareça já bem explorado em municípios de porte médio e grande, que disponibilizaram estruturas caras e pessoal devidamente capacitado para fazer frente aos controles e gestão tributária dos estabelecimentos, ele ainda apresenta necessidades de melhorias quanto à gestão tributária sempre atualizada e, em caso de municípios pequenos, bastante necessidade de métodos fiscais simples, acessíveis e baratos para ampliar seu controle sobre a arrecadação do tributo, ao tempo que possibilite seu aumento na participação da receita municipal.

Além disso, o desenvolvimento de aparatos que melhorem a arrecadação não interessa somente aos próprios municípios: o governo central que é, em última instância, a quem cabe conduzir as finanças do país como um todo, acompanha o quadro financeiro dos municípios com atenção, sempre do ponto de vista macroeconômico. A repercussão que qualquer desajuste entre receita e despesas causa na construção do déficit público agregado do país pode trazer resultados danosos à política econômica como um todo.

Junto a isso somou-se a grande instalação de novos municípios, a maioria sem condições de administrar sua estrutura existente para tributar, alguns até sem estrutura suficiente para tributar, de forma significativa, em função do tamanho, por vezes bastante diminuto.

Em trabalho desenvolvido em 2002 pela Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES, a partir de uma amostra com 1404 municípios, verificou-se que a receita tributária própria representou uma parcela maior da receita disponível apenas nas cidades mais populosas. Desta forma, dois problemas graves são gerados no mecanismo de transferências intergovernamentais: cria-se um desincentivo ao esforço próprio de arrecadação por parte dos municípios de pequeno porte, pois os critérios do repasse de recursos não consideram o desempenho tributário como fator preponderante no montante a ser descentralizado. Em segundo lugar, como essas regras privilegiam municípios menores, incentiva-se a criação de novos municípios que já nascem com sua fonte básica de receitas assegurada (JAYME JÚNIOR, [2004], p. 22).

Mesmo assim, entre aqueles que se dedicaram a trabalhar o incremento de sua receita, ao par da impopularidade que isso sempre a acompanha, notou-se uma maior tendência de resposta, em valores arrecadados, no ISS, que pôde ser transformado em mais ações de benefícios à população residente bem como às populações vizinhas, cada vez mais usuárias das estruturas das cidades centrais, notadamente em saúde pública. Sobre esse imposto mais especificamente, começou-se a observar que, nos locais onde se intensificou sua cobrança e melhorou-se sua gestão, a arrecadação deixou de ser periférica, tornando-se principal nos municípios de porte maior, que são os que arrecadam mais no conjunto de todos os tributos. Assim, no ano de 2001:

A receita de impostos municipais – formada pelo ISS, IPTU e ITBI – totalizou R\$ 13,6 bilhões ou 1,15% do PIB. O ISS, o IPTU e o ITBI, respectivamente, responderam por 50,8%, 40,6% e 8,6% da arrecadação municipal. A arrecadação dos impostos municipais é concentrada nas maiores cidades, sendo que as prefeituras com mais de 50 mil habitantes foram responsáveis por 91% da coleta destes impostos (JAYME JÚNIOR. [2004], p. 29).

É importante salientar a importância dada pelos órgãos multilaterais internacionais à qualidade de toda a ação fiscal sobre o contribuinte, principalmente na ação de arrecadação local, feita pelo município sobre o cidadão que lhe é bem próximo. Ainda que, tanto o município, quanto o contribuinte sejam de pequeno porte, deve, aquele, ainda, procurar deixar o mais transparente possível essa necessidade de arrecadação e a contrapartida oferecida, num esforço que é novo, porém de resultados considerados seguros a longo prazo. A visão para tal esforço das administrações públicas é que o:

Reforço do vínculo de co-responsabilidade entre o Estado e o cidadão-contribuinte, no plano das relações do poder público local com as comunidades. A “municipalização” do contribuinte, no sentido de uma apropriação maior de sua capacidade contributiva pelo município, é uma forma mais efetiva de controle da sociedade sobre o gasto público e uma alternativa eficaz para o combate aos vícios e aos descaminhos favorecidos por uma indevida centralização dos recursos fiscais – principalmente os destinados à cobertura de programas sociais (REZENDE, 2001, p. 362).

Também faz sentido todo esse esforço na busca de espaço para o crescimento da receita pública municipal na área de serviços porque seus resultados, a se aceitar os dados agregados nacionais como bons medidores do potencial dessa tarefa de incremento esperado para esse setor da economia, com

certeza apontam que há o que se procurar para expandir, nessa área, a arrecadação municipal, pois:

(...) a receita disponível municipal correspondeu, no ano de 2001, a 78,4% da RCL totalizando R\$ 65,8 bilhões. ... os recursos tributários próprios apresentam uma baixa participação na receita disponível (26,5%). Esta baixa participação pode demonstrar uma relação positiva na medida que representar um potencial tributário não explorado plenamente, pois aumenta a capacidade de ajustar os recursos às despesas através do incremento da arrecadação (JAYME JÚNIOR, [2004], p. 31).

Entretanto, se os municípios continuarem a repetir as ações, procedimentos, estruturas, métodos, tecnologias, enfim, todo o aparato de arrecadação até hoje usado e, em maior ou menor grau, copiado e repetido entre eles (o que dá a dimensão da padronização das ações fiscais locais), possivelmente tais espaços de arrecadação ficarão inexplorados.

A montagem de estruturas atuais, com procedimentos fiscais relacionados e integrados, com planejamento e estudo de longo prazo, com conhecimento e ações que dêem uma visão de todo das atividades econômicas do município, dentre essas àquelas que contribuem para o imposto pretendido, dentre essas àquelas que são as maiores arrecadadoras, com acompanhamento mais próximo e atendimento diferenciado, não são novidades nos municípios grandes (notadamente as capitais de Estados da União Federal).

Mesmo assim, ao lado de que uma base de arrecadação em tais municípios ser bem maior e mais concentrada do que em municípios menores, é muito trabalhoso e complexo conhecer e relacionar-se com essa clientela que é extremamente diversificada em tamanho, área de atuação, tipo de atividade, grau de envolvimento tecnológico, potencial de faturamento (esse, também, indicativo de arrecadação) e, acima de tudo, intrincadamente distribuída no espaço municipal (principalmente no núcleo urbano). Aliás, sua dispersão dentro do centro urbano, ou entre centros urbanos diferentes e próximos, faz com que haja facilidade deste contribuinte realocar-se conforme seu interesse, ora para aproveitar estruturas (inclusive de alíquotas) mais proveitosas em municípios bem próximos, ora para evadir-se simplesmente do tributo.

Consoante tal orientação, investir na modernização das administrações tributárias municipais é um caminho para que não apenas seja aumentada a receita fiscal nacional e a capacidade de autofinanciamento dessa esfera, como também para se melhorar a qualidade do sistema tributário brasileiro. Isto porque, aqui, os tributos municipais têm um forte componente de justiça

e equidade: por incidirem sobre o patrimônio ou sua transmissão, no caso do IPTU e do ITBI, e pela estreita vinculação entre benefícios e recursos, no caso das taxas, sem contar que os serviços, sujeitos ao ISS, tendem a pesar proporcionalmente mais na cesta de consumo das camadas mais ricas do que das mais pobres da população.

Por certo, é muito mais fácil taxar a movimentação financeira de poucas centenas de bancos, ou aplicar imposto de renda e contribuição previdenciária aos assalariados determinando aos seus empregadores que os descontem (na fonte) dos salários, do que aplicar imposto sobre milhões de prestadores de serviços - de domésticos e manicures até oficinas mecânicas e profissionais liberais, cuja grande maioria sequer emite notas fiscais. Também é muito mais fácil fiscalizar ICMS, IPI e IRPJ, quando suas receitas são extremamente concentradas em um diminuto número de megacontribuintes de pouquíssimos setores-chave da economia (instituições financeiras, combustíveis, comunicações, energia, fumo, bebidas, veículos etc.), do que lançar impostos pulverizados, alcançando todas as propriedades urbanas, usuários de serviços públicos ou prestadores de serviços privados.

Do mesmo modo, no caso dos projetos de investimentos na modernização fiscal, à parte as dimensões territoriais, quiçá seja bem menos complexo e custoso investir na melhoria da administração do ICMS do que em tributos locais. Estes exigem a montagem de imensos cadastros e, pior, necessitam de manutenção e atualização, lançamento de um número infindável de carnês e acompanhamento do mercado imobiliário e de inúmeras atividades de serviços (AFONSO, 2002, p. 13-14).

Sem dúvida, a administração desse tributo exige mais dedicação e estrutura do que os impostos dos Estados e da União Federal; essa situação, já um tanto acomodada pelo tempo que os municípios se dedicam a esses tributos, pelo menos para aqueles que efetivamente se dedicaram, faz com que já exista uma certa “inteligência fiscal” que direcione os esforços locais, por vezes escassos, para que o aproveitamento máximo de sua capacidade de pessoal e tecnológica se transforme em recursos para aplicação em serviços públicos, principalmente em novos recursos.

Diz Pedrozo (2001, p.55), ainda sobre a modernização de procedimentos em prefeituras que:

Assim, o serviço público, para que possa atender sua finalidade, deve utilizar-se da melhor forma possível de seus meios de atuação, mantendo-se atualizado, progressivo, evitando o arcaísmo da organização e o obsolescimento dos métodos. Deve também ser prestado com regularidade e possibilitar a liberdade de acesso à prestação do serviço e garantia de igualdade de tratamento aos usuários.

Mas como a maioria dos municípios tem uma estrutura, inclusive de composição administrativa por vezes ultrapassada, a falta de condições locais de um ambiente tecnológico, onde a informação possa ser codificada, consolidada, analisada e, por fim, transformar-se em políticas públicas de arrecadação menos

impactantes e, junto com isso, mais relevantes para a receita municipal, pode parecer um sonho distante.

A existência dessa tecnologia poderia disseminar-se entre os técnicos fazendários locais de forma a acontecerem seus efeitos de majoração de arrecadação. Pode ser mais simples do que se imagina para melhorar a atuação junto a esses contribuintes: vai desde a qualificação e treinamento para o atendimento ágil e profissional na recepção (quer do contribuinte, quer de suas informações fiscais), passa pela existência de local e equipamentos que armazenem e acessem a informação com maior agilidade e na construção de programas que ajudem no diagnóstico e planejamento de ações fiscais e direcionem a legislação para potencializar a arrecadação.

No que se refere à cobrança do ISS, um dos principais problemas a ser enfrentado é, certamente, o da escassez de auditores fiscais qualificados, situação que, somada a um cadastro mobiliário pouco representativo e à inexistência de ferramentas computacionais de suporte ao trabalho, inviabiliza o enfrentamento da evasão fiscal e a atualização cadastral. É interessante que muitas administrações fazendárias investem cada vez mais na organização de sistemas de inteligência fiscal, visando levantar e acompanhar indicadores econômicos sobre o desempenho do setor de serviços para cotejar com a evolução e o montante de ISS arrecadado por atividade.

A inexistência de suporte de sistemas informatizados específicos para a área de fiscalização torna morosa a obtenção de informações analíticas e operacionais e inviabiliza sua agregação e consolidação para subsidiar planos e estratégias de fiscalização (AFONSO, 2002, p. 25-26).

O preparo dos técnicos da área deve ser cada vez mais inusitado: tem acontecido que a busca pelo espaço de arrecadação tem feito os municípios disputarem esses contribuintes de uma forma inusitada: o oferecimento de alíquotas mais baixas em determinados municípios, principalmente integrantes de regiões metropolitanas, para que a sede das empresas “migrem” para lá, alguns oferecem, inclusive, “sedes” para o endereço das empresas de serviços se localizarem. Em determinado município, segundo reportagem do jornal “Folha de São Paulo” (Peixoto & Guimarães, 2004), 67% das empresas pesquisadas “funcionam” dentro do prédio da própria Prefeitura.

A corrosão da arrecadação, observada do ponto de vista macroeconômico (ou agregado) com esse tipo de procedimento é evidente. O desgaste da perda de receita é repassado aos municípios maiores, que continuam mantendo as estruturas de saúde (sobrecarregadas pela “ambulancioterapia”), educação, etc. – pois é lá que

vive a família do proprietário e dos empregados da empresa prestadora de serviços. Essas benesses e suas distorções foram detectadas, segundo Peixoto & Guimarães (2004, p. B17), quando os municípios que fizeram tais “políticas de atração de investimentos” foram apontados como os “campeões na atração de empresas” entre os anos de 1997 a 2002, com crescimento de 285% até 1735% no período.

É preciso, agora, partirmos para análise específica deste tributo, é bom ressaltar sua construção legal, ao longo do tempo. Segundo OLIVEIRA (1991), a criação específica desse imposto ocorreu na reforma tributária de 1966, que readequou o sistema tributário à nova realidade de um país que começava a industrialização. Extinguiu tributos que tiveram origem ainda no período colonial (como, por exemplo, o imposto do selo) e criou novos tributos incidentes sobre bases de arrecadação novas no cenário econômico brasileiro.

O ISS foi pensado para substituir:

... parte do que era o campo de incidência do imposto sobre indústrias e profissões (IIP). Excluídas as empresas industriais e comerciais, os bancos, as companhias de seguro e as sociedades de financiamento, crédito e investimento, todas as outras atividades, que vinham sendo gravadas pelo imposto sobre indústrias e profissões, permaneceram na esfera da competência municipal, incluindo-se as referentes a diversões públicas. OLIVEIRA, 1991, p. 54.

...

Com as finanças dos municípios desestruturadas à medida que a reforma extinguiu vários tributos (imposto sobre licença, indústrias e profissões etc.) e criou outros com campo de incidência mais estreito (ISS, por exemplo), a Emenda nº 18 outorgara aos municípios a cobrança do imposto sobre a circulação de mercadorias, limitando a alíquota a 30% da estabelecida pelo estado. Este dispositivo foi, entretanto, revogado pelo Ato Complementar nº 31, de 28 de dezembro de 1966, determinando, em contrapartida, que do produto do ICM, 80% constituiriam receita dos estados e 20% dos municípios, o que foi ratificado pela Constituição de 1967. OLIVEIRA, 1991, p. 86.

Assim, ficam os municípios com dois tributos específicos: o imposto sobre a propriedade territorial urbana e o imposto sobre serviços de qualquer natureza. Entretanto os mecanismos de transferência de tributos (criou-se categoricamente os Fundos de Participação de Estados e Municípios), ainda que previstos desde a Constituição de 1946, foram realmente implantados e cumpridos. Esses recursos, por vezes com destinação específica, vieram a sustentar os municípios e, em alguns casos, a ser responsável por toda a receita municipal.

A construção desse tributo, do ponto de vista legal, foi consolidada para o uso e desempenho atual pelos municípios, na redemocratização, com a Constituição de

1988. Definido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 156, o qual diz em seu texto que: “Compete aos Municípios instituir impostos sobre: III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.”

Essa outorga em cobrar de contribuintes prestadores de serviços um percentual referente ao preço desse serviço segue, segundo Borges (2003, p. 100), hipóteses legais de incidência, dentre as quais define critérios que o norteiam; entre eles o “critério espacial: local onde se situa o estabelecimento prestador do serviço ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador – foge à regra a hipótese de prestação de serviço de construção civil, cuja coordenada de espaço consiste no lugar onde a atividade se desenvolve”.

Ainda, segundo Borges (2003, p. 100), a Constituição não instituiu tributos, ela outorgou competência para criá-los, o que deve ser feito pelo município em lei local. Ainda, o ISS, conforme o inciso III do Artigo 156, incidirá sobre serviços *definidos em lei complementar*. A lei municipal que institui o imposto deve ficar adstrita a uma *lista de serviços que indica, fixa e estabelece quais os serviços que podem ser arrolados nas leis locais*.

Contudo, cumpre-nos enfatizar que o legislador do Poder Tributante do Município, ao arrolar, em lista inserida ou anexa à lei criadora do ISS, os serviços gravados por este imposto, deve proceder em perfeita harmonia com a lei complementar pertinente, inclusive nela respaldando para selecionar os serviços abrangidos pelo imposto (BORGES, 2003, p. 107).

A razão de tal lista, segundo Melo (2003, p. 52),

(...) teria por escopo explicitar os serviços a fim de evitar eventuais conflitos de competência em razão de materialidades assemelhadas, afetas à União, Estados e Distrito Federal. É o caso das operações de arrendamento mercantil, compreendendo negócios financeiros, materiais, e serviços (ISS); os materiais vendidos e utilizados em obras de construção civil; as refeições fornecidas para pacientes ou terceiros em hospitais etc.

Assim, cumpridas essas exigências, pode o tributo sobre serviços ser exigido ao contribuinte.

A verificação, numa prestação de serviços, dos mencionados critérios integrantes da hipótese legal de incidência do ISS possibilita a instauração de um elo jurídico-tributário, em cujo pólo positivo situa-se o Município e, no pólo negativo, a empresa ou o profissional que efetuar o serviço. Em face do referido elo, o Município fica abrigado do direito subjetivo público de exigir do prestador de serviço uma parcela da quantia recebida por este, tendo em vista a prestação, a terceiro, de uma utilidade material ou imaterial. Tal

parcela (ISS) corresponderá a um montante equivalente à aplicação de um percentual sobre o preço do serviço efetuado (...) (BORGES, 2003, p.100) .

No Código Tributário Municipal de Uruguaiana, definido na Lei Municipal nº 2413/93 (com algumas alterações em leis municipais posteriores), o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é, basicamente, previsto no capítulo II, nas seções de I a IV, abrangendo do artigo 28 até o artigo 49, além do Anexo I (que fixa a lista de serviços abrangidos pela referida lei e a classificação para pagamento do tributo) e do Anexo IV, (que trata da taxa de licença de localização, de estabelecimentos e ambulantes, referida nos artigos 68 e 69).

A referida lei, em sumário, diz:

Art. 28 - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é devido pela pessoa física ou jurídica prestadora de serviços, com ou sem estabelecimento fixo.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço, nos termos da legislação federal pertinente, aquele constante do Anexo I, com os percentuais de cobrança respectivos.

...

Art. 32- Considera-se local de prestação de serviço:

I - o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II - No caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

...

Art. 37 - Estão sujeitas a inscrição obrigatória no Cadastro do ISS as pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no art. 28 e Anexo I, ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto.

Parágrafo Único: A inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal antes do início da atividade.

Art. 38 - Far-se-á a inscrição de ofício quando forem cumpridas as disposições contidas no artigo anterior.

...

Art. 40 - Sempre que alterar o nome, firma, razão ou denominação social, o responsável pelo estabelecimento, a localização ou, ainda, a natureza da atividade e quando esta acarretar enquadramento em alíquotas distintas, deverá ser feita a devida comunicação à Fazenda Municipal, dentro do prazo de trinta (30) dias.

Parágrafo Único: O não cumprimento do disposto neste artigo determinará a alteração de ofício.

Art. 41 - A cessação da atividade será comunicada no prazo de trinta (30) dias, através de requerimento, sob pena de multa prevista no art. 111, item III.

§ 1º - Dar-se-á baixa da inscrição após verificada a procedência da comunicação, observado o disposto no art. 47.

§ 2º - O não cumprimento da disposição deste artigo importará em baixa de ofício.

§ 3º - A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive os que venham a ser apurados através de revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo agente da Fazenda Municipal.

...

Art. 42 - O imposto é lançado com base nos elementos do Cadastro Fiscal e, quando for o caso, nas declarações apresentadas pelo contribuinte, através de guias de recolhimento.

...

Art. 68 - A Taxa de Licença de Localização de Estabelecimento é devida pela pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial, operações financeiras ou de prestação de serviço de caráter permanente, eventual ou transitório, mediante licença prévia da Prefeitura Municipal.

Art. 69 - A Taxa de Fiscalização ou Vistoria é devida pelas verificações do funcionamento regular, e pelas diligências efetuadas em estabelecimentos de qualquer natureza, visando o exame das condições iniciais da licença, devendo ser recolhida até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício, conforme o Anexo IV.

Vê-se da leitura rápida do texto legal citado que, além de seguir o rito geral da legislação sobre impostos locais do país, como visto anteriormente, também expressa reiteradamente a importância do cadastro que ora chama de “cadastro do ISS”, ora chama de “cadastro fiscal”. É sobre esse cadastro que se baseia todo o procedimento de cobrança da municipalidade, no tocante a atividades econômicas locais.

Na sua composição, deve, o fisco municipal retirar informações que classificam as empresas para, sobre essas informações, aplicar alíquotas de cobrança do imposto. Dele devem ser retiradas todas as informações para as ações de fiscalização específicas (*in loco* ou no órgão fiscalizador), deve ainda dar origem à verificação das informações fiscais entregues pelo contribuinte e dar suporte na gestão dos atos de recolhimento tributários ou de planejamento de arrecadação.

A importância de um cadastro atualizado e correto é, assim, extremamente estratégico para a construção da arrecadação cotidiana e para o planejamento de horizonte mais largo, tanto dos órgãos de arrecadação quanto do estudo do perfil existente no centro urbano e o pretendido para os pressupostos de desenvolvimento econômico ou atração de novas empresas.

O cadastro deve ser estabelecido para fins de fiscalização (avaliação e tributação justa), propósitos legais (transferência de posse), para auxiliar no gerenciamento da terra e uso da terra (planejamento e outros propósitos administrativos), e permitir o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Um cadastro bem sucedido deve ser simples e claro, ser de fácil acesso e fornecer informações atuais e confiáveis a um baixo custo (GARRASTAZÚ, 2001, p. 23).

2.2 Emprego de geotecnologias em gestão urbana

Surgidas no meio militar, como auxiliares da cartografia, as geotecnologias foram usadas para reduzir os custos de produção e manutenção de mapas na

década de 50. A tecnologia de informática da época não ajudava a construção de soluções que hoje se apresentam como “sistemas de informação”. Como tal, surgiu, no Canadá, na década de 60, como parte de um programa governamental para criar um inventário de recursos naturais, que não eram de uso amigável para o usuário e bastante caros, tanto pelo preço dos equipamentos de informática de então, quanto pela mão-de-obra escassa dedicada a essa área.

Com o aumento da capacidade de processamento dos equipamentos, a consagração do uso do computador pessoal, seu custo acessível, a oferta de programas no âmbito comercial que podiam ter uso na área, fizeram também uma reviravolta nas geotecnologias, agora extremamente dependentes do ambiente digital para se desenvolverem. Na década de 70, a capacidade de armazenamento e a velocidade dos equipamentos computacionais aumentaram bastante, o conhecimento sobre o uso e aplicação de computadores pessoais começou a se tornar muito mais acessível, os programas comerciais ficaram mais baratos e o seu desenvolvimento foi popularizado com as linguagens mais acessíveis de programação, com aumento na qualidade do produto e na produção mais simples, rápida e ampla de aplicativos.

Começam a surgir os “*Geographic Information System*” (GIS, ou SIG em sua sigla em português, de Sistemas de Informações Geográficas) que serão detalhados adiante e os primeiros sistemas comerciais de CAD (*Computer Aided Design*, ou projeto assistido por computador) para desenhos e plantas da engenharia e arquitetura e que começaram a ter um amplo uso na cartografia.

Ainda nesse período começam desenvolver-se as ciências da informação e estruturam-se as linguagens e os equipamentos para uso pessoal.

A ciência da computação fornece os meios para capturar, manipular, armazenar e exibir os dados, sejam eles espaciais ou não. A computação reúne em um todo os equipamentos, o desenvolvimento de aplicativos, a capacidade de processamento da máquina e a linguagem de programação (SILVA, 2003, p. 36).

Nos anos 80, essa tecnologia fica acessível a equipamentos de menor porte e espalham-se nos países pioneiros, começando a chegar de maneira estruturada nos demais países. Com um grande aparato de equipamentos surgidos, computadores mais rápidos, com processadores matemáticos poderosos, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, estações gráficas inovadoras, o uso das

geotecnologias foram ficando cada vez mais acessíveis e importantes no cotidiano de uma série de áreas, a destacar: agricultura, florestamento, trânsito, uso militar. A popularização do uso de geotecnologias também foi possível após o acesso civil ao sistema de posicionamento global das forças armadas norte-americanas, o GPS (*Global Positioning System*).

O uso de aparelhos GPS, que conseguem fornecer coordenadas geográficas cuja precisão pode ser maior ou menor, classificam-se em geodésicos, topográficos ou submétricos e expeditos ou de navegação, e são de extrema utilidade para marcar a posição que se deseja (o alvo). Segundo Giotto (2001, p. 298):

Os GPS de navegação servem de orientação para pontos de apoio cadastrais em levantamentos topográficos. (...) Basicamente, os sistemas GPS consiste em a partir de rastreadores de satélites, definir a posição de um ponto (X, Y, Z – latitude, longitude e altitude) sobre a superfície terrestre. (...) Os GPS de navegação (...) fornecem a posição de um ponto, a partir do emprego de um único aparelho, e a precisão na obtenção de coordenadas é da ordem de 30 m (...). O GARMIN XL12C é um GPS de navegação que possibilita a obtenção de dados cadastrais (...).

Ainda sobre a precisão do GPS de navegação (o mais simples de usar e de processamento das coordenadas) foi bastante melhorada no referido aparelho, baixando para 5 metros de amplitude de erro, quando da retirada da interferência de sinal pelo governo estadunidense, o que viabilizou muito o seu uso e confiabilidade para os levantamentos referidos.

A grande difusão do uso de SIG, com o auxílio de GPS, para a fixação de uma posição global precisa, têm marcado o crescimento e a penetração de sua utilização em quase todas as atividades, dada a facilidade que a observação espacial fornece, uma vez pronta e disponível a simulações, para o planejamento ou observação dos fenômenos no espaço geográfico.

No Brasil os pioneiros nesses estudos foram a UFRJ (Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Geografia), a empresa MaxiDATA (automatização de processos cartográficos), CPQD/TELEBRÁS (uso no setor de telefonia) e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para sensoriamento remoto de imagens orbitais e sub orbitais.

A geotecnologia usa, processa, armazena e disponibiliza a informação, sobre uma base espacial. Entretanto a origem de qualquer informação é o levantamento do dado (“*datum*”), a informação mais simples e precisa que pode ser observada, para ser combinada ou trabalhada e que irá gerar informação mais complexa, uma

relação entre vários dados que dão uma dimensão maior, mais sistêmica; desta relação deve surgir a interpretação, manipulação, enfim, a inserção científica para gerar o conhecimento.

Cuando nació la geoinformática, surgió inmediatamente el problema de cómo definir con más o menos precisión, de un modo sencillo o complejo, el significado de la palabra "información", por oposición a "dato" y "conocimiento". El uso de la palabra "información" era generalizado. Se encontraba en los periódicos, en la televisión y la radio y en las publicaciones científicas y de divulgación. Su significado es más o menos claro, y suele ser reemplazado con facilidad, no sólo en la vida cotidiana sino también en la ciencia, por términos como "comunicación", "inteligencia", "señal", "dato" y "conocimiento". En este caso, no se presta atención al hecho de que estos conceptos, que tienen un significado más general, son, en esencia, sensiblemente diferentes.

Aquí también cabe mencionar la introducción de distinciones entre datos, información y conocimiento en los sistemas técnicos. Así, primero aparecieron las bases de datos. Más tarde, se formaron los sistemas de información geográfica y, finalmente, se crearon los sistemas basados en el conocimiento (sistemas intelectuales). Esta comprensión de los datos, de la información y del conocimiento se basa en la existencia de paradigmas en la ciencia actual que, desde diferentes perspectivas, intentan explicar los hechos y los fenómenos de un orden informacional (TIKUNOV, 2002, p. 1).

O tratamento dos dados, seu registro e estrutura interna de relacionamento, sua disponibilização em relatórios, enfim, toda a construção da informação, em diferentes procedimentos e usos para a espacialização dessa informação.

Aqui deberíamos mencionar la geomática (la palabra proviene de la unión de geografía e informática) que reúne todo el espectro de disciplinas científicas relacionadas con la representación espacial de los fenómenos. Puesto que la geomática incluye en su órbita un número considerable de ramas de las ciencias, describirla como una estructura bien formada y definida es un asunto complicado (TIKUNOV, 2002, p. 3).

Geomática, na definição da *International Standards Organization*, consiste em um tipo de atividade que integra meios utilizados para a construção, aquisição e gerenciamento de dados espaciais necessários às operações científicas, administrativas, legais e técnicas envolvidas no processo de produção e gerenciamento da informação espacial.

O termo Geomática congrega as atividades mais tradicionais como topografia, cartografia, hidrografia, geodésia, fotogrametria, com as novas tecnologias e os novos campos de aplicação como sensoriamento remoto, sistemas de informação geográfica e sistemas de posicionamento global por satélite. Lida com dados coletados por sensores orbitais e aerotransportados, por instrumentos acoplados em embarcações ou instalados sobre a superfície terrestre. Estes dados, uma vez

processados e manipulados, com o uso de equipamentos computacionais e programas, geram produtos que podem constituir mapas dos mais diversos tipos ou base de dados digitais.

Las tecnologías actuales ofrecen una amplia gama de materiales para la investigación geográfica, tanto en forma de cuadros, informes, extractos y archivos de disketes, como de documentos impresos en forma de diagramas o mapas. En estos casos, se usa tanto la tecnología tradicional del papel como la tecnología del "no papel". Es decir, la reproducción (por ejemplo) de mapas en una pantalla. Esto ha requerido el empleo de aparatos especiales para los gráficos, por un lado, y por otro, la adaptación de los métodos de representación cartográfica. La reproducción de los mapas en una pantalla permite poner a prueba ciertas variantes al cambiar el contenido de los mapas y los métodos de modelado. Sin embargo, un aspecto especialmente atractivo es que estos métodos sirven para demostrar la dinámica del fenómeno. Esta demostración puede darse en forma de películas cartográficas, donde la sustitución de un mapa por otro permitirá clarificar el curso del proceso. También puede adoptar la forma de animación de símbolos individuales, por ejemplo, intermitencia o movimiento en la pantalla de determinados puntos o signos. El desarrollo de una cartografía informática dinámica requiere el procesamiento de símbolos especiales, principios especiales de generalización de representación, etc., con respecto a los aspectos psicofísicos de la percepción visual de éstos. Además, es de una importancia considerable el hecho de que a partir de la imagen en pantalla se pueda reproducir una copia "dura" en papel. El uso generalizado de ordenadores personales capaces de reproducir cientos de matices de colores hace que este método de elaboración de mapas sin papel tenga mucho éxito (TIKUNOV, 2002, p. 8).

O uso de dados onde a informação geográfica é característica importante na análise do relacionamento entre o objeto (ou alvo) e outro objeto ou outro fenômeno analisado, e que com ele tenha alguma relação, sobre esses dados é possível apontar atributos que lhes são próprios, seja por sua natureza, seja por sua localização. Isso faz com que seja possível construir um sistema de informações geográficas (SIG) que relacione esses atributos e, com isso, seja possível construir análises para a gestão do espaço ou do fenômeno que estiver em foco.

Em um SIG, o aspecto mais fundamental dos dados é a natureza dual da informação, onde um dado geográfico possui uma localização (expressa como coordenadas em um mapa) e atributos (representados geralmente em um banco de dados convencional). O fato de um dado geográfico não existir sozinho no espaço também é muito importante. Tão importante quanto localizá-lo é descobrir quais são os outros fatores que interagem com este dado (HENDGES, 2004, p. 13).

O poder da informação, quando bem gerenciado, é inquestionável nos dias de hoje. O novo, ao usar os processos tradicionais de organização da informação, é a maneira como ela pode ser rapidamente processada e utilizada para diferentes

objetivos pelo melhor modo de sua apresentação, ou seja, georreferenciada, ou mapeada.

É, antes de tudo, um sistema computacional que consegue integrar dados e mapas (localização geral no espaço) para uso local ou remoto, de visualização de atributos (dados já coletados), sobre um ponto (ou alvo) localizado ou sobre fenômenos que a eles possam ser atribuídos. Isso significa que a um dado ponto geográfico (que pode ser um objeto ou um alvo qualquer sobre a superfície) é possível associar atributos (que não deixam de ser outros dados relacionados) que lhe são próprios, e que podem ser comuns a outros objetos, enfim, estabelece identidade ao local.

Os fenômenos relacionados ao mundo real podem ser descritos de três maneiras: **espacial**, **temporal** e **temática**. Espacial quando a variação muda de lugar (declividade, altitude, profundidade do solo); temporal quando a variação muda com o tempo (densidade demográfica, ocupação do solo) e temática quando as variações são detectadas através de mudanças de características (geologia, cobertura vegetal). Estas três maneiras de se observar os fenômenos que ocorrem na superfície da terra são, coletivamente, denominados espaciais. (SILVA, 2003, p 29).

Por exemplo, ao se definir um imóvel (que seria o alvo) para efeito de tributação (que seria o fenômeno), atribui-se a ele características de localização, tipo de construção, tipo de ocupação, apenas para citar algumas. Essas características todos os imóveis possuem e sobre elas é construído um sistema de informações; também é possível que se queira localizar todos os imóveis que tenham um determinado tipo de construção (de madeira, por exemplo), ou seja, pesquisa pelo atributo específico (calçamento por asfalto, por exemplo); além disso é possível levantar informações através do fenômeno relacionado, ou uma derivação disso, isto é: quais os imóveis desse sistema que não pagaram o imposto.

Como a gestão disso é um sistema computacional, é possível retirar informações sobre cada ponto ou sobre todos os pontos. Assim, é possível estruturar mapas de área, mapas temáticos (solo, ocupação, localização ambiental, distribuição espacial por faixa etária ou renda, localização das atividades que mais geram tributos, etc.).

Segundo Kleiner ([2001], p. 2), “um SIG é composto por: *Hardware* (Componentes Físicos); *Software* (Aplicativos); *Peopleware* (Recursos Humanos); *DataBase* (Banco de Dados espacial e não-espacial); *Procedures* (Procedimentos para montar e manter o sistema). O sucesso de um SIG dependerá da definição dos

objetivos e das pessoas que trabalham para atingir este objetivo”. Ainda assim, a definição, e por extensão o uso de tecnologia SIG, apresenta alguma confusão, já que, ainda segundo Kleiner ([2001], p. 2):

Muitas pessoas quando falam em SIG referem-se, especificamente, ao software e não à tecnologia. Percebe-se freqüentemente dificuldades de comunicação entre profissionais que se utilizam da mesma nomenclatura para se referir a conceitos diferentes. Assim, para um entendimento mais completo, é necessário explicar os principais componentes de um SIG, no qual o software é apenas um desses componentes (KLEINER, [2001], p. 19).

O que se chama *software* nada mais é que um conjunto de programas computacionais (geridos por um Sistema Operacional), que armazena, processa e analisa dados, tendo a grande vantagem da velocidade, da facilidade de uso e da segurança no manuseio destas mesmas informações, apontando para uma perspectiva de uso amigável de seus resultados, da interdisciplinaridade possível de sua utilização, da facilidade em adaptar essas informações em ações de gestão ou gerenciamento.

Uma informação é obtida a partir do processamento ou da contextualização de dados brutos. Um dado bruto corresponde a um valor para uma medida observada. Por exemplo, a data 7/9/1822 é um dado bruto. Quando este dado está associado a um contexto torna-se informação. Assim, na expressão “O Brasil tornou-se independente de Portugal em 7 de setembro de 1822”, o dado é transformado em informação.

De modo equivalente, informação geográfica é resultado do processamento de dados geográficos. Um dado geográfico refere-se a uma medida observada de um fenômeno que ocorre sobre/sob a superfície terrestre, onde a localização da observação é um componente fundamental do dado. O termo fenômeno geográfico compreende, de forma abrangente, a qualquer ocorrência que pode ser: natural (ex.: um lago, a pressão atmosférica, uma formação geológica); antrópica (ex.: uma rodovia, um hospital, divisão territorial política); de fatos (ex.: uma epidemia, uma batalha); ou mesmo de objetos ainda inexistentes (ex.: o planejamento de um gasoduto, projeto de uma usina hidroelétrica) (LISBOA FILHO, 2001, p. 15).

Outro aspecto importante na construção de soluções SIG são as pessoas que vão integrá-lo; a capacitação e qualificação dos responsáveis pela coleta, aquisição, processamento e montagem de relatórios de saída dessas informações são vitais para um processo que gere qualidade de conhecimento por sobre os dados brutos originais. Ainda segundo Kleiner ([2001], p. 21.):

(...) pessoas com objetivos comuns formam uma organização ou grupo de trabalho. O SIG por si só não garante a eficiência nem a eficácia de sua aplicação. Como em qualquer organização, ferramentas novas só se tornam

eficientes quando se consegue integrá-las adequadamente a todo o processo de trabalho. Para isto não basta apenas investimento, mas o treinamento de pessoal, usuários e dirigentes para maximizar o potencial de uso de uma nova tecnologia (KLEINER, [2001], p. 21).

Ainda, para chegarmos a entender o georreferenciamento, precisamos observar o uso do posicionamento global para espacializar no globo esse ponto ou alvo. Têm sido massivos os usos de um sistema de posicionamento norte-americano criado para fins militares, e que foi liberado para uso civil. Consiste em uma constelação de satélites que, dada uma geometria de disposição, fornecem informações para o cálculo preciso de latitude e longitude, por triangulação. Essa informação é calculada tendo por referência uma figura matemática que simula o globo terrestre, o elipsóide.

Como o nome sugere, o GPS é um sistema de abrangência global. Esse sistema tem facilitado todas as atividades que necessitam de posicionamento, fazendo que algumas concepções antigas pudessem ser postas em prática (...). A concepção do sistema GPS permite que um usuário, em qualquer local da superfície terrestre, ou próximo a ela, tenha à sua disposição, no mínimo, quatro satélites para serem rastreados (MONICO, 2000, p. 21).

(...) o GPS determina posições sobre a superfície terrestre. Interessamos agora descrever o que são essas posições. Elas são, na realidade, os objetos que serão mapeados, referidos como feições (*features*), e que são usados na construção de um SIG. Dessa forma, a integração de GPS e SIG fará que ambos sistemas se beneficiem um do outro (MONICO, 2000, p. 230).

Ao se determinar com precisão essa posição em relação a uma referência dada temos o ponto ou alvo devidamente espacializado ou referenciado geograficamente, ou, melhor ainda, georreferenciado. Sobre ele, atributos coletados anteriormente serão ligados e relacionados; por exemplo, sobre o terreno (que tem uma posição no espaço) podemos atribuir qualidades de tipo de construção, tipo de uso e ocupação.

O geoprocessamento pode ser eficaz ferramenta para os técnicos, ao promover análises e sínteses de dados que justifiquem as decisões da administração do espaço urbano (MUNDIM, 2001, p. 14).

Nesse contexto, o termo Geoprocessamento denota a disciplina do conhecimento que utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e que vem influenciando de maneira crescente as áreas de Cartografia, Análise de Recursos Naturais, Transportes, Comunicações, Energia e Planejamento Urbano e Regional. As ferramentas computacionais para Geoprocessamento, chamadas de Sistemas de Informação Geográfica (GIS), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados geo-referenciados (CÂMARA, 2001, p. 1).

A análise espacial é utilizada pelo planejamento regional e urbano para estudos da dinâmica da ocupação, dispersão e crescimento das cidades. Para isso, o dado geográfico precisa ser trabalhado com um conjunto de tecnologias, métodos e processos que possam apresentá-lo de maneira acessível como instrumento para as atividades de planejamento, principalmente no que se refere à visualização das informações geográficas, análises espaciais e simulação de fenômenos, da área onde possua os dados.

O Geoprocessamento, considerado como conjunto de tecnologias, métodos e processos que tratam o dado digital geográfico vem se consolidando como instrumento para as atividades de planejamento, principalmente no que se refere à visualização de informações geográficas, análises espaciais e simulação de fenômenos (BARBOSA, 2002, p. 13).

Esses processos podem parecer um tanto trabalhosos e complicados para se obter informações aparentemente mais fáceis de serem visualizadas empiricamente, com o conhecimento construído pela experiência dos integrantes da equipe. Como o resultado agrega conhecimentos (os atributos) é possível juntar isso, desde que ligado aos dados à disposição do processamento georreferenciado. Esta dicotomia pode ser superada: o conhecimento empírico pode ser tematizado junto com os demais levantamentos agregados. Segundo Moura (1997, p. 3) “Um mapa deve ser construído e não apenas desenhado”.

Mesmo assim, após as geotecnologias possibilitarem construir um sistema de informações geográficas que consegue dispor as informações tratadas para a construção de relatórios de análise (que também podem ser mapas temáticos), é necessário que se tenha claro que a interpretação qualitativa dos resultados obtidos passa pela capacitação de quem analisa. Aí, entra o conhecimento que deve ser agregado ao processo, a construção desse conhecimento também passa pela qualificação do pessoal envolvido, que eles tenham claro os procedimentos técnicos para entender os resultados encontrados, mas também clareza do objetivo e dos meios práticos, estruturais e legais para atingi-lo.

Isso alguns preferem chamar “*expertise*”, práticas que permeiam a organização em todos os níveis de decisão, mas cujo gerenciamento e condução, são ligados ao desempenho do nível estratégico ou seja, daqueles que chefiam

essa organização. É uma espécie de cultura da própria organização que, se bem construída, tem o conhecimento do “fazer” cotidiano e estruturado dela.

Mas o uso inteligente dos resultados da aplicação de geotecnologias, também pode ser usado pelos técnicos da área mais operacional, mesmo que tenha acesso restrito aos métodos científicos mais elaborados que constroem essas geotecnologias, pois eles sabem as facilidades (ou ferramentas) que podem usar para resolver seus problemas no cotidiano. Por exemplo, na fiscalização, o fiscal sabe que é útil o mapa onde conste determinado tipo de contribuinte, mas não precisa conhecer todos os procedimentos de construção desse tipo de relatório ao nível do detalhe científico.

Los sistemas expertos también están presentes en otras áreas de las ciencias geográficas: por ejemplo, en la predicción, donde se extrae conclusiones a partir del estado general de los fenómenos investigados: previsión meteorológica, producción de los cultivos, control de parques y jardines, situaciones de riesgo de incendios, planificación urbana, evaluación de los suelos, tipología de las ciudades sobre una base estructural y funcional, etc. Una de las tendencias que más rápidamente se ha desarrollado es la utilización de sistemas expertos sobre materiales de observación por satélite y sobre todo para el reconocimiento de imágenes. El uso de sistemas expertos permite que los sistemas de información geográfica sean más efectivos y fáciles de usar. Los usuarios con escasa experiencia pueden recibir una formación para trabajar con ellos y se puede perfeccionar la búsqueda de información en grandes contingentes de datos (...) (TIKUNOV, 2002, p. 3).

O uso de geotecnologias na administração municipal parece ser, com o que foi visto anteriormente, uma situação sem retorno. A espacialização da dinâmica das cidades é de preponderante importância na administração pública moderna. Não se pensa mais essa dinâmica sem que se planeje sua expansão, sem que se estude a distribuição espacial dos serviços de utilidade pública disponíveis (e onde não estão disponíveis também), enfim, executar as tarefas de planejamento ficou mais simples se, junto com os conhecimentos de necessidades se possam visualizar as áreas que mais necessitam.

O estudo do fenômeno urbano é fundamental para a otimização no planejamento e gestão das cidades. Planejar, segundo Souza (2002) significa tentar prever a evolução de um fenômeno, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (BARBOSA, 2002, p. 13).

Mesmo assim, é necessário que se mantenha um claro espaço que diferencie esse processo de conhecer-se e projetar-se da cidade com as ações de gestão associadas ao cotidiano do serviço público municipal, à vida dos cidadãos e às definições políticas dos dirigentes. Diz Moura (2003, p. 55):

Sobre os limites entre **planejamento** e **gestão**, acreditamos que o primeiro ocorra em maior escala temporal e espacial, enquanto o segundo traduz o acompanhamento da dinâmica urbana nos processos de transformação em menor escala.

Isso torna estratégica e imprescindível a qualificação e atualização permanentes do corpo técnico (ou funcional) do serviço público local, inclusive aquele que não lida diretamente com as geotecnologias, pois ele será o usuário final dos procedimentos de levantamento e tratamento das informações geográficas, suas falhas em informar ou não interagir com os mapas (ou relatórios) de saída serão corrosivos para o processo de permanente atualização dos sistemas de informações gerando relatórios errôneos. Uma informação mal colocada pode inferir erros nas análises dos bancos de dados, originando, assim, recorrentes e caras auditorias em seu conteúdo e estrutura.

O treinamento do pessoal envolvido com as empresas públicas, sejam prefeituras, empresas estaduais e federais, precisam de reciclagens continuadas, para que possam assimilar as novas tecnologias que são apresentadas a cada ano (LOCH, 2001, p.26).

Mais claro ainda se pensarmos que os servidores que coletam e registram as informações mais gerais dos bancos de dados cadastrais das prefeituras, que são diversos e distribuídos conforme os diferentes serviços mantidos pela mesma, tendem, ao tentar acompanhar o ritmo crescente de atendimento e decrescente no que diz respeito a tempo, pessoal e equipamentos, a registrar informações incompletas. Tais ações comprometem ações futuras de gestão para tomada de decisão dos planejadores, pois, em alguns casos, a informação consta apenas do primeiro nome e nada mais.

Deve-se deixar claro que somente executar o cadastro para as prefeituras não resolve a questão da sustentabilidade, isto apenas daria um impulso de arrecadação de um a três anos. Entretanto, sendo o cadastro constantemente atualizado e fazendo parte da cultura do poder público municipal, novos horizontes poderão surgir em relação à sustentabilidade dos municípios brasileiros. Para tanto é necessário que as Universidades façam a sua parte, o que inclui formação adequada de profissionais e aptos a repassar à sociedade os conhecimentos adquiridos (LOCH, 2001, p.25).

O aparelhamento técnico-profissional dos servidores públicos, tarefa primeira do próprio poder público a que eles respondem, não pode mais ficar apenas restrito à formação da mão-de-obra ligada à educação, deve-se começar a expandir esse conhecimento, iniciado por esses, para a disseminação de uma cultura científica e modernizadora dentro dos diferentes órgãos das administrações públicas. As prefeituras parecem ser as mais carentes de qualificação e formação de inteligência para fazer frente à gestão mais abrangente dos recursos públicos de que dispõe e melhorar seu retorno à população que lhe está sob responsabilidade.

(...) as pessoas são o capital mais valioso da organização. Numa sociedade que tem o conhecimento como suporte, cortar pessoal significa cortar conhecimento. É claro hoje que os recursos despendidos com pessoal podem ser vistos mais como investimentos do que custos. Qualquer organização que contrate alguém para executar as atividades de que precisa para alcançar seus objetivos, deverá esperar pelo menos de 4 a 6 meses para que essa pessoa esteja em condições de realizar suas tarefas satisfatoriamente. Há, portanto, todo um investimento inicial que é feito compulsoriamente. Para manter seu quadro de pessoal atualizado, a organização deverá sistematicamente oferecer oportunidades de treinamento e desenvolvimento, ao longo do tempo em que as pessoas permanecem na organização (TONET, 2001, p. 48).

2.2.1 Banco de dados espaciais (geográficos)

Na grande maioria dos municípios, os cadastros técnicos (que, basicamente, são o cadastro de imóveis e o de atividades econômicas) são estruturados de forma analógica (fichas, tabelas, mapas e boletins impressos em papel), mapas analógicos e fichários ainda são formas usuais de controle nesses municípios, uma vez que os sistemas digitais de banco de dados ou Sistema de Informação Geográfica, apresentam custos muito altos para sua aquisição e implantação, principalmente para pequenos municípios. Além disso, a falta de pessoal capacitado e apto a operar tais sistemas, mesmo os mais simples, parece não ser em número suficiente entre os servidores dos poderes públicos locais.

A aplicação de sistemas inteligentes de gestão (ou especialistas), dependem de seu componente de armazenamento, chamado banco de dados, que por sua vez é gerenciado por um sistema especialista gerenciador de banco de dados. Conforme o tamanho desse conjunto de dados, a complexidade do projeto de sistema de informações que se requer, dos aplicativos necessários ao gerenciamento

necessário, dos relatórios e mapas que se busca, ele se torna bastante crítico, quer do ponto de vista estritamente técnico de seu desenho e formatação para gestão, quer do ponto de vista do custo financeiro dos aplicativos necessários e da mão de obra especializada para isso requerida.

O projeto de um banco de dados para aplicação em administração pública, inclusive municipal, deve estar baseado em um modelo conceitual prévio de dados de alto nível, que permita o acesso multi-usuário, para o atendimento mais massivo dos cidadãos, e ajustado ao número de acessos que serão permitidos. Este está em direta proporção com esse atendimento, pois a partir dele será delineado o grau de potencialidade de cada sistema gerenciador de banco de dados necessário ao suporte desses acessos no decorrer do processo.

Os bancos de dados comerciais são, comumente, utilizados por vários tipos de usuários. Os usuários dos bancos de dados, aqueles considerados usuários finais, se comunicam com o banco de dados por meio de aplicações que são executadas de estações de trabalho, ou mesmo de terminais. Os usuários finais podem ser classificados em alto nível, que utilizam linguagem de consulta estruturada (SQL – *structure query language*), usuários especializados, e usuários comuns, que utilizam aplicações já desenvolvidas. (SILVA, 2003, p. 158)

O armazenamento do sistema de banco de dados geográficos, estrutura e armazena os dados de forma a possibilitar a realização das operações de análise envolvendo dados espaciais. Devido à complexidade das aplicações que são desenvolvidas a partir de um SIG, um dos grandes problemas no desenvolvimento desses sistemas tem sido projetar o banco de dados geográficos.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

3.1 Material

Este estudo proposto para sustentar uma metodologia de desenvolvimento e aplicação de geotecnologias na gestão de tributo municipal, especialmente o denominado Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, envolveu o uso de diversos equipamentos e programas, a saber: a programação, feita no Laboratório de Geomática da Universidade Federal de Santa Maria, toda usando o aplicativo Visual Basic® 6.0, os sistemas de gerenciamento de banco de dados usando os aplicativos SQL Server® 7.0, o programa de gestão tributária CDS® e o programa SITER® 2.5 (ambos do próprio Laboratório de Geomática da UFSM), o programa utilitário Waypoint® 1.7.07, além dos aplicativos Excel, Word e Access XP, integrantes do pacote Microsoft Office® XP.

Foi também necessário, durante os levantamentos de campo realizados para o georreferenciamento das atividades econômicas, na cidade de Uruguaiana, RS, a utilização de aparelhos GPS de navegação GARMIN 12XL®, bem como GPS topográfico Trimble®, modelo GeoExplorer 3C®, este processado no aplicativo Pathfinder Office 2.8®.

Para os diversos processamentos das informações e para a digitação e escrita do presente trabalho, foram usados os equipamentos do Laboratório de Geomática da UFSM, a saber: um Pentium 4, 2.8 GHz, 40 Gb de capacidade no HD, 512 Mb de memória RAM; um Pentium II, 350 MHz, 6.4 Gb de capacidade no HD, 64 Mb de memória RAM; e um AMD Athlon, 2.4 GHz, 40 Gb de capacidade no HD, 1.5 Gb de memória RAM.

3.2 Descrição da área de estudo: Uruguaiana, RS

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi tomada como estudo a cidade de Uruguaiana, localizada no extremo oeste do Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina, nas coordenadas geográficas 29°46'55" de latitude e 52°02'18" de longitude.

O Município possui um total de 126.936 habitantes, de acordo com a contagem de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir do censo realizado em 2000, distribuídos em uma área de 5.713 Km², sendo que a população urbana é de 118.538 habitantes e a população rural de 8.398 habitantes. A área urbana do Município é de 45,3 Km² dividida em 36 bairros com 270 Km de ruas, sendo 70 Km pavimentados, segundo dados da Prefeitura Municipal.

Possui, também, uma moderna estação aduaneira, das maiores do Brasil, próxima à ponte internacional que faz o trabalho aduaneiro do comércio sobre rodas do MERCOSUL, tendo seu porto seco se mantido como o maior da América Latina. É cortado pelas rodovias federais BRs 290 e 472 e interliga-se à Argentina através de ponte internacional rodo-ferroviária sobre o Rio Uruguai com 2,4 Km de extensão, estando, assim, estrategicamente situado no sistema de transportes, integrando rodovias, ferrovias, portos e aeroportos do Mercosul.

A malha ferroviária brasileira possui um terminal de cargas em Uruguaiana, com capacidade para estocagem e transbordo, com conexão à Argentina, através de ferrovia pela Ponte Internacional, dando, assim, plenas condições de uso desse tipo de transporte.

3.2.1 Histórico do Município

Uruguaiana foi fundada em 24 de fevereiro de 1843 e emancipou-se em 29 de maio de 1846. Segundo trabalho de diagnóstico do município, realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - Campus de Uruguaiana), visto em Coelho (2004, p.51), primitivamente sua etnia foi composta por grupo de nômades indígenas e, posteriormente, os elementos colonizadores foram os espanhóis, portugueses e africanos, por ocasião da primeira onda de colonizações durante o período colonial e, com as correntes migratórias mais recentes dos séculos XIX e XX, com a chegada de comunidades de imigrantes de etnias representadas por italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes.

As terras que hoje constituem o município de Uruguaiana, como de resto do atual Estado do Rio Grande do Sul, no início do século XVI, integravam-se na Capitania de São Paulo, ou por ela eram reivindicados, pois a ela estavam subordinadas todas as terras que dali se estendiam para o sul, até o rio da Prata,

conforme a pretensão do Reino de Portugal. Sucessivos tratados de limites, intermediados por conflitos bélicos recorrentes entre portugueses e espanhóis deram a atual configuração de fronteiras políticas.

Nas terras pertencentes ao então município de Alegrete, que antes pertenciam ao mais antigo município de Cachoeira do Sul, é que surgiu o de Uruguiana, como município independente. A concessão mais antiga das terras, segundo Coelho (2004, p. 104), na paróquia de Uruguiana, foi feita por Dom Diogo de Souza, em 1814, entre os rios Ibicuí e Ibirocai. Após essa concessão, inúmeras outras terras (as sesmarias) foram concedidas ou compradas nesta região.

A partir de 1835, com o desenrolar da revolução farroupilha, tinha este governo republicano se apoderado de todas as margens do rio Ibicuí, graças às ações do General João Manoel de Lima e Silva, daí decorrendo a avaliação estratégica da necessidade de fundar uma povoação à esquerda do Uruguai e próxima às fronteiras com o Uruguai e Argentina, conveniente tanto do ponto de vista militar como fiscal (tanto por ser passo de fronteira natural para uma invasão hostil, como para o recebimento de armamentos do exterior e, também, como conhecido lugar de contrabando). Tal iniciativa deveu-se ao ministro republicano Domingos José de Almeida que, após uma série de diligências, decidiu-se pelo local denominado "Capão do Tigre", nas terras de Manoel Joaquim do Couto (Couto Rico).

Pelo decreto nº 21 de 24.02.1843, o General Bento Gonçalves da Silva, então Presidente da República Riograndense, autorizou a criação de uma "capela curada" denominada "Capela do Uruguai" no "Capão do Tigre" cujo território, assim como os campos de Santana (mais ao sul, na direção da fronteira com a República do Uruguai), faziam parte do 2º distrito de Alegrete. O novo povoado chamava-se, no início, Santana do Uruguai; a posterior demarcação das divisas da cidade e o traçado das ruas desta, deve-se ao Duque de Caxias e a Domingos José de Almeida, já sob égide do Império do Brasil.

A lei provincial nº 58, de 29 de maio de 1846, elevou à categoria de vila a povoação de Santana do Uruguai, a qual passou a chamar-se Uruguiana, cabendo ao Presidente da província marcar provisoriamente os limites do município, sendo assim desmembrado seu território do Município de Alegrete, a que pertencia e de onde veio uma comissão para instalar o novo município.

Segundo Coelho (2004, p. 107), a ocupação foi dada praticamente sobre a pecuária extensiva, única exploração econômica de seu início de povoamento. A constituição de um “saladeiro” ou charqueada em 1887 parece ser a única operação de vulto para agregar valor à carne produzida na região, até então toda exportada *in natura* para Pelotas ou levada para a Argentina ou Uruguai. Adquire importância ao início do século XX, a ovinocultura, com a produção de lã, principalmente depois do desmonte dessa produção na Europa pelo conflito de 1914.

Assim, no início do século XX, começa algum rastro de industrialização na cidade, basicamente exportação de produtos que usavam matéria-prima local e importação de produtos onde havia ganhos para reexportação interna no país, beneficiando-se de ser cidade limítrofe e da proximidade de Buenos Aires, metrópole sul-americana da época, além da recente ligação ferroviária com a capital do Estado entregue ao uso precário em 1902 (o ramal ligava somente até Alegrete), tendo sido definitivamente completado em 1907 (com o término do trajeto Alegrete até Cacequi).

Há registros também da produção vinícola, tendo alguns vinhos aí produzidos ganho prêmios de qualidade em exposições estaduais. Surge, na década de 30, a instalação de uma destilaria de petróleo, adquirida usada na Europa e remontada na cidade. Foi a primeira refinaria comercial do país, que distribuía produtos derivados do petróleo por todas as cidades da fronteira oeste gaúcha. Essa, a Destilaria Rio-Grandense de Petróleo SA, acabou originando o atual grupo Ipiranga SA, que ainda na década de 70 transferiu essa atividade para uma refinaria mais ampla e moderna em Rio Grande.

Começa, ainda na década de 30, uma mobilização dos uruguaianenses para a construção de uma ponte que ligasse Uruguaiana, no Brasil, a Paso de los Libres, cidade vizinha na Argentina. Aproveitando um encontro dos presidentes dos dois países no Rio de Janeiro em 1933, os referidos uruguaianenses conseguiram a formação de uma comissão que, encarregada de planejar a obra começou a escolher o lugar e confeccionar as plantas para a construção. Após alguns impasses superados (basicamente em função da demora da entrega dos projetos, só terminados em 1941) foi dado início às obras em 18 de janeiro de 1943 e terminaram em 12 de outubro de 1945, tendo sido inaugurada oficialmente somente em 21 de maio de 1947, após a queda do Estado Novo.

A partir daí, a par de que um rígido controle aduaneiro tenha causado alguma polêmica com os antigos “chibeiros” (comerciantes a pé que transpunham mercadorias pelas balsas e barcos para revendê-las a usuários ou atravessadores no lado brasileiro), a abertura da ponte internacional impulsionou enormemente o comércio entre as duas cidades e, também, adquiriu importância no comércio entre os dois países a ponto de, hoje em dia, ser o maior porto seco da América Latina, basicamente impulsionado na década de 70 pela criação do Distrito Rodoviário onde, na década de 90 foi construída a Estação Aduaneira de Fronteira, um novo e amplo espaço para o trânsito de mercadorias sobre rodas para o transporte internacional, beneficiando quase todo o comércio do MERCOSUL.

Finalmente, a cultura do arroz transforma-se, na década de 70, e mantém-se até hoje como o carro-chefe da economia local. Iniciada sua cultura, ainda na década de 40, quando produzia algo como 3.500 hectares e umas 150.000 sacas de arroz, para, em 2000, plantar em torno de 58.000 hectares com uma produção em torno de 60 milhões de sacas de 60 kg (Coelho, 2004, p. 119).

O impulso econômico que essa expansão da agricultura comercial, ainda que concentrada em grandes propriedades rurais, ocasionou no município foi intenso: o envolvimento de mão-de-obra mais qualificada para a agricultura, a necessidade de maquinários modernos e de serviços de manutenção mais estruturados, disponibilização de malha viária mais adequada ao escoamento da produção, disseminação da eletrificação rural mais exigida pela cultura do arroz para a irrigação, construção de consideráveis reservatórios d’água para suportar essa cultura, os valores financeiros envolvidos no processo de plantio e comercialização exigiram qualificação e profissionalização das atividades administrativas dos grupos produtores, que, entre outros, alavancaram a renda do município, colocando-o entre os maiores do Estado.

Nos últimos anos, destaca-se a instalação do ramal de gás até Uruguiana, oriundo das reservas argentinas do sul do continente e, com o uso dele, de uma usina termelétrica, geradora de energia elétrica “limpa”. A onda de crescimento econômico, emprego e desenvolvimento social divulgado à época pelo governo e esperado pela população como resultado destes investimentos não começaram a ser observados, ainda, no município, talvez pela sua recente implantação.

Segundo Coelho (2004, p. 122), a estrutura fundiária centrada nas grandes propriedades e com sua renda oriunda basicamente, ou da pecuária extensiva, ou

da monocultura do arroz, gerou uma imobilidade social, e essa certa impossibilidade de ascensão social àqueles que não detinham a propriedade da terra, acabou tendo conseqüências, concentrando a riqueza e imobilizando, por extensão, o desenvolvimento da região:

A estrutura econômica baseada na produção extensiva em grandes propriedades, além das dificuldades propriamente econômicas, (...), gera, também, problemas conjunturais, relacionados, principalmente, a uma mentalidade cultural imobilista e individualista, que se manifesta na ausência de uma consciência comunitária e na ausência de uma cultura voltada para o empreendedorismo. Estas questões relacionadas à mentalidade dificultam mais ainda a reversão do já caótico quadro econômico.

A grande dificuldade econômica somada aos problemas de baixos índices de escolaridade, dificultam, em muito, qualquer programa de desenvolvimento econômico (COELHO, 2004, p. 122).

Quanto ao atual quadro de atividades econômicas do município, necessário para o mapeamento de seu perfil econômico atualizado, constatou-se o registro no atual Cadastro de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento de pouco mais de 14.000 empresas (pessoas jurídicas ou físicas). Entretanto, junto à Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado da Fazenda, isto ainda segundo o diagnóstico feito pela PUCRS/Campus II (COELHO, 2004, p. 344 e 360), existe apenas uma fração desses registros: este estudo apontou registro de em torno 3.700 inscritos no cadastro de contribuintes estadual, para fins de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Existe, aí, uma grande diferença entre os números de contribuintes, explicada em sua maior parte pela falta de adequada manutenção de dados no cadastro municipal, que não procede todas as baixas dos estabelecimentos que encerraram suas atividades, o que deve acontecer mais regularmente com os demais órgãos. Também há que se dizer que os contribuintes, responsáveis primeiros tanto pelo pedido de abertura como de encerramento de atividade, não dão a necessária importância a esses procedimentos, ao menos com os órgãos públicos municipais.

3.2.2 Quadras da amostra

Para testar o alcance de geotecnologias no gerenciamento de um banco de dados para o cadastro de atividades econômicas no Município de Uruguaiana,

procedeu-se ao levantamento completo das atividades em uma área de quadras que pudessem representar, ao menos parcialmente, o conjunto total das empresas instaladas na cidade.

Dentro do centro urbano de Uruguaiiana, foram escolhidas 9 (nove) quadras amostra da cidade, que, por terem a característica de alcançar, desde a área central (a praça central da cidade), até parte mais afastada e menos ocupada, pelo menos do ponto de vista da ocupação por estabelecimentos comerciais, tratando-se, assim, de uma verdadeira “área de transição” em termos de concentração de empreendimentos. Essas quadras constituem o espaço que será usado para georreferenciar todas as atividades econômicas ali encontradas para, em seguida, ligá-las ao seu registro no banco de dados do cadastro de ISS da Prefeitura.

Essas quadras de estudo são as quadras de números 54, 55, 56, 63, 64, 65, 73, 74 e 75 do centro urbano de Uruguaiiana, definidas como as assim numeradas pelo cadastro técnico urbano da Prefeitura Municipal de Uruguaiiana, usado, inclusive, para caracterizar o lançamento do imóvel para fins de registro e cobrança de tributos municipais e de registro para os Correios.

Formam um quadrilátero regular com três quadras no sentido leste-oeste por três quadras no sentido norte-sul; os logradouros que as delimitam são a Avenida Duque de Caxias com a Rua Tiradentes, desta até a Rua Sete de Setembro, daí, até a Avenida Presidente Getúlio Vargas, voltado até a primeira. Internamente a esses limites, cortam-no os logradouros Rua Domingos José de Almeida, Rua General Câmara, Rua Bento Martins e Avenida Santana.

Também optou-se georreferenciar todas as atividades econômicas caracterizadas como padarias no cadastro de ISS disponível, independentes de sua localização na área amostra descrita, justamente por esperarmos uma cobertura disseminada por todo o centro urbano, servindo, assim, para testar a caracterização no aplicativo de sua espacialização por todo o centro urbano.

3.3 Banco de dados de atividades econômicas

A montagem do banco de dados de atividades econômicas para o cadastro das atividades econômicas locais (também chamado de Cadastro do ISS ou cadastro fiscal pela legislação municipal de Uruguaiiana) envolveu a construção de

diversas tabelas que armazenam todos os dados primários observados pela fiscalização e transformados em códigos e que envolvem o cadastramento de pessoas físicas ou jurídicas que desempenham algum tipo de atividade no município e, inclusive, para os que lá mantenham estabelecimento filial.

O gerenciamento dessas tabelas integrantes do banco de dados é feito pelo aplicativo CDS® (desenvolvido pelo Laboratório de Geomática da UFSM), que disponibiliza o uso, consultas e ferramentas de gerenciamento para as atividades diárias da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento. As principais tabelas do banco de dados do Cadastro de Atividades Econômicas, utilizadas no presente estudo, são as tabelas chamadas de Alvará, Atividades, BIC_ISSQN e Grupos.

São utilizadas para o registro e manutenção das informações do banco de dados estruturado para o gerenciamento do ISS, tendo suas definições dos campos mostradas a seguir:

3.3.1 Tabela de alvará

É a tabela mais geral de cada uma das atividades registradas, marca todas as atividades (ou estabelecimentos) ativas do banco de dados, aquelas que devem estar em funcionamento e, portanto, sob o controle e registro tributário. Para o acesso mais imediato, do usuário interno da Prefeitura ou da conferência de sua posição quanto à arrecadação têm vinculado o número do registro do alvará concedido para o seu funcionamento. Está descrita no ANEXO A.

3.3.2 Tabela de atividades

Têm a finalidade de registrar as classificações existentes quanto à categoria econômica a ser explorada pelo estabelecimento, é escolhido pelo servidor que está registrando e que, de acordo com o processo fiscal de abertura da empresa, também classifica quanto à forma de pagamento do tributo: se parcela fixa ou variável (ou mensal). Pode ser vista no ANEXO B.

3.3.3 Tabela de BIC_ISSQN

É a tabela que registra todos os dados individuais da atividade, pessoa física ou pessoa jurídica, localização, responsáveis, enquadramento tributário e todas as

informações sobre fiscalizações havidas, concessões e liberações tributárias, autos de infrações e multas. Enfim, tenta construir o registro completo de cada um dos registros existentes de cada uma das atividades procurando qualificar as características individuais dos contribuintes. É apresentada no ANEXO C.

3.3.4 Tabela de grupos

Esta tabela é usada para a classificação dos grupos econômicos existentes para registro e classificação dos estabelecimentos comerciais, conforme processo fiscal inicial, para fins de aglomeração geral da exploração econômica a ser desenvolvida. É objeto de análise posterior neste trabalho e esta apresentada no ANEXO D.

3.3.5 Outras tabelas

Também constam da base do banco de dados, com interesse menor, outras tabelas que não são analisadas neste trabalho por não servirem para a classificação de atividades ou de sua individualização e que são, a saber, as tabelas: ALV2000, ALV2002, ATENDIMENTO, BIC_INATIVAS, IS_FIXO, IS_VAR, ISFIX2000, ISFIX2002, ISVAR2000, NOVA, TAB2.

As tabelas ALV2000 e ALV2002 registram a base de dados do final dos anos respectivos, podendo servir de base para lançamentos e avaliação de dívida ativa. A tabela ATENDIMENTO serve para registrar o tempo (início e fim) de procedimento de atendimento para que se possa verificar a eficiência dele. A tabela BIC_INATIVAS é uma tabela espelho da BIC_ISSQN somente para aqueles que tiveram sido baixados do sistema ativo do ISS (em princípio os empreendimentos que encerraram as atividades). As tabelas IS_FIXO e IS_VAR servem para o controle do pagamento do tributo ou do alvará durante o ano corrente. As tabelas ISFIX2000, ISFIX2002, ISVAR2000 são usadas para registrar os pagamentos de ISS nos anos respectivos. As tabelas NOVA e TAB2 são espelhos da BIC_ISSQN e servem, notadamente a primeira, para o registro inicial de uma atividade até sua inserção definitiva na tabela ativa.

3.4 Mapeamento digital da área urbana de Uruguaiana, RS

Para o mosaico fotográfico, foram utilizadas as fotos aéreas feitas no ano de 1999 pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC) da UFSM, por contrato com a Prefeitura Municipal de Uruguaiana. Esse levantamento consistiu na obtenção de fotos aéreas de toda a área urbana da cidade.

O mosaico foi montado a partir da união de várias fotografias aéreas dispostas em faixas laterais e longitudinais. Estas fotografias foram digitalizadas com o uso de um “scanner”.

No programa Adobe Photoshop® 6.0, foram importadas todas as fotografias e superpostas tanto nas respectivas faixas como entre essas faixas, procurando-se sempre pontos comuns entre as fotografias para seu “casamento” ou sobreposição, ou seja, dispostas de forma a parecerem uma grande fotografia (mosaico propriamente dito). As imperfeições entre as fotografias foram retiradas com recurso do próprio programa, e, finalmente, foi gerada uma imagem única onde foram “fundidas” todas as fotografias em uma só, e exportadas em formato “.TIFF” e “.BMP”, para o posterior georreferenciamento no programa TP0® 7.0 (também do Laboratório de Geomática da UFSM), usado para digitalização, espacialização e levantamentos planialtimétricos de áreas.

3.5 Georreferenciamento das atividades

Um dos objetivos deste trabalho foi o de desenvolver procedimentos de georreferenciamento de atividades econômicas e, para tanto, o levantamento de campo consistiu na área de quadras amostras na obtenção das coordenadas geográficas de todas as atividades econômicas instaladas na área delimitada, bem como as de atividade de padaria conforme sua distribuição no espaço urbano de Uruguaiana.

Os procedimentos de georreferenciamento das atividades econômicas da área de quadras da amostra, mais a atividade escolhida foram realizados no período de 29 de janeiro até 6 de fevereiro de 2004. Os levantamentos foram executados por servidores públicos municipais (fiscais de tributos), lotados na Secretaria Municipal

de Fazenda e Planejamento e, também, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

Esses funcionários foram instruídos e capacitados na utilização do GPS de navegação GARMIN® 12XL durante um turno de trabalho e, logo após, começaram a proceder tais levantamentos em duplas, percorrendo as quadras de amostra. Outra equipe de fiscais, ao par de suas atividades normais, deslocava-se em viatura da Prefeitura, sobre todo o centro urbano, procurando georreferenciar as atividades de padarias.

Foram coletados, em cada local que os fiscais detectavam a existência de empreendimento de qualquer ordem, 10 (dez) registros expressos em coordenadas UTM, com intervalo de 1 (um) segundo entre cada coleta. Para efeito de georreferenciamento de estabelecimentos, utilizou-se como representativa, a média dos registros tomados.

Conjuntamente à obtenção das coordenadas, era preenchida planilha descritiva onde eram associados os pontos registrados seqüencialmente ao nome fantasia ou razão social (preferencialmente esta, quando possível imediatamente tal informação) para posterior lançamento dessas coordenadas no aplicativo específico ligando-o com o número de registro (ou matrícula) da atividade no cadastro da Prefeitura Municipal.

Os pontos levantados e armazenados no interior do GPS foram transferidos para o computador mediante o emprego de uma conexão serial e utilizando-se o programa Waypoint® 1.7.07. Os pontos transferidos eram gravados em um arquivo de texto conforme o ANEXO E e, após o trabalho de adequação estatística e localização cadastral na Prefeitura, gravados conforme o ANEXO F.

Para a caracterização com precisão topográfica de limites das quadras amostra, procedeu-se à tomada dos pontos extremos, em número de 4 (quatro), que equivalem aos quatro cantos da área, já que ela mostra ser regular, com levantamento com GPS topográfico Trimble®, modelo GeoExplorer 3C®, tempo de coleta de 15 (quinze) minutos por ponto (com um intervalo de um segundo entre as épocas). A seguir, no ambiente de processamento, os dados foram processados no aplicativo Pathfinder Office 2.8®, gerando os pontos de controle conforme figuras no ANEXO G.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho para construir uma metodologia de espacialização das atividades econômicas do centro urbano de Uruguaiana, RS, serviu para mostrar também o gerenciamento que está em uso no atendimento aos contribuintes e no controle fiscal da Prefeitura Municipal.

Conforme já havia sido comentado, há substancial diferença no número de registros entre o cadastro do Município e o de outras esferas de governo. Essa diferença pode ser decorrente de que estes últimos não têm a preocupação dos empreendedores para atividades de pequeno porte, tais como costureiras, doceiras, pedreiros, etc.

Como o registro deve acontecer, no nível municipal, para todo o empreendimento, mercê da responsabilidade do poder público local em disciplinar o uso do espaço urbano e controlar aspectos ligados à contenção de sinistros (especialmente combate ao fogo) e de saúde pública (inclusive de higiene e condições sanitárias), parece aceitável que haja certo descolamento entre tais cadastros.

Entretanto, não elimina a necessidade de observar um maior rigor nas operações de baixas e, talvez, deflagrar ações de localização geral das atividades para, em última análise, proceder à retirada daquelas que já não se encontram ativas de fato e que continuam “poluindo” o cadastro municipal.

4.1 Perfil das atividades econômicas do Município de Uruguaiana, RS

O Município de Uruguaiana possui instalado um banco de dados que registra as atividades econômicas (pessoas jurídicas e pessoas físicas) que solicitam inscrição para o exercício de suas ações (econômicas ou não) no espaço econômico local. Este banco de dados, oriundo de sucessivos sistemas surgidos conforme a tecnologia de cada época, encontra-se em meio digital, controlado por um sistema gerenciador de banco de dados moderno; herdeiro que absorveu o sistema anterior (também em meio eletrônico), por sua vez também sucessor de um sistema de fichas de papel, estas, por sua vez, derivadas dos antigos livros que as relacionavam seqüencialmente.

Essa migração geral dos dados desses diversos tipos de registros gerou uma base ampla, com falhas estruturais de hipertrofia em seu número de registros, causadas, em parte, provavelmente pela falta (ou falha) na manutenção desses procedimentos de controle, corriqueiros e usuais para cadastros quando de sua migração e até posterior controle da tecnologia trocada.

Entretanto, pode-se assumir que todos os registros ali contidos foram oriundos de procedimentos formais e fiscais procedentes da época de instalação dos empreendimentos. Pode-se inferir, aí, também, que essa ação meramente fiscal é aceitável por demonstrar a intenção de exploração econômica privada de cada um dos ramos de atividades pretendidos por contribuintes para explorar as possíveis potencialidades do município.

Com isso poderia ser mantida a análise comparativa do perfil das atividades ali registradas para observar a intenção vocacional dos empreendimentos no município, ao lado da possibilidade de certas falhas na precisão atual do número de registros realmente ativos no espaço urbano.

A importância de manter-se a análise em tal banco de dados, suportando com isso os possíveis desvios quanto à atualidade dos registros mantidos, prende-se ao uso da análise do perfil ali presente, resultado da inscrição ao longo do tempo, para medir a tendência de exploração de espaços econômicos locais que mostram a vontade do empreendedor ao declarar seu tipo de atividade por tais registros.

Com isso, também é possível analisar o poder de arrecadação que tais empreendimentos dão ao município, também seu poder de alcance na empregabilidade na população local e, ainda que parcialmente, da formalização ou da informalidade deles frente ao cumprimento das exigências tributárias e fiscais devidas.

4.1.1 Distribuição das atividades econômicas por grupo econômico

Consta no cadastro de Atividades Econômicas da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, RS, fornecido com atualização até 28 de fevereiro de 2003, o registro de 14.462 inscrições municipais, cuja distribuição por grupo é mostrada na Tabela 01

Tabela 01 - Grupos de atividades econômicas em Uruguaiana, RS

GRUPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
0	Sem descrição no banco de dados	42	0,290%
1	Agência bancária, corretora de seguros, capitalização de planos de previdência	25	0,173%
2	Agência lotérica, loteria esportiva	18	0,124%
3	Bancas, boates, dançantes, congêneres	49	0,339%
4	Mesa de snooker, mini-snooker, jogos eletrônicos e outros jogos	150	1,037%
5	Profissionais de nível universitário ou legalmente reconhecidos	566	3,914%
6	Profissionais de nível médio ou equiparados	157	1,086%
7	Armazém de secos e molhados e similares	1222	8,450%
8	Comércio em geral	4950	34,228%
9	Indústria	104	0,719%
10	Prestação de serviços	4809	33,253%
11	Demais atividades não incluídas nos grupos	1933	13,366%
12	Ambulantes	436	3,015%
20	Serviços de mecânica, manutenção e reparação de veículos automotores	1	0,007%
TOTAL		14462	100%

Na análise da classificação dada na Tabela 01, o título de “grupo econômico”, para aglomerar os registros de atividades econômicas, segundo o setor de atividade do qual faz parte, mostra certa descaracterização quanto à finalidade dessa classificação já que, pela descrição dos itens arrolados, envolvem atividades específicas, algumas bastante focalizadas, que não deveriam ser objeto de análise nessa tabela e sim do tipo de atividade (detalhado no próximo item). Também apresenta alguns registros que não foram classificados (designados como grupo “zero”, ou seja, falta completa de informação ou classificação para esse item), o que pode revelar falta de um sistema de triagem de inclusão de informações defeituosas ou incompletas.

Como o que consta na tabela é o reflexo resumido do que consta no banco de dados sobre atividades econômicas da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, deve ser também o reflexo dos procedimentos usuais de registro usados para sua manutenção, bem como do uso cotidiano no serviço público ligado à tributação, devendo ter esse espaço para que o registro demonstre o setor econômico de que a empresa faz parte. O defeito ou a falta de informação nesse item deixa de gerar informação precisa, ou pode levar a mais procedimentos para aglomerar as informações sobre tal classificação.

Aceitando a classificação geral, nota-se que as atividades econômicas de Uruguiana apresentam uma tendência de concentração, por número de empresas, no setor de comércio (com 42,678%, resultado dos itens 7 e 8), revelando forte tendência quanto à presença do comércio frente à abertura de atividades econômicas na região de fronteira, o que dá idéia da importância ao município dos valores de retorno do ICMS (dos quais os municípios recebem 25%) para o orçamento local.

Por seqüência, vem o setor de prestação de serviços, com 34,933% (resultado dos itens 1, 2, 3, 4, 10 e 20), que devem, em sua maioria, ser controlados pelo poder fiscal municipal, pois aí têm fonte de arrecadação própria, o imposto em análise, devendo, portanto, sobre esse grupo de atividades, exercer especial atenção e controle. Vez que, na maioria, as empresas dessa área devem pedir ao poder público local autorização para emissão de nota fiscal (além da natural e geral para abertura e funcionamento, o alvará) e, por força de lei, para ele devem apresentar suas declarações de faturamento, com fins de tributação.

A seguir, aparecem, com 5% do total de inscrições, os profissionais liberais, constantes dos itens 5 e 6, e que são, via de regra, tributados sobre a sua renda, que é um imposto federal. Também, aqui, deve ser considerada a presença “oficial” dos vendedores ambulantes, que perfazem 3,015% do total, sendo tal categoria, apesar de seu baixo poder de contribuição com a arrecadação local, bastante visada pelo poder público dado seu impacto na empregabilidade e na evasão tributária pela informalidade.

Sobre o item 11, que apresenta a descrição de “demais atividades não incluídas nos grupos”, e que representam 13,366% do total, fez-se uma verificação na própria tabela, em seus registros primários ali depositados, e verificou-se, nesse item, a quase completa classificação de profissionais (pessoas físicas) que desempenham atividades que, ainda que não regulamentadas como profissão liberal, definem-se como por profissões tradicionais, tais como pedreiro, carpinteiro, costureira, etc. Tem, aqui, o cadastro municipal de atividades econômicas um reflexo da ocupação da mão-de-obra não qualificada que está estabelecida no município, embora a importância na arrecadação também pareça ser diminuta.

4.1.2 Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade

Complementando as informações do banco de dados de atividades econômicas, tem-se estruturada, na Tabela 02, uma classificação quanto ao “tipo de atividade”, conforme a seguir mostrado, que procura classificar em escala bem mais focalizada qual a intenção de atividade que o empreendimento solicitou por ocasião de seu registro no Cadastro de ISS. Para essa análise assumiu-se que as empresas registradas no município procuraram seguir sua vocação inicial (ou a declarada inicialmente) quanto à intencionalidade de exploração econômica que solicitou desempenhar no centro urbano.

Dado esse seu grau de especificidade, esta classificação demonstra com maior transparência a intenção do empreendedor quanto ao que quer implantar ou explorar no espaço econômico local, tendo algumas classificações sido bastante detalhadas, esclarecendo melhor que tipo de ação empreendedora é feita ou, ao menos, pretendida. Entretanto, algumas dessas especificações são difusas, não deixando esclarecida qual a intenção de ocupação econômica específica. Mesmo assim, pode-se, da avaliação das primeiras, inferir o potencial de faturamento (e de arrecadação) de tais atividades para o poder fiscal municipal.

Além disso, observa-se duplicações de códigos de classificação, o que, além de retirar certa precisão para o levantamento geral e proporcional de estabelecimentos, pode significar falta de manutenção no banco de dados quanto à rotina de controles e verificação na listagem geral de registros. Tais procedimentos poderiam levar a melhor classificação e controle das atividades registradas, melhorando os levantamentos fiscais e, também, o conhecimento e a transparência dos registros ao controle tributário do poder público municipal sobre os contribuintes.

Do total de 427 classificações encontradas, quanto ao tipo de atividade, elencadas conforme o ANEXO H, destaca-se, para uma melhor análise conceitual e qualitativa do banco de dados estudado, as vinte classificações com maior número de registros de estabelecimentos (ou de atividades econômicas ou qualquer outro uso, conforme a disponibilização feita pela Prefeitura de Uruguaiana), apresentadas na Tabela 02:

Tabela 02 - Principais categorias econômicas em Uruguaiana, RS

TIPO	DESCRIÇÃO	Nº REG	% do Total
2010	Armazém de secos e molhados	835	5,552%
2355	Comércio de artigos de vestuário, armazém e bazar	598	3,976%
2090	Comércio de confecções	468	3,112%
3350	Motorista, motorista de táxi	456	3,032%
4120	Empreiteira de mão de obra	421	2,799%
2360	Artigos diversos	408	2,713%
3290	Representação comercial pessoa jurídica, serviços de assessoria em gestão	346	2,301%
2245	Fruteira	314	2,088%
3105	Costureira	310	2,061%
3355	Pedreiro	263	1,749%
4285	Transporte rodoviário de cargas	257	1,709%
2098	Comércio de artigos diversos e miudezas	224	1,489%
2099	Camelódromo: comércio de artigos em geral	206	1,370%
2042	Diversas atividades econômicas	202	1,343%
2015	Bar e lancheria	183	1,217%
3360	Mecânico, borracheiro autônomo	168	1,117%
2305	Mercado de frutas	167	1,110%
3345	Doceira	161	1,070%
3295	Salão de beleza	157	1,044%
4205	Oficina de consertos e comércio de peças	144	0,957%

Essa classificação por tipo de atividade pode nos apresentar um perfil mais detalhado dos tipos de empreendimento mais procurados pelas empresas (ou pelos empreendedores) na sua formalização de atividade junto aos órgãos municipais. Parece, da análise da tabela resumida das vinte maiores classificações por tipo de atividade, que se nota uma forte tendência, quanto ao número de atividades, ao comércio: a soma do peso das atividades de códigos 2010, 2355, 2090, 2360, 2245, 2098, 2099, 2015 e 2305 (todas aparentemente ligadas ao comércio) chega a 23,334% do total das atividades do município concentradas apenas nessas nove classificações.

Em segundo lugar, nota-se a presença de prestadores de serviços, na proporção de 16,635% do total de atividades presentes no banco de dados. Resultado de nove diferentes códigos de classificação, a saber: 3350, 4120, 3290, 3105, 3355, 3360, 3345, 3295 e 4205. Elas mostram a concentração deste tipo de atividades em categorias com baixo poder de geração de faturamento e, por consequência, de tributos locais. Esse fato, salientado por oportuno, é a origem (ou fato gerador) do tributo em análise neste trabalho. Isso deve evidenciar um trabalho

considerável de controle e acompanhamento sobre atividades de baixo poder de retorno para a arrecadação local.

4.1.3 Distribuição das atividades econômicas de padaria e similares

Dentre todas as atividades econômicas elencadas no item anterior, optou-se por analisar especificamente as relacionadas com padaria (e suas classificações similares) para, independente da área de quadras amostra em análise, demonstrar a possibilidade de estudo da espacialização por todo o centro urbano, tanto para os fins de acompanhamento e localização pela área tributária, como para o planejamento de investimentos públicos e privados que possam depender de decisão ou fomento do poder público local.

Verificou-se, a partir da análise dos itens constantes no ANEXO H, a existência dos registros a seguir mostrados separadamente na Tabela 03.

Tabela 03 - Atividades econômicas de padaria e similares em Uruguaiana, RS

TIPO	DESCRIÇÃO	N° REG	% Geral
2260	Padaria	57	0,379%
2350	Padaria e lancheria	8	0,053%
2400	Padaria e armazém	31	0,206%
4335	Distribuição de pão	3	0,020%
TOTAL		99	0,638%

Apesar do percentual aparentemente modesto, visto na tabela acima, esta atividade permeia todo o centro urbano e, por sua característica de ter a necessidade de localização próxima ao mercado consumidor, tende a se distribuir com certa uniformidade pela cidade, na proporção de sua densidade demográfica. O número de registros apresentados também mostrou-se viável de ser coletado e amostrado no trabalho.

4.2 Mosaico aerofotográfico

O mosaico aerofotográfico digital de características não controlado, elaborado pela montagem das fotografias aéreas de pequeno formato tomadas sobre a área urbana de Uruguaiana (Figura 01), foi a base digital para a apresentação e

visualização espacial de estabelecimentos georreferenciados a partir da tomada de pontos de GPS.

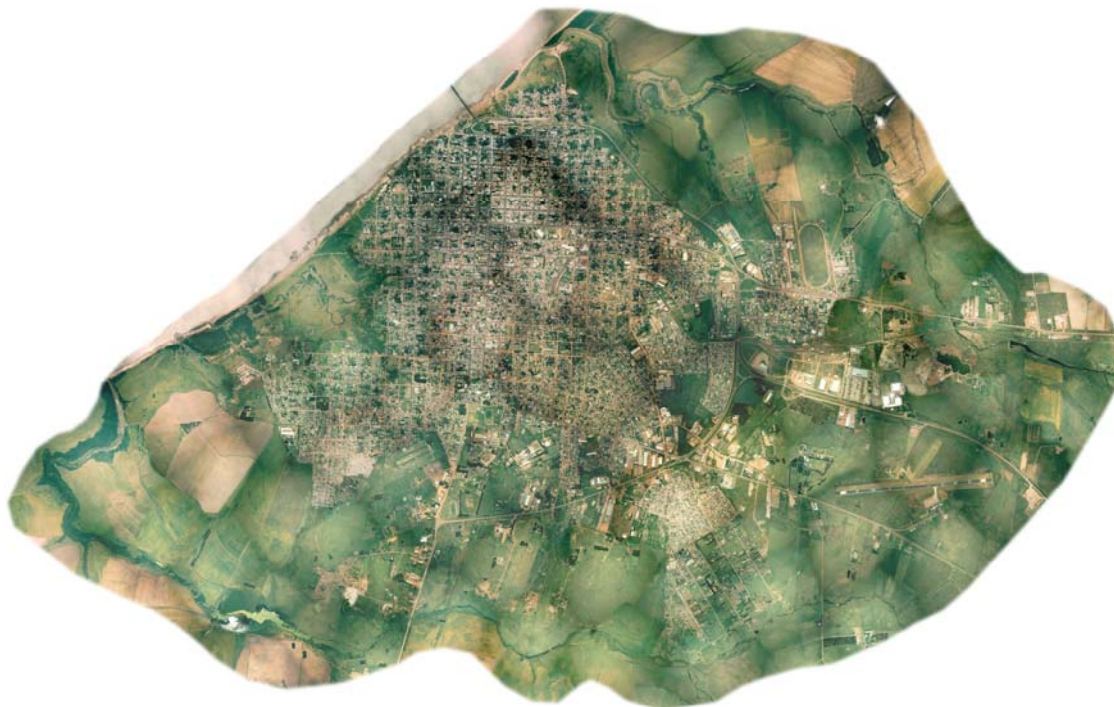


Figura 01 - Mosaico aerofotográfico da área urbana de Uruguaiana, RS

Este mosaico foi georreferenciado a partir das coordenadas UTM obtidas com o GPS topográfico em ambiente do sistema CRSiter® 2.5, sendo que a resolução obtida foi de 3,310161 metros por pixel e os erros nos eixos Este e Norte foram, respectivamente, 5,08 e 2,42 metros, os quais encontram-se dentro de um nível de tolerância aceitável para o presente trabalho.

4.3 Georreferenciamento de atividades econômicas

Foram georreferenciadas de forma pontual todos os estabelecimentos cujas atividades econômicas estivessem vinculadas ao cadastro de ISSQN, situados nas nove quadras centrais da área de amostra de Uruguaiana, RS, e também os estabelecimentos classificados como de padarias, estes em toda área urbana.

A tomada de pontos de georreferenciamento em Uruguaiana, RS teve seus resultados apresentados ao Setor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Uruguaiana para identificação dos registros (matrículas) das atividades econômicas

ali constantes. A partir da confrontação do endereço, tomado pelo par de fiscais quando da marcação do ponto, com os registros constantes no referido cadastro, identificou-se os estabelecimentos conforme as tabelas a seguir.

A Tabela 04 representa a relação das quadras e o respectivo número de empresas (ou atividades econômicas) presentes nas mesmas. Ela deriva da observação dos resultados das tabelas constantes nos ANEXOS I ao S.

Tabela 04 - Atividades por quadra e padaria

QUADRA	Nº ATIVIDADES COM REGISTRO	Nº ATIVIDADES SEM REGISTRO	% SEM REGISTRO
54	98	23	19,008%
55	12	1	7,692%
56	29	6	17,143%
63	51	10	16,393%
64	37	16	30,189%
65	54	14	20,588%
74	34	14	29,167%
75	32	13	28,889%
76	29	5	14,706%
Padarias	33	13	28,261%

No levantamento feito pelos fiscais da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, observou-se razoável percentagem do número total de atividades que estão com situação sem registro ou com registro não localizado. Essa última situação equivale, na prática tributária, a não ter arrecadação acompanhada, o que pode representar como resultado a situação de não contribuir aos cofres públicos, ao menos no nível municipal. Algumas quadras apresentaram índice desta falta de registro num grau que pode representar perda de controle sobre a atividade econômica e de sua possível arrecadação aos cofres públicos municipais.

Quanto às padarias, do total de 99 registros inscritos inicialmente no cadastro, a equipe volante de fiscais somente localizou 33 delas; e localizou mais 13 delas sem menção no cadastro, o que equivaleu aos 28% encontrados sem registro. Embora grande parte da arrecadação destas atividades seja devida ao ICMS, que é um tributo estadual, o município recebe a quarta parte deste e tem, inclusive, no caso de Uruguaiana, representado a maior fonte de receita do orçamento local.

A Figura 02 apresenta em detalhes a localização espacial georreferenciada de todos os estabelecimentos existentes nas quadras amostra, mostrados sobre o mosaico digital.

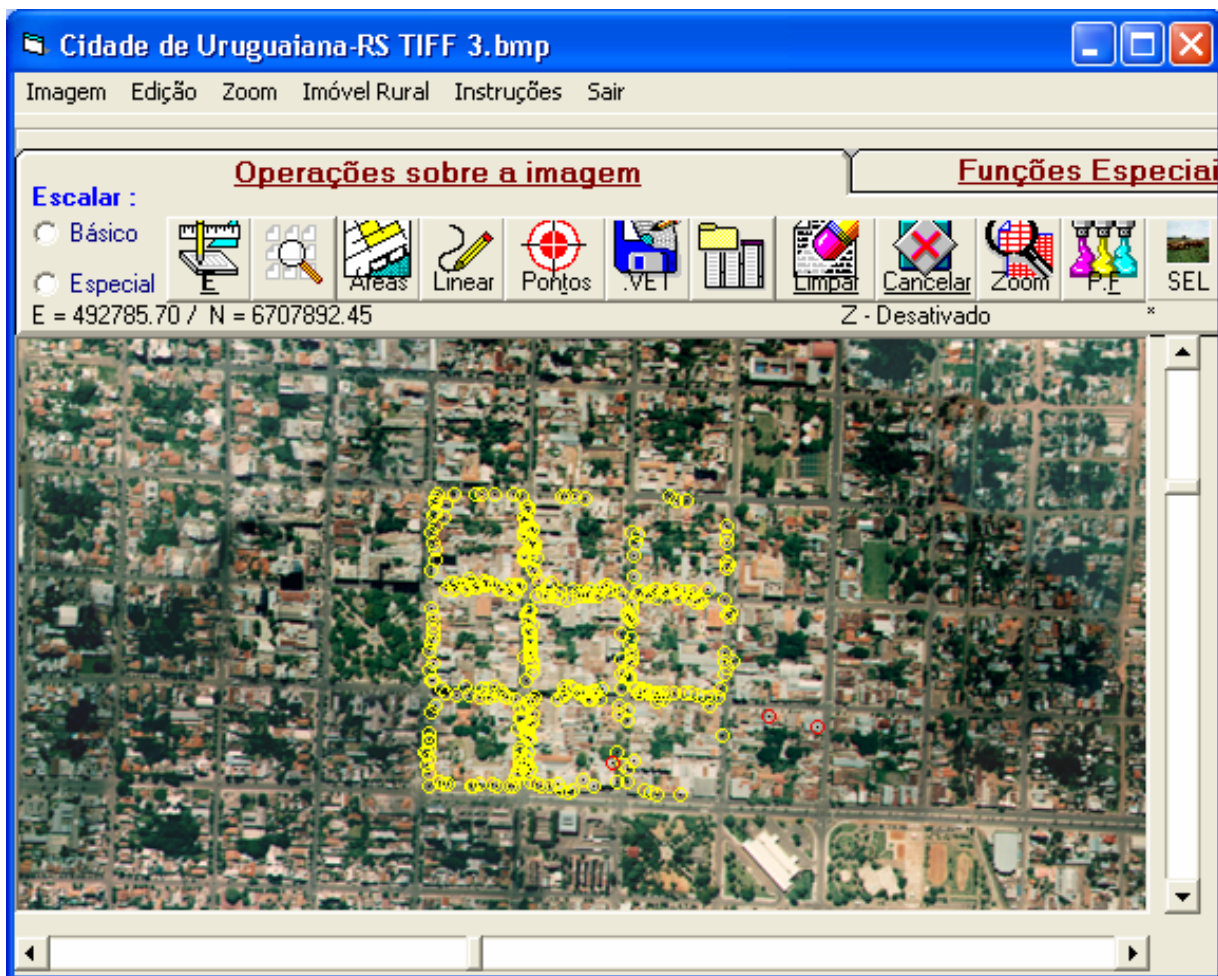


Figura 02 - Localização espacial de estabelecimentos nas quadras amostra

Na Figura 03, ilustra-se um georreferenciamento de padarias localizadas em um bairro da cidade.



Figura 03 - Localização espacial de padarias em parte do espaço urbano de Uruguaiana, RS

5 CONCLUSÕES

A aplicação de geotecnologia para a análise da distribuição espacial de estabelecimentos existentes em uma área amostra e de uma categoria específica, na cidade de Uruguaiana, RS, demonstra que, além da funcionalidade da tecnologia para organizar esse cadastro, também serve para observar a distribuição dos fenômenos econômicos e tributários no centro urbano, a possibilidade de sua utilização para aprimorar o controle sobre o uso e exploração da área urbana para fins econômicos ou de qualquer outra ocupação que houver aí se instalado.

Parece não ser o caso do cadastro de atividades de Uruguaiana. Sua classificação das empresas apresenta imprecisões quanto ao grupo econômico e quanto à categoria econômica (esta, uma série de divisões daquele), o que acaba por prejudicar o uso do referido cadastro para fins de planejamento fiscal e, principalmente, para o planejamento urbano de uso, ocupação e exploração econômicos do centro urbano.

A organização dessa exploração econômica, a ser controlada e disciplinada pelo poder público local, apresenta peculiaridades que tornam a análise espacial imprescindível: a liberação de atividades próximas a determinados pontos sensíveis, como escolas e hospitais, ou o simples planejamento para melhor auxiliar na localização de novos empreendimentos privados no centro urbano, principalmente para aqueles onde a proximidade com o mercado consumidor é tão importante quanto a distância de seus concorrentes, melhorando a malha de cobertura do atendimento à população usuária e viabilizando as iniciativas econômicas, bem como quanto à verificação da segurança de empreendimentos que podem causar riscos ou estarem expostos a condições sanitárias não permitidas.

Ficou, também, clara, no presente trabalho, a necessidade da manutenção de um banco de dados dessas atividades, que tenha grande compatibilidade com os estabelecimentos efetivamente instalados e em operação no centro urbano. A descaracterização dos registros da Prefeitura frente à realidade presente na área urbana faz com que o uso do cadastro seja repellido como não confiável ou, ao menos, tenha seu uso diminuído frente ao potencial que poderia ajudar a Prefeitura. Para tanto, deveria a Prefeitura proceder ações de atualização dos registros ali depositados, depurando os inexistentes (ou inativos) e adequando os impróprios.

Para tanto, o uso de geotecnologias de espacialização dessas atividades parece ser a maneira mais rápida e barata de recorrer o centro urbano e verificar a existência dos estabelecimentos elencados nos registros cadastrais oficiais e, posteriormente, iniciar os procedimentos de baixa daqueles que não mais se encontram ativos. Quando da disponibilização de um cadastro realmente procedente frente ao que está efetivamente instalado no centro urbano, pode-se fazer análises bem mais próprias sobre a tendência de empreendimentos no Município, bem como da estimativa fiscal local.

Também poderia ser mais eficiente a Prefeitura que as classificações quanto ao grupo e quanto a categoria de atividades fossem revistas, adaptado ao que é usado pelos órgãos federais (pela Receita Federal, com mais certeza) e readequando as classificações, por vezes detalhadas demais para um uso técnico, por vezes genérica demais para uma compreensão de sua intenção e exploração econômica. Isso significaria uma revisão completa da base de lançamentos nesses dois códigos.

A análise da concentração por tipo e por categoria de atividades, em um cadastro que tenha um banco de dados mais atualizado e confiável, pode revelar o perfil do desenvolvimento econômico e sua tendência de distribuição pela cidade, o que serve para o planejamento do poder público local quanto aos rumos ou correções a serem tomados para solidificar e incrementar o processo econômico.

O perfil dessas atividades registradas pode significar uma orientação mais precisa ao fisco local quanto ao direcionamento de suas ações de controle de arrecadação assim como as orientações das futuras tendências de acompanhamento para fiscalização.

Caso típico foi o estudo sobre a distribuição de padarias por sobre o centro urbano. Da lista original, somente 33 foram localizadas, perfazendo um terço da lista inicial do cadastro. Localizou-se mais 13 delas sem registro no cadastro pela simples passagem *in loco* pelas ruas, quando da tentativa de localização daquelas. Isso confirma a premente necessidade de melhorias nos processos de registro e manutenção dessas informações.

Decorre disso uma sugestão da necessidade, talvez imperiosa, de procedimentos que melhorem esse banco de informações e proceda-se a adequações que o tornem espelho da realidade para um uso confiável dos órgãos e

instituições tanto a respeito da tributação, quanto ao planejamento e levantamento de potencialidades econômicas.

Quanto às atividades que não possuem registro, serve o sistema para, uma vez que, por qualquer motivo que seja, ter registrado sua existência no local urbano, montar controles e rotas para sua fiscalização, seja tributária, seja de posturas, para que possam ser acionadas e buscando a regularização desses empreendimentos, combatendo a fuga tributária através da informalidade, conforme os procedimentos de responsabilidade fiscal da gestão pública.

Pode-se, também, a partir desse cadastro apropriado, levantar os mapas de riscos para determinadas atividades, notadamente aquelas que envolvam riscos à população pela proximidade com produtos químicos ou assemelhados, que causem risco de incêndio, ou, meramente, pela redondeza de escolas ou locais de concentração pública.

Também poderia ser usada, para espacializar a atividade que exige vigilância sanitária ou controle ambiental específico, como farmácias, postos de combustíveis, clínicas médicas, consultórios dentários.

Ao lado dessas aplicações de que as ferramentas de geotecnologia podem disponibilizar, pode-se aprimorar as análises de perfil empreendedor local, para melhorar o suporte aos existentes e ajudar a prospectar novos, com papel de ajudar na alavancagem desses, dando as informações necessárias para a consecução de projetos maiores de investimentos (a existência de tantas doceiras e cozinheiras no cadastro não poderia significar a possibilidade de exploração econômica local de uma indústria caseira de doces artesanal e pulverizada, como parece ser em Pelotas?)

A necessidade de transparência desse cadastro frente ao existente nas ruas e bairros do centro urbano, tão visíveis aos moradores e por eles atendidos, também ajudaria na recuperação da imagem do gestor público coerente com sua responsabilidade social para melhor garantir a empregabilidade dos cidadãos, assim como com sua responsabilidade fiscal a todos atingindo, conforme seu grau de capacidade de pagamento de tributos.

Mostra-se importante para os procedimentos normais de atuação fiscal da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, uma revisão do banco de dados de atividades (cadastro de ISS) para completá-lo e atualizá-lo, independente da adoção das geotecnologias, pelo retorno que poderá ter a municipalidade somente na melhoria

da cobertura cadastral de contribuintes informais, bem como da melhor análise quanto à distribuição vocacionada dos empreendedores instalados, o que facilitaria qualquer diagnóstico da área empresarial da cidade.

Para tanto é necessário a capacitação dos fiscais e do pessoal de apoio nos conceitos e no uso de geotecnologias, de forma a instrumentalizá-los permanentemente na aplicação prática dessa nova técnica. Isso significaria algum gasto inicial para a Prefeitura, mas, com o atual quadro, não precisaria aumentar o número de servidores ao longo dos próximos anos para as ações de fiscalização tributária e controle de atividades econômicas no Município.

As possibilidades, uma vez feitas as correções sugeridas acima, poderia significar incrementos de arrecadação, sem alteração tributária maior, somente alcançando aqueles que estão fora dos controles cadastrais (que em algumas quadras alcançaram 30% dos estabelecimentos!) e que poderiam começar a contribuir com a municipalidade e, esta, devolvendo em mais ações de serviço público.

Também poderia esse sistema servir de transparência maior ao cadastro de atividades, uma vez que é de uso mais amigável à compreensão de leigos, para o controle social das ações que todos os níveis do Estado devem ser submetidos, base do processo democrático e da manutenção do Estado Democrático de Direito, onde ao cidadão realmente seja alcançado o direito e a compreensão das ações exigidas quando da arrecadação (a receita do órgão público) e da fiscalização de sua contrapartida (os gastos oriundos dessa arrecadação), inclusive quanto à eficiência, oportunidade e localização.

6 BIBLIOGRAFIA

AFONSO, J. R. R. et al. **Municípios, arrecadação e administração tributária: quebrando tabus. 2002** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1001.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2005.

BARBOSA, D. B. L. **Geoprocessamento aplicado às análises de distribuição de valores do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU na área central de Pedro Leopoldo – M.G.** 2002. Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/centrorecursos/5cursopub/daniela%20batista%20lima%20barbosa.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2004.

BARBOSA, R. **Oração aos moços.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. 14. ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

BORGES, H. B. **Curso de Especialização de analistas tributários: IPI, ICMS e ISS.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CÂMARA, G.; DAVIS, C. **Por que Geoprocessamento?.** 2001. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap1-introducao.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

CASTRO, J. N. de. Considerações sobre o federalismo. In: PREDIGER, C. O Município Brasileiro e seu papel até 1988, In: **Revista Interesse Público**, ano 5, nº 20, julho/agosto de 2003. Porto Alegre: Notadez, 2003.

COELHO, F. C. S. de B. (Coord.). **Diagnóstico Sócio Econômico de Uruguaiana.** Uruguaiana: PUCRS, 2004. Disponível em: <<http://www.uruguaiana.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 set. 2004.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1988.

GARRASTAZÚ, M. C. **Sistema territorial de informações cadastrais rurais: modelagem, estruturação e aplicação.** Dissertação de Mestrado, UFSM, Santa Maria, RS, 2001. 151p.

GIOTTO, E.; SEBEM, E. **A topografia com o sistema CR - TP0 6.0**. Santa Maria: UFSM, CCR, Departamento de Engenharia Rural: FATEC, 2001.

HAUSMANN, R.; STEIN, E. Descentralizacion y urbanizacion: dos fuertes tendencias que afectan a la ciudad latinoamericana. In: SEMINARIO SOBRE LA MODERNIZACION DE LAS FINANZAS MUNICIPALES: UM PASO ESENCIAL PARA LA CONSOLIDACION INSTITUCIONAL. 1998, Antigua, Guatemala. **Anales...** Banco Interamericano de Desarrollo, 1998, p. 17-30.

HENDGES, E. R. **Análise da distribuição espacial dos casos notificados de AIDS na região do Consórcio Intermunicipal de saúde – RS**. 2004. 95 p. Dissertação (Mestrado em Geomática), UFSM, Santa Maria, RS.

JAYME JÚNIOR, F. G. **Finanças públicas em Belo Horizonte (1989 - 2003)**. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/mod6.pdf>> Acesso em: 14 jan. 2004.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Geoprocessamento**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/spring/usuario/geoprocessamento.htm>>. Acesso em: 05 out. 2004.

KLEINER, R. de M.; MENEGUETTE, A. A. C. **A tecnologia dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e a internet**. Disponível em: <<http://www.ic.unicamp.br/~cmbm/geoinfo/papers/117kleiner.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2004.

LISBOA FILHO, J. **Projeto de Banco de Dados para Sistemas de Informação Geográfica**. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/reic/edicoes/2001e2/tutoriais/ProjetoDeBDparaSistemasdeInformacaoGeografica.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2004.

LOCH, C. **Geração, integração e manejo de informações físico-espaciais como base para a modernização da gestão municipal apoiadas nas experiências internacionais**. Disponível em: <<http://www.pp.ufu.br/Cobenge2001/trabalhos/CPI007.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2004.

MELO, J. E. S. de. **ISS – Aspectos teóricos e práticos**. 3. ed. São Paulo: Dialética, 2003.

MONICO, J. F. G. **Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: descrição, fundamentos e aplicações**. São Paulo: UNESP, 2000.

MOTA, R. et al. **Método científico & Fronteiras do conhecimento**. Santa Maria: Cesma, 2003.

MOURA, A. C. M. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. Belo Horizonte: da autora, 2003.

MOURA, A. C. M. **Globalização e metodologias no uso de geoprocessamento: estudos de casos de diferentes abordagens de análises espaciais**. 1997. Disponível em: <<http://capela.csr.ufmg.br/geoprocessamento/centrorecursos/relacionadas/globalizacao.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2004.

MUNDIM, R. A. di L. **Geoprocessamento aplicado à análise espacial de uso e ocupação do solo na área urbana e entorno de São José da Lapa**. Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/centrorecursos/4cursopub/lorenzo-mundim2001.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2004.

OLIVEIRA, F. A. **A Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros Ltda, 1991.

OLIVEIRA, J. A. B. de. Descentralização do poder: federação e município. In: PREDIGER, C. O Município Brasileiro e seu papel até 1988, In: **Revista Interesse Público**, ano 5, nº 20, julho/agosto de 2003. Porto Alegre: Notadez, 2003.

PEDROZO, I. F. **Gerenciamento da rotina na administração pública – um estudo de caso na Secretaria de Município das Finanças da Prefeitura Municipal de Santa Maria**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

PEIXOTO, P.; GUIMARÃES, T. Guerra fiscal contamina cadastro do IBGE. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 nov 2004. Caderno Dinheiro 2, p. B 17.

PEREIRA, J. A. M. **Finanças públicas municipais: relação de dependência entre receita transferida e receita própria dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Período 1989 - 1998**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_9_pereira.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2002.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000. Disponível em: <http://zeus.enap.gov.br/publicacoes/download/entra.asp?arq=../textos/37%20texto_discussao_ENAP.zip>. Acesso em: 06 out. 2003.

PREDIGER, C. O Município Brasileiro e seu papel até 1988, In: **Revista Interesse Público**, ano 5, nº 20, julho/agosto de 2003. Porto Alegre: Notadez, 2003.

REZENDE, F. A. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, A. de B. **Sistemas de Informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade; uma introdução crítica ao planejamento e à gestão. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002. p. 220-225. In: BARBOSA, D. B. L. **Geoprocessamento aplicado às análises de distribuição de valores do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU na área central de Pedro Leopoldo – M.G.** Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/centrorecursos/5cursopub/daniela%20batista%20lima%20barbosa.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2004.

TIKUNOV, W. S. **Geoinformática y geografia**. Disponível em: http://200.27.126.219/cct2002_1/Congreso/Tecnologia/Paper/PaperTikunovTA.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2004.

TONET, H. **A Lei de Responsabilidade Fiscal: uma abordagem gerencial**. Brasília: Conselho Federal de Administração, v. 1, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses – MDT**. 5. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, PGP, 2000.

URUGUAIANA. **Lei Municipal nº 2413 de 20 de dezembro de 1993**. Estabelece o Código Tributário do Município, consolida a Legislação Tributária e dá outras providências. Poder Executivo, Uruguaiana, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Alvará

Nome do Campo	Descrição
MAT	Matrícula do contribuinte (pessoa física ou jurídica) que irá desempenhar atividade econômica;
IM	Matrícula do imóvel que o contribuinte usará para essa atividade econômica;
NOME	Identificação do contribuinte
NOME_RESPONSÁVEL	Nome do principal responsável pela atividade, em caso de pessoa jurídica;
END_LOCALIZAÇÃO	Endereço do local da atividade econômica;
METRAGEM	Quantificação do espaço ocupado pela atividade econômica, em m², calculado pelo fiscal;
AT_CÓDIGO	Código da atividade, conforme tabela específica;
AT_DESCRIBÇÃO	Descrição da atividade, em texto, conforme a classificação feita no item anterior;
MÓDULO	SD
DATA_INÍCIO	Data do início da atividade econômica;
INICIAL	Número do processo administrativo que deu abertura a essa atividade econômica;
GRUPO	Código do grupo de atividade, conforme tabela específica;
GR_DESCRIBÇÃO	Descrição do grupo de atividade, em texto, conforme a classificação feita no item anterior;
SUB_GRUPO	SD
GR_SUBGRUPO	SD
PROC_ALTERAÇÃO	Registro de qualquer processo administrativo que tenha gerado alteração no cadastro de atividades econômicas;
N_ALVARÁ	Número do alvará de funcionamento atribuído para o exercício dessa atividade econômica;
VALOR_ALVARÁ	Valor da Taxa de Licença de Localização e de Fiscalização de Estabelecimento e de Atividade Ambulante, anual, atribuída pelo fiscal conforme Código Tributário Municipal;
DATA_VENC	Data de cobrança, dentro do ano, da taxa referida acima;
PGT_ALVARÁ	Situação financeira do contribuinte, se pago ou não;
DATA_PGT	Data de registro do pagamento, caso houver;
VALOR_PGT	Valor registrado do pagamento, caso existente.

ANEXO B - Atividades

Nome do Campo	Descrição
AT_CÓDIGO	Código da principal atividade desenvolvida pelo contribuinte;
AT_DESCRIÇÃO	Descrição da atividade conforme o código referido no item anterior;
AT_TIPO	Descrição quanto ao tipo de pagamento do ISS, se fixo (anual ou semestral) ou variável (mensal).
GRUPO	Correspondente grupo de atividade, conforme tabela própria;
IS_VAR	Classificação atribuída pelo fiscal, exclui a posterior;
IS_FIXO	Classificação atribuída pelo fiscal, exclui a anterior.

ANEXO C - BIC_ISSQN

Nome do Campo	Descrição
MAT	Matrícula do contribuinte (pessoa física ou jurídica) que irá desempenhar atividade econômica;
IM	Matrícula do imóvel que o contribuinte usará para essa atividade econômica;
NOME	Identificação do contribuinte
NOME_FANTASIA	Nome fantasia que a atividade pode utilizar;
NOME_RESPONSÁVEL	Identificação do responsável pela atividade econômica;
END_LOCALIZAÇÃO	Endereço do local onde desempenha a atividade econômica cadastrada;
END_CORRESPONDÊNCIA	Endereço que o contribuinte indica para recebimento de correspondência;
CEP	Código postal do item acima;
TELEFONE	Telefone de contato mais rápido durante o horário comercial;
E_MAIL	Endereço eletrônico para postagem de correspondência;
CPFCNPJ	Número identificador junto ao cadastro da receita federal, quer de pessoas físicas, quer de pessoas jurídicas;
CPF	Número identificador junto ao cadastro da receita federal do responsável pela atividade econômica;
CI	Número identificador junto ao cadastro de documentos de identificação;
AT_CÓDIGO	Código da atividade principal desempenhada pelo contribuinte, fixado pelo fiscal;
AT_DESCRIBÇÃO	Descrição literal do código do item anterior;
GRUPO	Código do grupo da atividade principal desempenhada pelo contribuinte, fixado pelo fiscal;
GR_SUBGRUPO	SD
EX_PERMANENTE	Código de marcação para atividades econômicas de exercício permanente e contínuo;
EX_TEMPORÁRIO	Código de marcação para atividades econômicas de exercício eventual ou descontínuo;
DATA_INÍCIO	Data do início da atividade econômica;
DATA_FINAL	Data do encerramento da atividade econômica;
NJ_PF	SD
NJ_PJ	SD
NJ_SC	SD
CA_INDÚSTRIA	SD
CA_COMÉRCIO	SD
CA_SERVIÇOS	SD
CA_AGROPECUÁRIA	SD
LOC_URBANA	Código de marcação para atividade econômica urbana;
LOC_RURAL	Código de marcação para atividade econômica rural;
MAT_IMÓVEL	Matrícula do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso urbana;
SETOR	Setor do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso urbana;
QUADRA	Quadra do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso urbana;

ANEXO C - BIC_ISSQN (continuação)

Nome do Campo	Descrição
LGR	Logradouro do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso urbana;
COD_BAIRRO	Código do bairro do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso urbana;
BAIRRO	Descrição literal do item anterior;
E	SD
N	SD
MATRIMÓVEL	Matrícula do imóvel em que se desenvolve a atividade econômica, caso em zona rural;
DISTRITO	Distrito do interior em que se desenvolve a atividade econômica, caso em zona rural;
LOCALIDADE	Localidade do interior em que se desenvolve a atividade econômica, caso em zona rural;
LATITUDE	Latitude geográfica, em coordenadas UTM, levantadas por fiscal, no local onde se exerce a atividade econômica principal do contribuinte;
LONGITUDE	Longitude geográfica, em coordenadas UTM, levantadas por fiscal, no local onde se exerce a atividade econômica principal do contribuinte;
ENQ_AUTÔNOMO	SD
ENQ_HOMOLOGAÇÃO	SD
ENQ_ESTIMATIVA	SD
ENQ_ARBITRAMENTO	SD
ENQ_SC	SD
ENQ_SN_SÓCIOS	SD
MÓDULO	SD
IS_MICROEMPRESA	Código de ativação se o contribuinte é classificado como microempresa;
IS_SIMPLES	Código de ativação para o contribuinte optante pelo SIMPLES;
IS_PL	SD
IS_UP	SD
METRAGEM	Área total usada pela atividade econômica, medida em m ² , levantada pelo fiscal;
BAIXA	Número do processo administrativo em que foi requerida baixa do contribuinte;
INICIAL	Número do processo administrativo em que foi requerido o início da atividade do contribuinte;
CONST_CIVIL_M	SD
PESSOA_FÍSICA_M	SD
CONST_CIVIL_NM	SD
PESSOA_FÍSICA_NM	SD
MEMORIAL	Espaço para despacho textual da fiscalização;
NF1	SD
NF2	SD
NF3	SD
NF4	SD
PROC_ALTERAÇÃO	Número do processo administrativo que requereu alguma alteração no cadastro deste contribuinte;
N_ALVARÁ	Número do alvará de funcionamento do contribuinte;

ANEXO D - Grupos

Nome do Campo	Descrição
ID	SD
GRUPO	Código do grupo de atividade econômica;
GR_DESCRIBÇÃO	Descrição textual do código do item acima;
GR_COMPLEMENTO	Descrição textual complementar do código "GRUPO" quanto à classificação de área e eventualidade;
GR_SUBGRUPO	SD
VL_INICIAL	Valor de cobrança pelo início da atividade econômica e emissão de alvará de funcionamento;
VL_RENOV	Valor da taxa anual de fiscalização de atividade econômica;

ANEXO E - Arquivo de pontos coletados em modo Waypoint

Datum,WGS84,WGS84,0,0,0,0,0

WP,UTM,001 , 21J ,491648.1409,6708449.356,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,002 , 21J ,491647.6223,6708449.356,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,003 , 21J ,491650.2156,6708449.358,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,004 , 21J ,491646.0672,6708448.166,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,005 , 21J ,491645.0308,6708446.976,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,006 , 21J ,491646.0681,6708446.977,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,007 , 21J ,491647.1054,6708446.978,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,008 , 21J ,491647.1058,6708446.383,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,009 , 21J ,491647.6245,6708446.384,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:15
WP,UTM,010 , 21J ,491648.1432,6708446.384,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:16
WP,UTM,011 , 21J ,491677.7043,6708449.378,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:22
WP,UTM,012 , 21J ,491676.1497,6708447.594,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:22
WP,UTM,013 , 21J ,491676.1497,6708447.594,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:22
WP,UTM,014 , 21J ,491675.1128,6708446.999,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,015 , 21J ,491675.1128,6708446.999,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,016 , 21J ,491674.5942,6708446.998,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,017 , 21J ,491675.1133,6708446.404,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,018 , 21J ,491674.5946,6708446.404,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,019 , 21J ,491674.5951,6708445.809,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:23
WP,UTM,020 , 21J ,491707.2686,6708448.211,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:24
WP,UTM,021 , 21J ,491712.4543,6708449.404,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:24
WP,UTM,022 , 21J ,491714.0103,6708449.405,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:24
WP,UTM,023 , 21J ,491712.4539,6708449.998,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,024 , 21J ,491711.4166,6708449.998,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,025 , 21J ,491711.4166,6708449.998,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,026 , 21J ,491709.8610,6708449.402,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,027 , 21J ,491708.3055,6708448.807,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,028 , 21J ,491705.7131,6708447.616,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,029 , 21J ,491705.1945,6708447.615,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,030 , 21J ,491705.1945,6708447.615,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:25
WP,UTM,031 , 21J ,491739.9427,6708450.019,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,032 , 21J ,491740.4613,6708450.019,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,033 , 21J ,491740.4613,6708450.019,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,034 , 21J ,491739.9409,6708452.396,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,035 , 21J ,491739.9405,6708452.991,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,036 , 21J ,491740.4591,6708452.991,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,037 , 21J ,491739.9405,6708452.991,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,038 , 21J ,491739.4223,6708452.396,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,039 , 21J ,491738.3845,6708452.990,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:27
WP,UTM,040 , 21J ,491737.8650,6708454.178,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:28
WP,UTM,041 , 21J ,491770.5421,6708451.825,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:29
WP,UTM,042 , 21J ,491769.5048,6708451.824,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:29
WP,UTM,043 , 21J ,491768.9861,6708451.823,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:29
WP,UTM,044 , 21J ,491768.4675,6708451.823,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:29
WP,UTM,045 , 21J ,491767.4297,6708452.417,12/31/1989,00:00:00,29-JAN-04 12:29

ANEXO F - Arquivo de pontos calculados em tabela EXCEL®

Quadra 54 - face rua Tiradentes

Datum	WGS84	WGS84	0	0,0000	0,0000	0	0		
WP	UTM	1	21J	491.648,1409	6.708.449,3560	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	2	21J	491.647,6223	6.708.449,3560	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	3	21J	491.650,2156	6.708.449,3580	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	4	21J	491.646,0672	6.708.448,1660	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	5	21J	491.645,0308	6.708.446,9760	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	6	21J	491.646,0681	6.708.446,9770	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	7	21J	491.647,1054	6.708.446,9780	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	8	21J	491.647,1058	6.708.446,3830	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	9	21J	491.647,6245	6.708.446,3840	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:15
WP	UTM	10	21J	491.648,1432	6.708.446,3840	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:16
Ponto Lyon Cambio Turismo =				491.647,3124	6.708.447,6318	média			
				1,4294	1,2964	desv padrão			
				2,0432	1,6806	variância			
WP	UTM	11	21J	491.677,7043	6.708.449,3780	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:22
WP	UTM	12	21J	491.676,1497	6.708.447,5940	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:22
WP	UTM	13	21J	491.676,1497	6.708.447,5940	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:22
WP	UTM	14	21J	491.675,1128	6.708.446,9990	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
WP	UTM	15	21J	491.675,1128	6.708.446,9990	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
WP	UTM	16	21J	491.674,5942	6.708.446,9980	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
WP	UTM	17	21J	491.675,1133	6.708.446,4040	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
WP	UTM	18	21J	491.674,5946	6.708.446,4040	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
WP	UTM	19	21J	491.674,5951	6.708.445,8090	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:23
Ponto Trailer =				491.675,4585	6.708.447,1310	média			
				1,0366	1,0232	desv padrão			
				1,0746	1,0469	variância			
WP	UTM	20	21J	491.707,2686	6.708.448,2110	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:24
WP	UTM	21	21J	491.712,4543	6.708.449,4040	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:24
WP	UTM	22	21J	491.714,0103	6.708.449,4050	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:24
WP	UTM	23	21J	491.712,4539	6.708.449,9980	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	24	21J	491.711,4166	6.708.449,9980	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	25	21J	491.711,4166	6.708.449,9980	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	26	21J	491.709,8610	6.708.449,4020	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	27	21J	491.708,3055	6.708.448,8070	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	28	21J	491.705,7131	6.708.447,6160	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	29	21J	491.705,1945	6.708.447,6150	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
WP	UTM	30	21J	491.705,1945	6.708.447,6150	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:25
Ponto Sem Nome =				491.709,3899	6.708.448,9154	média			
				3,2087	0,9874	desv padrão			
				10,2960	0,9750	variância			

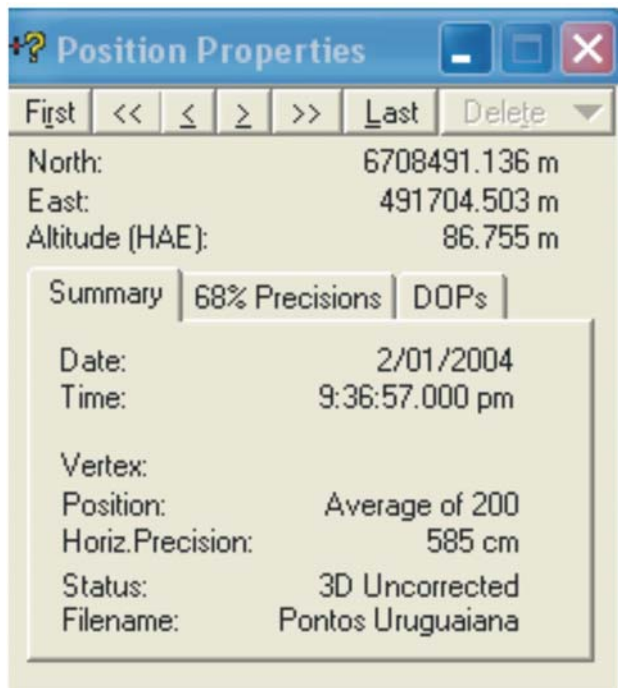
ANEXO F - Arquivo de pontos calculados em tabela EXCEL® (continuação)

Quadra 54 - face rua Tiradentes

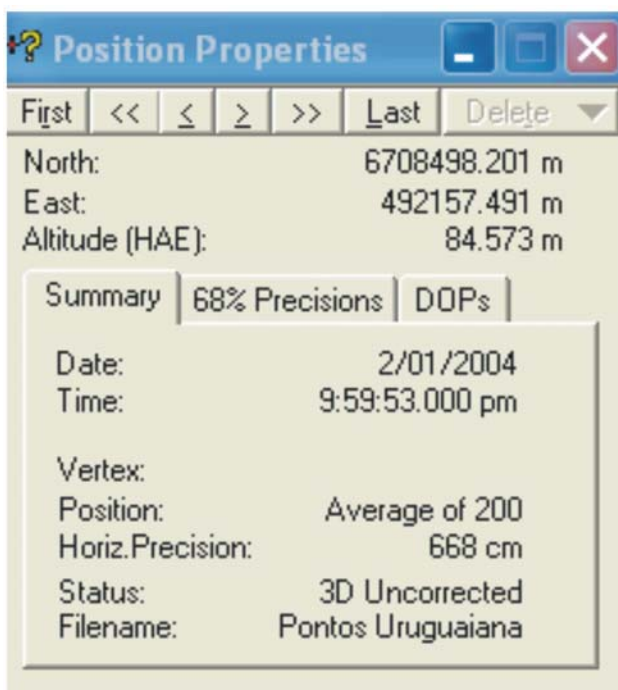
WP	UTM	31	21J	491.739,9427	6.708.450,0190	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	32	21J	491.740,4613	6.708.450,0190	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	33	21J	491.740,4613	6.708.450,0190	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	34	21J	491.739,9409	6.708.452,3960	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	35	21J	491.739,9405	6.708.452,9910	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	36	21J	491.740,4591	6.708.452,9910	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	37	21J	491.739,9405	6.708.452,9910	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	38	21J	491.739,4223	6.708.452,3960	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	39	21J	491.738,3845	6.708.452,9900	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:27
WP	UTM	40	21J	491.737,8650	6.708.454,1780	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:28
Ponto Pro Consumer =				491.739,6818	6.708.452,0990	média			
				0,8907	1,5138	desv padrão			
				0,7933	2,2917	variância			
WP	UTM	41	21J	491.770,5421	6.708.451,8250	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:29
WP	UTM	42	21J	491.769,5048	6.708.451,8240	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:29
WP	UTM	43	21J	491.768,9861	6.708.451,8230	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:29
WP	UTM	44	21J	491.768,4675	6.708.451,8230	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:29
WP	UTM	45	21J	491.767,4297	6.708.452,4170	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:29
WP	UTM	46	21J	491.767,4301	6.708.451,8220	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:30
WP	UTM	47	21J	491.767,4306	6.708.451,2280	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:30
WP	UTM	48	21J	491.767,9497	6.708.450,6340	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:30
WP	UTM	49	21J	491.767,4310	6.708.450,6330	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:30
WP	UTM	50	21J	491.766,3928	6.708.451,8220	31/12/1989	00:00:00	29/1/2004	12:30
Ponto Bovisul =				491.768,1564	6.708.451,5851	média			
				1,2273	0,5893	desv padrão			
				1,5063	0,3472	variância			

ANEXO G - Resultados calculados dos pontos extremos da área de quadras em estudo, por georreferenciamento topográfico

Ponto extremo 1: cruzamento da Av. Duque de Caxias com a rua Tiradentes

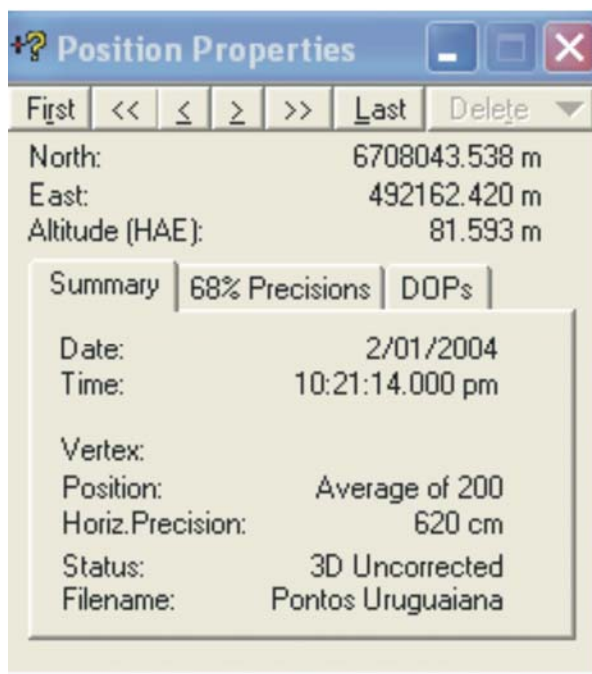


Ponto extremo 2: cruzamento da rua Tiradentes com a rua Sete de Setembro

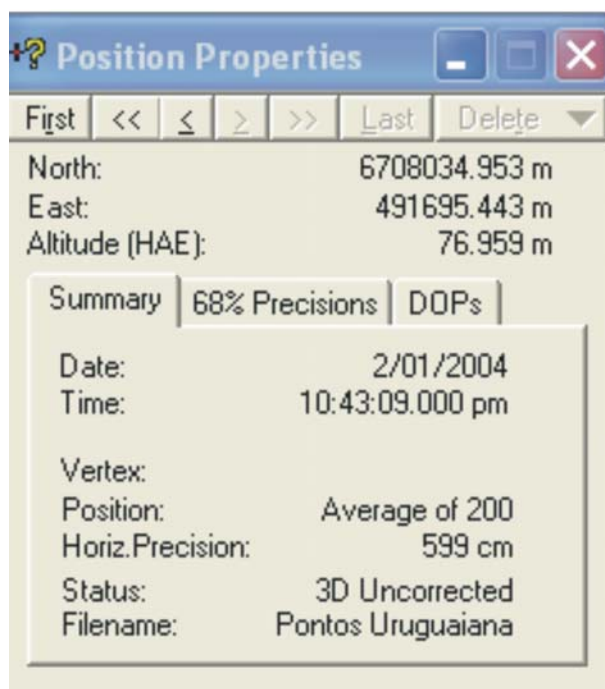


ANEXO G - Resultados calculados dos pontos extremos da área de quadras em estudo, por georreferenciamento topográfico (continuação)

Ponto extremo 3: cruzamento da rua Sete de Setembro com a Av. Pres Getúlio Vargas



Ponto extremo 4: cruzamento da Av. Pres. Getúlio Vargas com a Av. Duque de Caxias



ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
420	Serviços de limpeza, conservação manutenção e reparos de imóveis	1	0,007%
1022	Bar e similares	1	0,007%
1701	Sem descrição	1	0,007%
2001	Almoxarifado	1	0,007%
2005	Açougue e mercearia	71	0,472%
2010	Armazém de secos e molhados	835	5,552%
2015	Bar e lancheria	183	1,217%
2020	Bar, lancheria, sorveteria e confeitaria	104	0,691%
2025	Bazar, armarinho, comércio varejista de material p/escritório, informática, papelaria, e bazar	90	0,598%
2030	Comércio ambulante	29	0,193%
2035	Comércio eletrodoméstico	38	0,253%
2040	Comércio aparelhos de som, imagem e acessórios	11	0,073%
2042	Diversas atividades econômicas	202	1,343%
2043	Comércio de combustíveis, lubrificantes, peças e acessórios, lavagem e lubrificação	1	0,007%
2045	Comércio de artigos artesanais, bijuterias e presentes	89	0,592%
2050	Comércio de artigos de decoração	24	0,160%
2055	Comércio de artigos esportivos	8	0,053%
2060	Comércio de artigos de relojoaria, joalheria e ótica	18	0,120%
2065		1	0,007%
2066	Comércio varejista e atacadista de bebidas	49	0,326%
2070	Comércio de cereais	37	0,246%
2075	Comércio atacadista de produtos alimentícios	101	0,672%
2080	Comércio varejista de calçados, artefatos de couro	59	0,392%
2085	Comércio de combustíveis e derivados petróleo	39	0,259%
2090	Comercio de confecções	468	3,112%
2095	Comércio varejista de artigos de vestuário	89	0,592%
2098	Comércio de artigos diversos e miudezas	224	1,489%
2099	Camelódromo: comércio de artigos em geral	206	1,370%
2100	Comércio de acessórios de baterias	7	0,047%
2110	Comércio de perfumes e cosméticos	35	0,233%
2115	Comércio de madeiras e materiais de construção	28	0,186%
2119	Comércio de artigos de papelarias, jornais, livros e serviços de fotocópias	11	0,073%
2120	Comércio de materiais de construção, ferragens, produtos metalúrgicos, vidros, espelhos e tintas	82	0,545%
2125	Comércio de materiais elétricos e ferramentas	25	0,166%
2130	Comércio de artigos de caça e pesca	7	0,047%
2135	Comércio de produtos agroveterinários, rações p/animais, couros e pele in natura	26	0,173%
2140	Comércio de produtos metalúrgicos	13	0,086%
2145	Comércio de produtos químicos	6	0,040%
2150	Comércio de tintas e acessórios	8	0,053%
2155	Comércio e distribuição de revistas e jornais	42	0,279%
2160	Comércio de veículos, peças e acessórios	24	0,160%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
2165	Comércio de veículos	11	0,073%
2170	Vidraçaria	5	0,033%
2175	Comércio de eletrodomésticos	21	0,140%
2180	Comércio de produtos de combate a incêndio	2	0,013%
2185	Comércio varejista de gêneros alimentícios	71	0,472%
2190	Comércio de lenhas e derivados	5	0,033%
2195	Comércio de máquinas e equipamentos para escritório	16	0,106%
2200	Livraria, comércio de material p/escritório, livraria e papelaria	34	0,226%
2205	Comércio de móveis e eletrodomésticos	32	0,213%
2210	Comércio de peças e acessórios para veículos	79	0,525%
2215	Comércio varejista de pneus, câmaras de ar, recauchutagem de pneus e câmaras	6	0,040%
2220	Comércio de sucatas	8	0,053%
2225	Confeitaria	17	0,113%
2226	Associação	16	0,106%
2230	Farmácia e drogaria, comércio varejista de produtos farmacêuticos	68	0,452%
2235	Fiambreteria	1	0,007%
2240	Floricultura, comércio varejista de plantas e flores	14	0,093%
2245	Fruteira	314	2,088%
2250	Lancheria e similares	109	0,725%
2255	Mercearia e bar	44	0,293%
2260	Padaria	57	0,379%
2261	Serviços de fornecimento de alimentos preparados	3	0,020%
2265	Livraria e papelaria	16	0,106%
2270	Perfumaria e bazar	2	0,013%
2275	Restaurante	65	0,432%
2280	Sorveteria	26	0,173%
2281	Trailer (uso de área)	1	0,007%
2285	Supermercado	22	0,146%
2290	Trailers	122	0,811%
2291	Carro de lanche (trailer)	9	0,060%
2295	Boate, wisqueria	4	0,027%
2298	Trailer	2	0,013%
2300	Bar e restaurante	70	0,465%
2305	Mercado de frutas	167	1,110%
2310	Confecção de calçamento e material de cimento	30	0,199%
2315	Comércio e secagem de arroz	27	0,180%
2320	Comércio de máquinas e equipamentos agrícolas	39	0,259%
2325	Fábrica e moldagem de tijolos e artigos de cimento	12	0,080%
2330	Armazém e fruteira	59	0,392%
2335	Bar e armazém	61	0,406%
2340	Comércio de móveis em geral	15	0,100%
2345	Comércio de produtos químicos, agrícolas e veterinários	10	0,066%
2350	Padaria e lancheria	8	0,053%
2355	Comércio de artigos de vestuário, armazém e bazar	598	3,976%
2356	sem registro	1	0,007%
2357	Comércio varejista de artigos de vestuário	1	0,007%
2360	Artigos diversos	408	2,713%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
2365	Bar e churrascaria	7	0,047%
2370	Depósito e venda de gás	16	0,106%
2375	Venda de aves e derivados	7	0,047%
2380	Comércio de sucos, sorvetes e lanches	14	0,093%
2385	Compra e revenda de leite	2	0,013%
2390	Cigarraria, bomboniére e lanches	23	0,153%
2395	Confecção de calçados e artigos de couro	47	0,313%
2400	Padaria e armazém	31	0,206%
2405	Lancheria e sorveteria	17	0,113%
2410	Armazém e restaurante	1	0,007%
2415	Pizzaria e choperia	14	0,093%
2420	Discos, fitas e equipamentos de som	9	0,060%
2425	Comércio de pescados, carnes e derivados	10	0,066%
2430	Sacaria	2	0,013%
2435	Mini mercado	44	0,293%
2440	Compra e venda de móveis usados	2	0,013%
2445	Fábrica de cilindros e bomba água	4	0,027%
2450	Importação e exportação de frutas	31	0,206%
2455	Indústria e comércio de confecções	17	0,113%
2460	Fornecimento de viandas	2	0,013%
2465	Importação, exportação e comércio de eletrodomésticos e máquinas	41	0,273%
2470	Importação e exportação de couros	5	0,033%
2475	Mercearia	85	0,565%
2480	Fabricação de móveis de madeira	8	0,053%
2485	Fábrica de esquadrias de ferro	5	0,033%
2490	Pastelaria	2	0,013%
2495	Importação e exportação de produtos animais e vegetais	10	0,066%
2500	Fábrica de telas e arames	2	0,013%
2504	Indústria e comércio	9	0,060%
2505	Indústria de couro	4	0,027%
2509	Indústria e comércio de brinquedos	1	0,007%
2510	Fábrica de gelo	1	0,007%
2520	Alimentos congelados e serviços de chá	1	0,007%
2525	Produtos personalizados	1	0,007%
2530	Professor autônomo	14	0,093%
2775	Restaurante	1	0,007%
3005	Academia de ginástica	23	0,153%
3010	Advogado	122	0,811%
3015	Administrador de empresas	7	0,047%
3020	Agente autônomo de investimento	12	0,080%
3025	Agente de turismo autônomo	3	0,020%
3030	Agenciamento autônomo de combustíveis e representação	11	0,073%
3035	Agenciamento autônomo de publicidade e propaganda	35	0,233%
3040	Alfaiate	18	0,120%
3045	Arquiteto	17	0,113%
3055	Assistência técnica administrativa	18	0,120%
3060	Assistência técnica industrial, na área de informática	7	0,047%
3065	Assistência social	2	0,013%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
3070	Barbearia	49	0,326%
3075	Bordadeira	8	0,053%
3080	Concerto de aparelhos eletrônicos	65	0,432%
3085	Contabilista, contador, escritório de contabilidade	73	0,485%
3087	Chaveiro	1	0,007%
3090	Corretor de imóveis	25	0,166%
3095	Corretor de seguros	19	0,126%
3096	Corretor de imóveis e seguros	10	0,066%
3099	Serviços profissionais de biólogos	1	0,007%
3103	Costureira	1	0,007%
3105	Costureira	310	2,061%
3110	Crocheteira, tricoteira	9	0,060%
3115	Datilógrafo, digitador	30	0,199%
3120	Dancing	20	0,133%
3125	Decorador	10	0,066%
3130	Dentista	75	0,499%
3135	Desenhista e projetista	15	0,100%
3140	Despachante de trânsito, despachante aduaneiro	80	0,532%
3145	Diversão pública, shows e bailes	5	0,033%
3150	Economista	1	0,007%
3155	Enfermeiro	12	0,080%
3160	Engenheiro	93	0,618%
3165	Estacionamento e lavagem de veículos	24	0,160%
3167	Mecânico autônomo	1	0,007%
3170	Fisicultor	2	0,013%
3175	Fonoaudiólogo	5	0,033%
3180	Instalador hidráulico	18	0,120%
3185	Instalador de peças e equipamentos radiotécnicos	11	0,073%
3190	Jornalista	1	0,007%
3195	Laboratorista	3	0,020%
3200	Lavagem e lubrificação de veículos	50	0,332%
3205	Leilão	8	0,053%
3210	Marcenaria	20	0,133%
3215	Massagista e estéticas	7	0,047%
3216	Massagista	1	0,007%
3220	Médico	117	0,778%
3225	Mesa de caçapa por módulo	19	0,126%
3230	Mesa de mini snooker por módulo	95	0,632%
3235	Músico	9	0,060%
3240	Nutricionista	7	0,047%
3245	Oficina e marcenaria para construção	23	0,153%
3250	Oficina mecânica	135	0,898%
3255	Orientador educacional	1	0,007%
3260	Pintor letrista e artesanato	9	0,060%
3265	Polidor	1	0,007%
3270	Fisioterapeuta	4	0,027%
3275	Psicólogo	19	0,126%
3276	Posto telefônico	2	0,013%
3285	Relações públicas	1	0,007%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
3290	Representação comercial pessoa jurídica, serviços de assessoria em gestão	346	2,301%
3291	Representação comercial pessoa física	11	0,073%
3295	Salão de beleza	157	1,044%
3296	Cabeleireiro	71	0,472%
3300	Serralheria e esquadrias metálicas	51	0,339%
3305	Técnico em contabilidade	34	0,226%
3310	Informática, técnico de processamento de dados	14	0,093%
3315	Técnico agrícola	7	0,047%
3320	Torneiro mecânico	5	0,033%
3325	Vendedor praticista	70	0,465%
3330	Aramador, alambrador	63	0,419%
3335	Carpinteiro	120	0,798%
3340	Pintor	109	0,725%
3345	Doceira	161	1,070%
3350	Motorista, motorista de táxi	456	3,032%
3355	Pedreiro	263	1,749%
3360	Mecânico, borracheiro autônomo	168	1,117%
3365	Cobrador, serviço de cobrança	25	0,166%
3370	Jockey	22	0,146%
3375	Clube social, associação, sindicato	23	0,153%
3376	Clube de fisiculturismo	1	0,007%
3380	Clube de futebol	14	0,093%
3385	Entidade de assistência social, recreativa e cultural	30	0,199%
3386	Serviços de auditoria e assessoria contábil	15	0,100%
3390	Jogos eletrônicos e fliperama	36	0,239%
3395	Veterinário	17	0,113%
3405	Garçom	9	0,060%
3410	Soldador	10	0,066%
3415	Administração rural	16	0,106%
3420	Faxineira e lavadeira	20	0,133%
3425	Pescador	3	0,020%
3430	Sapateiro	17	0,113%
3435	Escritório	31	0,206%
3440	Fotógrafo	41	0,273%
3445	Eletricista	57	0,379%
3450	Ferreiro	6	0,040%
3455	Jardineiro	10	0,066%
3460	Religiões e similares	17	0,113%
3465	Revenda de produtos de beleza	12	0,080%
3475	Carregador de bagagem	2	0,013%
3480	Ambulatório	3	0,020%
3485	Inseminação artificial	4	0,027%
3490	Cooperativa	36	0,239%
3495	Molineiro	2	0,013%
3500	Cozinheira	3	0,020%
3504	Produtor de mel, hortifrutigranjeiros	2	0,013%
3505	Serviços de escritório	4	0,027%
3510	Zeladoria	4	0,027%

**ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade
(continuação)**

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
3515	Tratador de cavalos	2	0,013%
3520	Pescador	20	0,133%
3525	Estivador	4	0,027%
3530	Oleiro	2	0,013%
3535	Funileiro	7	0,047%
3540	Zootecnista	8	0,053%
3545	Carregador de extintor	5	0,033%
3550	Mecanógrafo	7	0,047%
3570	Vigilante	3	0,020%
3575	Escultor	1	0,007%
3580	Baby sitter, babá	4	0,027%
3585	Lavador de carros	4	0,027%
3600	Armazém de secos e molhados	1	0,007%
3610	Microfilmagem, reprografia e fac-símile	11	0,073%
4005	Administração de bens imóveis	49	0,326%
4010	Administração e incorporação de imóveis	43	0,286%
4011	Intermediação de mercadorias para importação, exportação comercial	3	0,020%
4015	Agência bancária	16	0,106%
4020	Agência de cobrança e informação cadastral	16	0,106%
4025	Agência de emprego	3	0,020%
4030	Agência lotérica	16	0,106%
4035	Agência publicidade e propaganda	79	0,525%
4040	Agência de viagens e turismo	37	0,246%
4042	Comércio de armas de fogo, conserto de arma	1	0,007%
4045	Alfaiataria	2	0,013%
4050	Assistência técnico-industrial	10	0,066%
4055	Atelier fotográfico	21	0,140%
4060	Borracharia	85	0,565%
4061	Borracheiro	3	0,020%
4065	Companhia de seguros	5	0,033%
4070	Boate e similares	20	0,133%
4072	Organização de eventos e espetáculos	2	0,013%
4075	Oficina de chapeamento e pintura de veículos	71	0,472%
4080	Cinema	1	0,007%
4085	Clínica médica	24	0,160%
4090	Clínica odontológica	6	0,040%
4095	Clínica veterinária	10	0,066%
4100	Construção civil, estradas e pavimentação	72	0,479%
4105	Educação pré- escolar	13	0,086%
4110	Corretagem de seguros	8	0,053%
4115	Importação e exportação	79	0,525%
4116	Sem descrição	1	0,007%
4120	Empreiteira de mão-de-obra	421	2,799%
4125	Empresa de vigilante	8	0,053%
4130	Empresa de transporte coletivo	23	0,153%
4135	Estabelecimento de ensino de qualquer grau e natureza	68	0,452%
4140	Escritório contábil e despachante	37	0,246%
4145	Estofaria	36	0,239%

**ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade
(continuação)**

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
4146	Estofaria	1	0,007%
4150	Funilaria	7	0,047%
4155	Hospedaria	33	0,219%
4160	Hospital	1	0,007%
4165	Hotel	23	0,153%
4170	Laboratório de prótese dentária	2	0,013%
4175	Laboratório de análises clínicas	9	0,060%
4180	Laboratório radiológico	2	0,013%
4185	Lavanderia e tinturaria	19	0,126%
4186	Tinturaria	2	0,013%
4190	Locação de bens imóveis	18	0,120%
4191	Serviços de despachos aduaneiros	132	0,878%
4195	Motel	7	0,047%
4200	Oficina auto-elétrica para veículos	29	0,193%
4201	Sem descrição	1	0,007%
4205	Oficina de consertos e comércio de peças	144	0,957%
4210	Oficina mecânica de veículos	122	0,811%
4215	Oficina mecânica, industrial e agrícola	35	0,233%
4220	Pesquisa agropecuária	3	0,020%
4225	Recauchutagem de pneus e artigos de borracharia	25	0,166%
4230	Serviços de táxi	8	0,053%
4235	Serviços de radiodifusão	30	0,199%
4236	Serviços de processamento de dados, provedor da Internet	18	0,120%
4237	Serviços de sonorização, tele-mensagens	6	0,040%
4245	Serviços de instalação elétrica	61	0,406%
4250	Serviços de instalação hidráulica	23	0,153%
4255	Serviços de montagem industrial	15	0,100%
4260	Serviços de pinturas para construção civil	24	0,160%
4265	Serviços de sondagem e perfurações	3	0,020%
4270	Serviços agrônômicos e topografia	7	0,047%
4271	Coleta e entrega de documentos, produtos de farmácia, material escolar e peças de automóveis	1	0,007%
4272	Serviços de dedetização, expurgo e limpeza de caixa d'água	1	0,007%
4275	Serviços de limpeza e dedetização	30	0,199%
4276	Transporte rodoviário de cargas interestadual e internacional	1	0,007%
4277	Serviços de segurança e vigilância em empresas e residências	2	0,013%
4280	Terraplenagem	16	0,106%
4285	Transporte rodoviário de cargas	257	1,709%
4286	Transporte rodoviário de cargas	63	0,419%
4287	Sem descrição	1	0,007%
4288	Treinamento para habilitação	1	0,007%
4290	Venda de automóveis	9	0,060%
4295	Beneficiamento e secagem de cereais	39	0,259%
4300	Buffet	7	0,047%
4305	Serviços gráficos	40	0,266%
4310	Serviços de aviação agrícola	15	0,100%
4315	Oficinas de soldas	14	0,093%
4320	Correaria	4	0,027%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
4325	Comércio, conserto e reforma de peças usadas	10	0,066%
4330	Comércio e extração de areia	5	0,033%
4335	Distribuição de pão	3	0,020%
4340	Manicure e pedicure	29	0,193%
4345	Pedreira	3	0,020%
4350	Artesão	32	0,213%
4355	Carroceiro	14	0,093%
4360	Joalheria, ourivesaria e relojoaria	18	0,120%
4365	Marmoraria	1	0,007%
4370	Remendador de sacos de aniagem	2	0,013%
4375	Vidraçaria e ferragem	2	0,013%
4380	Abate de gado fora de matadouro	2	0,013%
4385	Funerária	4	0,027%
4390	Indústria de artigos de cimento	3	0,020%
4395	Conserto de radiadores e baterias	14	0,093%
4400	Assessoria administrativa, assessoria para importadores e exportadores, consultoria financeira, agricultura, pecuária e agência de empregos	33	0,219%
4402	Serviços de telentrega	5	0,033%
4405	Análise técnica e consultoria administrativa	10	0,066%
4415	Colocação de forração e cortinas	4	0,027%
4420	Administração de consórcio	10	0,066%
4425	Recebimento e depósito de mercadorias	5	0,033%
4430	Fisioterapia	7	0,047%
4435	Ferragem	2	0,013%
4440	Atelier de artesanato	3	0,020%
4445	Escritório de serviços particulares	70	0,465%
4450	Serviços de carga e descarga de mercadorias	63	0,419%
4455	Locadora de fitas de vídeo	28	0,186%
4460	Oficina e conserto de chaves e fechaduras	7	0,047%
4465	Nivelador de taipa	3	0,020%
4470	Detetive particular	2	0,013%
5000	Clínica médica	3	0,020%
5001	Serviços de instalação e preparação de redes telefônicas	6	0,040%
5002	Agente autônomo, tele-mensagem	47	0,313%
5003	Agenciadora de cargas	6	0,040%
6000	Serviços de montagem industrial	3	0,020%
6005	Empreiteira de mão de obra	15	0,100%
6010	Oficina de conserto e comércio de peças	31	0,206%
6012	Comércio de peças e acessórios e serviços de manutenção e reparos de veículos	1	0,007%
6015	Oficina mecânica	43	0,286%
6020	Academia de ginástica	4	0,027%
6025	Transporte rodoviário de passageiros	4	0,027%
6030	Comércio, conserto e reforma de peças usadas	10	0,066%
6035	Representação comercial	17	0,113%
6040	Shows e bailes	6	0,040%
6042	Comércio de mercadorias em geral, importação e exportação	58	0,386%
6045	Ensino de qualquer grau e natureza	11	0,073%

ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade (continuação)

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
6050	Locadora de vídeo	13	0,086%
6060	Com de bicicleta e acessórios	3	0,020%
6065	Hotel e restaurante	8	0,053%
6070	Transporte de cargas, entrega de encomendas	18	0,120%
6072	Sonorização e iluminação de eventos	1	0,007%
6075	Construção civil	3	0,020%
6080	Empreiteira de carga e descarga	10	0,066%
6085	Agência de publicidade, jornal	8	0,053%
6090	Serviços gráficos, impressão de jornais, revistas e livros	17	0,113%
6095	Consertos pneus e câmaras ar	11	0,073%
6100	Recapagem e comércio de pneus	1	0,007%
6105	Serviços de terraplanagem	4	0,027%
6110	Conserto de máquinas e computadores	10	0,066%
6115	Lavagem, lubrificação, garagem e borracharia	8	0,053%
6120	Oficina auto-elétrica de veículos	4	0,027%
6125	Joalheria, ourivesaria e relojoaria	5	0,033%
6131	Comércio de material elétrico e serviços de instalação elétrica	1	0,007%
6135	Instalação hidráulica, elétrica	11	0,073%
6140	Comércio varejista de material fotográfico, atelier fotográfico, vídeo, som e serviços revelação	7	0,047%
6145	Extração e venda de areia	4	0,027%
6155	Locação de veículos automotores	4	0,027%
6160	Serviços de tornearia e serralheria	3	0,020%
6170	Aluguel de box para garagem	6	0,040%
6175	Vendas de esquadrias metálicas e manutenção de silos e armazéns	1	0,007%
6180	Estofaria	2	0,013%
6185	Salão de beleza	3	0,020%
6190	Oficina de chapeamento e pintura veículos	7	0,047%
6195	Administração de bens particulares e representação	1	0,007%
6200	Confecções de placas, painéis, cartazes e pinturas	3	0,020%
6205	Oficina de mecânica industrial e agrícola	7	0,047%
6210	Salpicação de área com defensivos	1	0,007%
6215	Clínica médica	1	0,007%
6225	Comércio de produtos para radiologia	1	0,007%
6230	Serviços de alojamento (motel)	2	0,013%
6235	Agência de viagens e turismo	5	0,033%
6240	Agenciamento de autônomo de combustíveis e representação	1	0,007%
6241	Serviços de representação, manutenção e instalação de bombas, compressores e máquinas de cortar grama	1	0,007%
6245	Serviços de coleta e entrega de documentos	2	0,013%
6250	Comércio e serviços em mármore e granito	2	0,013%
6255	Lavanderia e tinturaria	2	0,013%
6260	Agência de cobrança	3	0,020%
6270	Clinica veterinária	1	0,007%
6280	Agência lotérica	4	0,027%
6285	Administradora de imóveis	1	0,007%
6290	Comércio de material hidráulico e prestação de serviços	2	0,013%
6295	Serviços de processamento de dados	6	0,040%

**ANEXO H - Distribuição das atividades econômicas por tipo de atividade
(continuação)**

TIPO	DESCRIÇÃO	SOMA	%
6300	Assistência técnica, conserto e manutenção de computadores e consultoria de informática	3	0,020%
6305	Serviços de telentrega, cobranças, coleta e entrega de documentos	5	0,033%
6315	Hospedaria	1	0,007%
6320	Escritório de despachos	4	0,027%
6325	Exploração e prestação de serviços em peças	1	0,007%
0	Sem descrição	21	0,140%

ANEXO I - Atividades econômicas na quadra 54 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Lyon Câmbio Turismo	32.050	491.647,3124	6.708.447,6318	Tiradentes
	33.485			Tiradentes
Ponto Trailer		491.675,4585	6.708.447,1310	Tiradentes
Ponto Sem Nome		491.709,3899	6.708.448,9154	Tiradentes
Brique 2		491.716,6541	6.708.451,1902	Tiradentes
Pro Consumer		491.739,6818	6.708.452,0990	Tiradentes
Bovisul	31.136	491.768,1564	6.708.451,5851	Tiradentes
	16.600			Tiradentes
	31.718			Tiradentes
Via Vêneto		491.780,6580	6.708.448,9788	Dom. de Almeida
Agaju Mulher	20.315	491.788,1386	6.708.432,7583	Dom. de Almeida
Agaju Mulher 2		491.792,1314	6.708.433,8301	Dom. de Almeida
Padaria	33.365	491.791,0477	6.708.426,4597	Dom. de Almeida
Cuore		491.786,2824	6.708.417,8959	Dom. de Almeida
Ângela Modas	33.755	491.790,4339	6.708.414,8082	Dom. de Almeida
Telefone Bell	33.496	491.790,3339	6.708.409,6368	Dom. de Almeida
Castanini		491.793,3995	6.708.402,2091	Dom. de Almeida
Foto Castanini 2	34.701	491.790,4439	6.708.401,1371	Dom. de Almeida
	18.881			Dom. de Almeida
Telemoto		491.788,0633	6.708.394,0619	Dom. de Almeida
Telemoto 2	18.149	491.789,7210	6.708.396,7379	Dom. de Almeida
RBS TV	10.994	491.788,5862	6.708.388,2966	Dom. de Almeida
Rádio São Miguel	16.363	491.791,1838	6.708.382,4158	Dom. de Almeida
Modapé		491.789,7493	6.708.358,2802	Dom. de Almeida
Modapé 2		491.787,2063	6.708.360,4778	Dom. de Almeida
Bioquímico		491.788,1469	6.708.351,0274	Dom. de Almeida
Farmácia Carlinhos	14.132	491.783,8719	6.708.310,4872	Dom. de Almeida
Rebeca		491.778,8407	6.708.310,7815	Bento Martins
Modape	32.943	491.768,3139	6.708.308,3962	Bento Martins
Colombo	19.842	491.751,4625	6.708.301,9624	Bento Martins
	15.171			Bento Martins
Crocante	17.346	491.743,5218	6.708.309,2674	Bento Martins
Imobiliária Bellini	5.870	491.739,2677	6.708.310,7522	Bento Martins
	7.393			Bento Martins
Ponto Frio	624	491.737,8668	6.708.311,5826	Bento Martins
Quiosque 1	159	491.732,1110	6.708.309,9157	Bento Martins
Rejuvenescer		491.730,8647	6.708.311,9341	Bento Martins
Favorita	35.307	491.727,4923	6.708.313,6542	Bento Martins
Decimal	20.671	491.716,9180	6.708.305,2060	Bento Martins
Joalheria Suíça	4.276	491.713,0278	6.708.305,6787	Bento Martins
	33.062			Bento Martins
Casual Homem		491.708,1996	6.708.312,0956	Bento Martins
Imaginação	31.011	491.705,6025	6.708.317,3242	Bento Martins
Decimal Brinquedos		491.696,2240	6.708.305,1321	Bento Martins
Decimal Brinquedos 2	31.482	491.705,2498	6.708.303,3548	Bento Martins
Carioquinha	2.878	491.685,5935	6.708.302,6863	Bento Martins

ANEXO I - Atividades econômicas na quadra 54 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matricula(s)	Coord E	Coord N	Face
Carioca	34.016	491.680,1945	6.708.309,4017	Bento Martins
Quiosque 2	35.173	491.674,5937	6.708.308,6220	Bento Martins
Banco Banrisul	5.321	491.645,5341	6.708.328,8692	Bento Martins
Banco Real	5.324	491.650,0353	6.708.343,7327	Duque de Caxias
Atlântida e Ed. Perú	5.904	491.650,7485	6.708.360,9113	Duque de Caxias
	1.708			Duque de Caxias
	11.841			Duque de Caxias
	11.368			Duque de Caxias
	10.452			Duque de Caxias
	31.441			Duque de Caxias
	35.330			Duque de Caxias
	32.663			Duque de Caxias
	18.032			Duque de Caxias
	20.143			Duque de Caxias
	12.233			Duque de Caxias
	31.289			Duque de Caxias
	17.981			Duque de Caxias
	32.633			Duque de Caxias
	16.446			Duque de Caxias
	4.679			Duque de Caxias
	11.031			Duque de Caxias
	5.872			Duque de Caxias
	31.669			Duque de Caxias
	9.284			Duque de Caxias
	33.274			Duque de Caxias
	33.275			Duque de Caxias
	20.633			Duque de Caxias
	8.266			Duque de Caxias
	10.379			Duque de Caxias
	35.291			Duque de Caxias
	35.605			Duque de Caxias
	34.733			Duque de Caxias
	13.479			Duque de Caxias
	7.842			Duque de Caxias
	8.967			Duque de Caxias
	15.972			Duque de Caxias
	4.845			Duque de Caxias
	10.911			Duque de Caxias
	7.115			Duque de Caxias
	15.030			Duque de Caxias
	14.250			Duque de Caxias
	8.961			Duque de Caxias
	10.767			Duque de Caxias
	32.647			Duque de Caxias
	5.891			Duque de Caxias
	4.673			Duque de Caxias
	5.560			Duque de Caxias
	20.034			Duque de Caxias
	33.866			Duque de Caxias

ANEXO I - Atividades econômicas na quadra 54 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matricula(s)	Coord E	Coord N	Face
Mandarino	8.486	491.645,5035	6.708.369,7640	Duque de Caxias
	17.154			Duque de Caxias
Betim		491.640,6667	6.708.387,5923	Duque de Caxias
Tifa		491.647,4027	6.708.396,2162	Duque de Caxias
Tifa 2		491.659,5291	6.708.409,7775	Duque de Caxias
Exclusiva		491.644,2777	6.708.413,7485	Duque de Caxias
Farmácia Carlinhos		491.648,0093	6.708.417,3772	Duque de Caxias
Farmácia Carlinhos 2	1.217	491.663,0924	6.708.430,3474	Duque de Caxias
Super 199	1.973	491.645,4030	6.708.434,7318	Duque de Caxias
	13.245			Duque de Caxias
	35.545			Duque de Caxias
Exclusiva		491.646,3838	6.708.440,9143	Duque de Caxias
Escritório Santana	5.754	491.844,9168	6.708.452,7112	Duque de Caxias
	30.590			Duque de Caxias
Lavanderia Central	13.641	491.849,3242	6.708.454,3789	Duque de Caxias
	19.193			Duque de Caxias
	32.651			Duque de Caxias
	35.349			Duque de Caxias
Salão Nacional	33.423	491.864,8843	6.708.453,8553	Duque de Caxias
Malddins	32.143	491.879,8749	6.708.451,8452	Duque de Caxias
Bomtiver		491.939,8844	6.708.306,9147	Duque de Caxias
Tesourinha	2.080	491.926,3439	6.708.312,1356	Duque de Caxias
Big Festas	32.708	491.918,8203	6.708.316,5288	Duque de Caxias
Sao Jorge	2.268	491.914,2069	6.708.312,9014	Duque de Caxias
	19.799			Duque de Caxias
	33.622			Duque de Caxias
Tudo por 1,00		491.912,1348	6.708.309,3919	Duque de Caxias
Michele Decorações		491.893,9296	6.708.310,3297	Duque de Caxias
Michele Decorações 2		491.889,9438	6.708.299,5080	Duque de Caxias

ANEXO J - Atividades econômicas na quadra 55 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Obino	14.733	491.867,5850	6.708.306,3271	Bento Martins
Joalheria Roma	14.753	491.833,3479	6.708.314,8616	Bento Martins
Joalheria Roma 2		491.826,8175	6.708.308,6166	Bento Martins
Colombo	20.613	491.812,7654	6.708.319,7019	Dom. de Almeida
Banca		491.806,9375	6.708.330,0011	Dom. de Almeida
Foto Doria	9.817	491.803,7676	6.708.338,3781	Dom. de Almeida
Foto Doria 2	31.150	491.798,8491	6.708.397,1013	Dom. de Almeida
Nicola	31.623	491.808,6832	6.708.354,1333	Dom. de Almeida
Nicola 2		491.799,1916	6.708.354,4235	Dom. de Almeida
Sognare		491.802,9707	6.708.364,1151	Dom. de Almeida
Sognare 2	14.648	491.788,9228	6.708.353,7026	Dom. de Almeida
Net Uruguaiana		491.804,2096	6.708.372,0810	Dom. de Almeida
Net Uruguaiana 2	30.821	491.802,9637	6.708.373,6272	Dom. de Almeida
	12.747			Dom. de Almeida
Visão Joalheria	33.672	491.805,2414	6.708.379,6306	Dom. de Almeida
Visão Joalheria 2	33.381	491.798,3969	6.708.377,1885	Dom. de Almeida
Garagem	33.294	491.801,7517	6.708.399,5998	Dom. de Almeida

ANEXO L - Atividades econômicas na quadra 56 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Kit Mineira	33.093	492.012,3863	6.708.459,3113	Tiradentes
Kit Mineira 2		492.021,7250	6.708.455,4545	Tiradentes
Assercontel		492.039,5151	6.708.455,1699	Tiradentes
LEquipe	3.795	492.106,2408	6.708.417,7108	Tiradentes
Adv Tarabini	8.474	492.105,4213	6.708.403,1475	Tiradentes
Trindades Contadores	32.704	492.104,7043	6.708.390,1891	Sete de Setembro
	32.697			Sete de Setembro
Courosul	19.044	492.107,1613	6.708.362,9672	Sete de Setembro
	31.960			Sete de Setembro
	35.412			Sete de Setembro
Miscelânea	32.510	492.109,1866	6.708.359,3428	Sete de Setembro
Pesca Sport		492.107,5310	6.708.353,4572	Sete de Setembro
Super Simone		492.078,0459	6.708.316,5249	Bento Martins
Super Simone 2		492.067,7336	6.708.304,2124	Bento Martins
Adv Nedal	1.420	492.055,0709	6.708.314,9026	Bento Martins
Atacado Simone		492.048,0707	6.708.312,6985	Bento Martins
Novo Café	3.808	492.039,5642	6.708.313,5841	Bento Martins
	32.386			Bento Martins
	35.543			Bento Martins
Santuário Bom Jesus		492.028,8279	6.708.313,9331	Bento Martins
Brasília	19.962	492.023,0715	6.708.313,0374	Bento Martins
	6.739			Bento Martins
Ledrey	35.564	492.017,6789	6.708.311,1928	Bento Martins
Clinica Alma		492.014,6706	6.708.311,3094	Bento Martins
Esmeralda	2.086	492.008,5495	6.708.312,6702	Bento Martins
	41			Bento Martins
Casa Rosa	11.674	492.000,1986	6.708.313,6153	Bento Martins
	1.901			Bento Martins
Iolanda Cabelereira	6.057	491.996,2567	6.708.313,8502	Bento Martins
Quasar	33.508	491.988,8425	6.708.310,3974	Bento Martins
	7.972			Bento Martins
	33.801			Bento Martins
	15.330			Bento Martins
Copy Graphz	31.766	491.975,0991	6.708.309,2590	Bento Martins
JR Cabelereiros		491.961,2347	6.708.332,0740	General Câmara
Yazigi	31.334	491.960,0687	6.708.366,6665	General Câmara
Adv Oton Tarrago		491.963,1672	6.708.385,3922	General Câmara
Adv Oton Tarrago 2	11.147	491.956,2051	6.708.402,1491	General Câmara
Adv Elpidio Costa	17.474	491.966,3209	6.708.399,3032	General Câmara

ANEXO M - Atividades econômicas na quadra 63 de Uruguaiiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Pizzaria Center	18.510	491.783,8223	6.708.307,3954	Bento Martins
Bomtiver	32.528	491.776,8790	6.708.298,4148	Bento Martins
Jade Com		491.772,5215	6.708.299,5410	Bento Martins
Casa Blanca	87	491.768,6865	6.708.295,4364	Bento Martins
	31.003			Bento Martins
Mundo Livros	20.928	491.753,8996	6.708.302,7370	Bento Martins
	13.795			Bento Martins
Rei Bingo	34.941	491.714,7934	6.708.302,7078	Bento Martins
	31.292			Bento Martins
	10.686			Bento Martins
	32.616			Bento Martins
Palácio Enfeites	33.232	491.700,3242	6.708.301,2110	Bento Martins
Atual Informática	4.743	491.681,4983	6.708.299,7113	Duque de Caxias
	33.673			Duque de Caxias
Suply Kids		491.668,4818	6.708.297,6212	Duque de Caxias
Ótica Chiarelli	3.362	491.648,3816	6.708.266,2812	Duque de Caxias
Capeta		491.651,2954	6.708.253,8009	Duque de Caxias
Cartório de Reg. de Imóveis	sem registro	491.651,9273	6.708.241,1407	Duque de Caxias
	33.153			Duque de Caxias
Stop Calçados	34.424	491.652,1419	6.708.231,5115	Duque de Caxias
Virtual	32.774	491.653,1873	6.708.220,6942	Duque de Caxias
	19.488			Duque de Caxias
	9.350			Duque de Caxias
Presentes e Cia		491.650,2875	6.708.214,5103	Duque de Caxias
Casa do Gaúcho		491.645,7333	6.708.201,3717	Duque de Caxias
Rubinella e La Dotta	35.256	491.653,0608	6.708.181,8204	Duque de Caxias
	20.094			Duque de Caxias
	3.371			Duque de Caxias
	32.551			Duque de Caxias
	3.713			Duque de Caxias
	34.700			Duque de Caxias
	30.745			Duque de Caxias
	2.827			Duque de Caxias
	3.370			Duque de Caxias
	1.770			Duque de Caxias
Charme Modas	3.914	491.647,7772	6.708.172,9599	Duque de Caxias
Charme Modas 2		491.655,8291	6.708.155,6707	Duque de Caxias
Previdente Odontologia		491.653,3399	6.708.155,3719	Duque de Caxias
Unimed		491.669,7382	6.708.143,0790	Santana
Unimed 2	33.538	491.674,9287	6.708.137,6135	Santana
	21.035			Santana
	32.593			Santana
	33.538			Santana
	6.034			Santana

ANEXO M - Atividades econômicas na quadra 63 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Galeria	5.357	491.693,0833	6.708.134,7145	Santana
	5.055			Santana
	31.013			Santana
	34.780			Santana
Café com Letras		491.704,8981	6.708.148,5133	Santana
Loja Central		491.731,3508	6.708.145,8599	Santana
Sorveteria Sensação	31.112	491.741,2050	6.708.145,8681	Santana
	33.295			Santana
Cópia Chaves	33.045	491.750,5899	6.708.149,3200	Santana
	32.498			Santana
	13.623			Santana
Versaty	20.440	491.763,4572	6.708.142,6722	Santana
	34.640			Santana
	33.458			Santana
Panvel	3.055	491.802,9126	6.708.160,6521	Dom. de Almeida
Grazziotin		491.809,9030	6.708.176,0521	Dom. de Almeida
Grazziotin 2		491.811,7631	6.708.185,6232	Dom. de Almeida
Flórida	171	491.805,7392	6.708.195,9614	Dom. de Almeida
Flórida 2		491.810,0996	6.708.190,8529	Dom. de Almeida
Sapatolândia	32.531	491.796,7119	6.708.199,9373	Dom. de Almeida
Luci Moda Íntima	2.589	491.796,6116	6.708.265,8562	Dom. de Almeida
	31.945			Dom. de Almeida

ANEXO N - Atividades econômicas na quadra 64 de Uruguaiiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
GBOEx	30.774	491.812,7204	6.708.294,6964	Bento Martins
Assédio Confecções	31.854	491.821,5861	6.708.299,0420	Bento Martins
Farmais Farmácia	3.059	491.826,5150	6.708.296,6682	Bento Martins
Boticário	32.888	491.832,0132	6.708.295,9588	Bento Martins
Detalhes		491.843,1126	6.708.295,5507	Bento Martins
Detalhes 2		491.848,0338	6.708.303,7571	Bento Martins
Manas Presentes		491.849,9089	6.708.292,8808	Bento Martins
CAIXA Econômica Federal	16.160	491.857,6379	6.708.291,3411	Bento Martins
Atacado ZIK		491.869,3039	6.708.296,2238	Bento Martins
Atacado ZIK 2		491.876,6617	6.708.305,9771	Bento Martins
	33.652			Bento Martins
Lotérica Borboleta	4.519	491.878,5344	6.708.298,2514	Bento Martins
Vivo Hiper Centro	887	491.884,7579	6.708.298,7313	Bento Martins
	2.871			Bento Martins
	13.918			Bento Martins
Galu	3.470	491.889,6316	6.708.300,9341	Bento Martins
Moda Brasil		491.898,8637	6.708.300,7625	Bento Martins
Ray Vídeo		491.908,6154	6.708.299,2838	Bento Martins
Supermercado Baklizi	34.576	491.947,0460	6.708.301,0354	General Câmara
Agafarma		491.948,1262	6.708.241,5367	General Câmara
Agafarma 2		491.962,2974	6.708.224,7849	General Câmara
Nicola	18.942	491.947,0131	6.708.202,8999	General Câmara
	33.699			General Câmara
Precisão Ótica		491.949,2250	6.708.156,3608	General Câmara
Benders	15.196	491.921,7391	6.708.153,3681	Santana
Decimal Papelaria e Bazar	33.084	491.906,9068	6.708.152,1093	Santana
Luciana	1.526	491.895,6049	6.708.145,9201	Santana
Zizi Bazar	32.539	491.886,3732	6.708.145,7350	Santana
	1.680			Santana
	11.927			Santana
	14.203			Santana
	30.545			Santana
	34.261			Santana
	33.678			Santana
Beauty Perfumaria	32.544	491.883,8283	6.708.150,5471	Santana
Telemoto		491.875,7872	6.708.153,5734	Santana
Tekila Bar		491.872,0517	6.708.155,2368	Santana
Sorteca		491.864,1208	6.708.149,3439	Santana
Sorteca 2	35.168	491.861,3674	6.708.155,6471	Santana
Claro Cel	32.762	491.858,6794	6.708.143,2771	Santana
Nossa Casa	31.283	491.852,6686	6.708.135,9019	Santana

ANEXO N - Atividades econômicas na quadra 64 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Hotel Glória	7.597	491.816,2592	6.708.136,9454	Santana
Chique no Urtimo		491.811,5561	6.708.184,9692	Dom. de Almeida
Chique no Urtimo 2		491.804,6448	6.708.203,1529	Dom. de Almeida
Galeria Espanha	4.746	491.807,3984	6.708.196,6760	Dom. de Almeida
	18.582			Dom. de Almeida
Barbearia		491.807,2365	6.708.205,2947	Dom. de Almeida
Kaizen	32.039	491.805,2090	6.708.211,7135	Dom. de Almeida
Maria Mar	21.241	491.805,7228	6.708.218,3108	Dom. de Almeida
Big New		491.806,0831	6.708.222,1748	Dom. de Almeida
Lenita Calçados		491.805,7660	6.708.230,1989	Dom. de Almeida
Sarita		491.805,2925	6.708.239,2928	Dom. de Almeida
Mário Jóias		491.800,5734	6.708.238,5166	Dom. de Almeida
Mário Jóias 2	13.961	491.799,4830	6.708.240,2396	Dom. de Almeida
Universal Jeans	3.747	491.806,2711	6.708.248,5663	Dom. de Almeida
	33.477			Dom. de Almeida
Prisma Digital	32.762	491.801,0285	6.708.254,4470	Dom. de Almeida
Kans Confecções		491.799,0530	6.708.260,7461	Dom. de Almeida
Ótica Mario		491.798,9935	6.708.271,2083	Dom. de Almeida
Ótica Mario 2		491.801,5346	6.708.271,4480	Dom. de Almeida

ANEXO O - Atividades econômicas na quadra 65 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Gabi Cosméticos		491.969,9154	6.708.305,2728	General Câmara
Gabi Cosméticos 2		491.962,9851	6.708.278,1030	General Câmara
Sonhart		491.960,7996	6.708.288,0277	General Câmara
Sonhart 2		492.020,6458	6.708.151,1804	General Câmara
Questão		491.954,1719	6.708.272,8073	General Câmara
Tele Recados		491.956,0900	6.708.273,9985	General Câmara
Shampoo Cabelereiros		491.959,8279	6.708.268,9469	General Câmara
Shampoo Cabelereiros 2		491.963,5673	6.708.261,8170	General Câmara
Paladari Restaurante	32.099	491.959,9860	6.708.265,4410	General Câmara
Assessoria Coml. BIMU	32.660	491.961,8541	6.708.264,1346	General Câmara
	20.777			General Câmara
	18.164			General Câmara
Destaque Corretora	2.700	491.963,1712	6.708.235,7225	General Câmara
Ambientare Decorações	34.141	491.963,6552	6.708.211,7683	General Câmara
Dekasa Iluminações	32.568	491.963,5562	6.708.205,2894	General Câmara
	32.567			General Câmara
	9.048			General Câmara
Dy Fashion	35.255	491.965,5303	6.708.200,7149	General Câmara
Adv. Luciane	33.213	491.962,4730	6.708.196,9671	General Câmara
Perfumaria Chanel		491.955,2214	6.708.183,9446	General Câmara
Perfumaria Chanel 2	16.864	491.963,5773	6.708.175,9261	General Câmara
Queops		491.950,3488	6.708.180,1962	General Câmara
Queops 2	3.347	491.962,4900	6.708.173,3098	General Câmara
	15.627			General Câmara
Fioravanti	19.322	491.960,7789	6.708.172,7143	Santana
MeiaLua		491.975,5187	6.708.158,4594	Santana
Meia Lua 2		491.976,3021	6.708.150,9108	Santana
Insight Modas	35.594	491.985,1137	6.708.158,2888	Santana
Entre Linhas		491.988,2810	6.708.153,3566	Santana
Entre Linhas 2		491.981,4367	6.708.150,7968	Santana
	5.237			Santana
	33.494			Santana
Estação do Bebê		491.992,6893	6.708.153,4788	Santana
Estação do Bebê 2	3.701	491.994,7137	6.708.151,1619	Santana
Fioravanti		492.002,5450	6.708.151,4053	Santana
Fioravanti (meio qd) 2		492.010,3298	6.708.144,2186	Santana
Bazar Oriental	18.272	492.008,6642	6.708.152,5985	Santana
DellaNona	33.441	492.012,7106	6.708.151,2342	Santana
Hermes		492.035,1675	6.708.151,6664	Santana
Três Passos	894	492.050,0508	6.708.154,1150	Santana
	3.252			Santana
Hawamleh	34.544	492.058,9716	6.708.153,8835	Santana
	31.204			Santana
	17.125			Santana
Kruger	32.906	492.069,5540	6.708.150,9776	Santana
Toni	32.519	492.080,6017	6.708.150,1531	Santana

ANEXO O - Atividades econômicas na quadra 65 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Stalus	34.835	492.089,7823	6.708.149,1495	Santana
	32.152			Santana
Centro Pintura	31.432	492.103,0068	6.708.150,4069	Santana
Construtora Almeida	6.096	492.106,7839	6.708.163,2487	Sete de Setembro
	6.222			Sete de Setembro
Classiquinha		492.113,4576	6.708.186,9104	Sete de Setembro
Titellus		492.115,3707	6.708.195,3523	Sete de Setembro
Titelus 2	31.028	492.124,2840	6.708.205,7011	Sete de Setembro
Galeria	32.995	492.111,7841	6.708.206,4651	Sete de Setembro
	32.353			Sete de Setembro
	31.734			Sete de Setembro
	31.805			Sete de Setembro
	33.822			Sete de Setembro
	30.961			Sete de Setembro
	32.833			Sete de Setembro
	35.041			Sete de Setembro
	33.394			Sete de Setembro
Hotel Wamosy	11.732	492.110,9965	6.708.220,1377	Sete de Setembro
Livraria Ideal	31.946	492.118,3692	6.708.282,4340	Sete de Setembro
	31.746			Sete de Setembro
	19.598			Sete de Setembro
Damo e Souza		492.114,9494	6.708.277,7952	Sete de Setembro
Prendas	20.590	492.109,7098	6.708.279,5152	Sete de Setembro
Comercial Buenos Aires		492.105,1293	6.708.302,6344	Bento Martins
Ledrey Baby		492.067,1653	6.708.301,0024	Bento Martins
Ledrey Baby 2	16.160	492.070,8513	6.708.295,9526	Bento Martins
	4.121			Bento Martins
Stylus Baby	15.671	492.058,9217	6.708.296,8951	Bento Martins
Sem Nome		492.051,8644	6.708.302,0020	Bento Martins
Ico Bijuterias	33.622	492.032,9848	6.708.303,1180	Bento Martins
Papa Tudo	35.266	492.000,4669	6.708.301,1331	Bento Martins
Objetiva	31.653	491.991,1302	6.708.302,4341	Bento Martins
Moda Íntima		491.983,1953	6.708.301,8340	Bento Martins

ANEXO P - Atividades econômicas na quadra 73 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Padaria Beirute	20.142	491.659,0739	6.708.116,6192	Duque de Caxias
Chalana		491.654,0522	6.708.104,4314	Duque de Caxias
Referência Moda		491.652,8839	6.708.071,5591	Duque de Caxias
Estação das Flores	31.183	491.653,0462	6.708.062,5839	Duque de Caxias
New Face	19.912	491.654,4497	6.708.058,4240	Duque de Caxias
Marcio J Hickmann	32.614	491.652,8477	6.708.050,6363	Duque de Caxias
	6.371			Duque de Caxias
Reunidas Passagens		491.648,1863	6.708.042,1934	Duque de Caxias
Reunidas 2	31.319	491.653,0691	6.708.031,9722	Duque de Caxias
Cor Foto		491.651,4053	6.708.037,5591	Duque de Caxias
Esquina Colchões		491.651,7284	6.708.021,6286	Duque de Caxias
Esquina Colchoes 2	30.548	491.656,5228	6.707.990,9634	Duque de Caxias
SCA Sol Plan	33.353	491.655,1593	6.708.011,1104	Duque de Caxias
Kuka Moda		491.672,9578	6.707.998,5819	Av. Pres. Vargas
Correios Franquia	19.438	491.680,0148	6.707.993,8320	Av. Pres. Vargas
Paraíso Calçados	13.238	491.687,0170	6.707.993,1236	Av. Pres. Vargas
Millenium Academia	32.497	491.721,8693	6.707.992,9714	Av. Pres. Vargas
Marka Imóveis	33.126	491.726,5370	6.707.993,0938	Av. Pres. Vargas
Trajetórias	34.011	491.736,9599	6.707.995,3008	Av. Pres. Vargas
Mavien Modas	19.288	491.755,6295	6.707.997,0383	Av. Pres. Vargas
Batista Móveis		491.761,4914	6.707.995,3190	Av. Pres. Vargas
Gama Motos		491.782,4953	6.707.996,4636	Av. Pres. Vargas
Ico Bijouterias		491.789,6529	6.707.995,7556	Av. Pres. Vargas
Rainha Calçados	19.605	491.793,2227	6.708.007,8247	Dom. de Almeida
Rieling Fotografia		491.793,5807	6.708.014,6605	Dom. de Almeida
Bar Dona Zila		491.794,6151	6.708.018,5249	Dom. de Almeida
Bar Dona Zila 2	3.536	491.801,5076	6.708.025,9006	Dom. de Almeida
	32.005			Dom. de Almeida
Nativa Acessórios		491.796,1640	6.708.028,0960	Dom. de Almeida
Sorveteria Expresso		491.796,0532	6.708.037,7260	Dom. de Almeida
Nossa Casa		491.794,9041	6.708.048,6622	Dom. de Almeida
Bazar Econômico	1.792	491.795,4701	6.708.054,9028	Dom. de Almeida
	13.871			Dom. de Almeida
Ótica Santana	35.161	491.795,6779	6.708.054,4277	Dom. de Almeida
Joalheria Brilhante		491.792,3877	6.708.085,3348	Dom. de Almeida
Casa Nova Armario		491.793,9324	6.708.100,5525	Dom. de Almeida
Casa Nova Armario 2	31.803	491.804,3932	6.708.121,9576	Dom. de Almeida
Souza Magazine	17.554	491.794,3344	6.708.118,2055	Dom. de Almeida
Souza Magazine 2		491.803,6170	6.708.119,6984	Dom. de Almeida
Kattib Magaz Hotel	2.866	491.784,4709	6.708.130,8591	Santana
	20.549			Santana
Gar Bijouteria	31.099	491.773,0055	6.708.135,4870	Santana
Multisom	3.966	491.765,4323	6.708.136,9078	Santana
Lacqua di Fiori	21.062	491.753,7639	6.708.135,3539	Santana
Sami Magazine		491.743,3919	6.708.134,3358	Santana

ANEXO P - Atividades econômicas na quadra 73 de Uruguiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Criativa Digital	31.633	491.738,7238	6.708.134,6890	Santana
	33.922			Santana
	35.490			Santana
	34.351			Santana
Photoarte		491.730,6341	6.708.133,2564	Santana
Unimed	35.289	491.712,7926	6.708.133,4808	Santana
	20.658			Santana
Morangos	11.477	491.677,6777	6.708.137,3184	Santana

ANEXO Q - Atividades econômicas na quadra 74 de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Quero Quero	20.464	491.813,0479	6.708.130,9989	Dom. de Almeida
Quero Quero 2		491.806,6707	6.708.128,1412	Dom. de Almeida
É o bicho		491.814,7238	6.708.108,9479	Dom. de Almeida
É o Bicho 2	12.481	491.798,0290	6.708.101,4471	Dom. de Almeida
Lara Confecções		491.813,5916	6.708.096,9411	Dom. de Almeida
Lara Confecções 2		491.802,7576	6.708.089,2674	Dom. de Almeida
Mega Casino	35.595	491.812,7655	6.708.091,7702	Dom. de Almeida
Cassino 2		491.805,7652	6.708.089,9811	Dom. de Almeida
Top Model	15.672	491.809,0866	6.708.087,1292	Dom. de Almeida
Play Show		491.808,3140	6.708.079,8177	Dom. de Almeida
Play Show 2		491.806,5967	6.708.087,6636	Dom. de Almeida
Loja Magazine		491.809,6154	6.708.073,2802	Dom. de Almeida
Loja Magazine 2	31.780	491.803,6496	6.708.075,2373	Dom. de Almeida
Alto Estilo	14.712	491.810,8634	6.708.068,8825	Dom. de Almeida
	31.780			Dom. de Almeida
	32.460			Dom. de Almeida
Joalheria Vitória		491.809,4250	6.708.050,0389	Dom. de Almeida
Garagem Jumbo		491.807,8218	6.708.043,8569	Dom. de Almeida
SESI Farmácia		491.806,6328	6.708.038,5056	Dom. de Almeida
SESI Farmácia 2	32.965	491.805,0811	6.708.032,8576	Dom. de Almeida
Gramado Móveis		491.812,1355	6.708.031,4959	Av. Pres. Vargas
Gramado Móveis 2	35.209	491.806,8486	6.708.027,2121	Av. Pres. Vargas
Milk Cream Sorveteria	30.708	491.815,7709	6.708.024,8412	Av. Pres. Vargas
Jalila Confecções	20.300	491.812,5619	6.708.015,9227	Av. Pres. Vargas
Thalisman		491.814,7496	6.708.003,0854	Av. Pres. Vargas
Mandala	31.882	491.824,8135	6.707.999,8236	Av. Pres. Vargas
Escola de Informática		491.831,8696	6.707.996,0840	Av. Pres. Vargas
Magazine Oriente	400	491.846,1830	6.707.997,4023	Av. Pres. Vargas
Farmácia Almeida	35.492	491.858,5751	6.708.001,9881	Av. Pres. Vargas
	31.504			Av. Pres. Vargas
Casa Brasileira	1.210	491.864,7544	6.707.991,6511	Av. Pres. Vargas
Fares Turis Hotel	6.713	491.875,5429	6.707.990,4095	Av. Pres. Vargas
Hotel Fares 2		491.883,2162	6.707.993,8033	Av. Pres. Vargas
Frizzo	353	491.896,7400	6.708.011,1102	Av. Pres. Vargas
Escola de Informática e Foto	32.526	491.914,4321	6.708.002,0881	Av. Pres. Vargas
	11.083			Av. Pres. Vargas
Bom Pão Padaria	14.780	491.949,6948	6.708.008,2952	General Câmara
	32.978			General Câmara
	35.270			General Câmara
Farmácia Carlinhos		491.950,2302	6.708.057,0364	General Câmara
Boticário		491.949,4095	6.708.116,2974	General Câmara
Xangrilá		491.950,0744	6.708.129,2561	General Câmara
Realce		491.917,0303	6.708.138,3859	General Câmara
Realce 2	3.915	491.910,0735	6.708.148,0101	General Câmara
	15.277			General Câmara
	18.479			General Câmara

ANEXO Q - Atividades econômicas na quadra 74 de Uruguaiana, RS (continuação)

Nome do ponto	Matricula(s)	Coord E	Coord N	Face
Pajo Modas		491.906,0348	6.708.138,7941	Santana
Pajo Modas 2	32.086	491.903,1755	6.708.148,1241	Santana
	32.468			Santana
	34.730			Santana
	31.858			Santana
Rieling Foto Digital		491.903,1316	6.708.137,1276	Santana
Rieling Foto Digital 2	31.779	491.899,2346	6.708.147,0539	Santana
Karakus		491.901,6799	6.708.136,4133	Santana
Alfaiataria Imperador		491.897,8410	6.708.137,7180	Santana
Restaurante Dom Henrique		491.860,5996	6.708.141,6141	Santana

ANEXO R - Atividades econômicas na quadra 75 de Uruguaiiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N	Face
Stop Calçados	34.424	491.962,3177	6.708.124,5690	Santana
Clínica Odontológica		491.964,0932	6.708.107,6299	General Câmara
Galeria Vitória		491.958,3868	6.708.037,5461	General Câmara
Galeria Vitória 2	30.868	491.976,1705	6.708.045,2878	General Câmara
	32.571			General Câmara
	32.556			General Câmara
	32.680			General Câmara
	825			General Câmara
	3.369			General Câmara
	19.262			General Câmara
	19.973			General Câmara
	35.589			General Câmara
	19.803			General Câmara
	16.194			General Câmara
	17.157			General Câmara
Integral Produtos Naturais	31.687	491.965,4984	6.708.028,9325	General Câmara
Vidal Farmácia		491.968,1058	6.708.009,2001	General Câmara
Casa dos CDs	33.068	491.993,6305	6.707.998,2221	Av. Pres. Vargas
	21.077			Av. Pres. Vargas
Locatelli Calçados	31.839	492.004,7319	6.707.994,6041	Av. Pres. Vargas
Farmácia Faleiro	3.265	492.014,8454	6.707.994,5520	Av. Pres. Vargas
Agroveterinária Montano		492.049,7485	6.707.996,0034	Av. Pres. Vargas
Galeria	2.481	492.113,2656	6.708.091,7543	Sete de Setembro
	3.572			Sete de Setembro
	2.226			Sete de Setembro
	20.619			Sete de Setembro
	30.340			Sete de Setembro
	31.522			Sete de Setembro
	32.052			Sete de Setembro
	31.586			Sete de Setembro
	7.000			Sete de Setembro
	33.987			Sete de Setembro
Loja Confecções		492.090,2076	6.708.134,5275	Sete de Setembro
Casa Flores	32.374	492.019,1487	6.708.141,4313	Sete de Setembro
Loja Confecções		492.007,4295	6.708.138,5106	Sete de Setembro

ANEXO S - Atividades econômicas caracterizadas como padarias em qualquer ponto da cidade de Uruguaiana, RS

Nome do ponto	Matrícula(s)	Coord E	Coord N
Teixeira e Brum Ltda	35.090	493.217,4123	6.707.982,8671
Colpo e Melo Ltda	30.320	493.264,3485	6.707.983,1333
MBM Panificio Ltda	20.274	491.608,8244	6.707.969,5866
Sem Nome	16.352	491.294,8518	6.708.290,9758
Nilva Fagundes Maia	3.029	490.881,0491	6.707.939,7721
OB Medeiros e Cis Ltda	17.423	490.917,2238	6.707.971,5425
CV Medeiros e Irmãos Ltda		491.122,3793	6.707.209,8640
Divania	32.901	491.204,8955	6.707.200,8944
Rejane Victorino Claus	34.990	491.653,9078	6.707.257,2911
Fernando C F Pires	1.466	493.404,5665	6.707.842,9369
Benites Moreira Ltda	34.725	493.201,6212	6.707.342,1520
Cleusa S Lepkoski	35.337	493.198,4173	6.707.323,3669
Clori Stivanin	35.501	493.213,1200	6.706.939,2746
Mercadorama Ltda	3.053	491.520,5044	6.706.395,6066
	18.709		
Marcia A P Wruck	31.376	491.837,2730	6.706.494,3947
Arnildo T Rockembach	33.160	491.967,8294	6.707.240,2841
Zeli C Medeiros	3.499	492.608,2325	6.707.108,5914
Panificio Itália	30.553	490.698,6549	6.705.814,1618
José Bonini Silva	14.780	491.942,3602	6.708.038,5450
Palácio das Delícias	17.987	492.280,8879	6.706.895,2178
Paulo R B Alves		492.836,7423	6.706.920,2561
Paulo A G Moreira	30.710	492.647,9464	6.705.865,6658
Maria C M Jorge	32.376	492.268,4213	6.706.176,8160
Padaria Bom Jesus		492.428,5144	6.706.610,8981
José Cabreira Silva	2.310	493.420,2858	6.706.164,1219
Carlos B Sotelo		494.245,7444	6.706.908,8876
Waldemar P S Costa	33.992	494.928,7573	6.707.398,0524
Benites Moreira	34.725	495.106,6418	6.707.393,1986
N J Quadros		493.689,2964	6.707.837,5736
Jair D Santos	31.831	493.911,4925	6.707.618,3636
Alexandre Chamorro		494.009,9902	6.707.499,0018
Rosana M Cavalin		493.022,2500	6.708.148,7619
Claudio C Medeiros	18.423	492.487,1457	6.708.796,1897
	2.066		
	2.634		
Distribuidora Bené	846	492.420,8372	6.708.828,7784
Ana Paula C Petry		492.243,7549	6.708.914,0708
	18.962		
Mascia Ltda	32.073	492.183,3624	6.708.124,9044
Oliveira Palma	33.806	492.261,8940	6.708.111,5257
Décio Scheid		494.338,6271	6.704.959,8926
Dilma Benites		494.270,5903	6.704.879,3165
Sônia M S Chamorra		493.911,2230	6.704.977,2023
Adair S Quadros		493.544,3199	6.705.078,2548
Neli F M Dutra		489.837,7070	6.705.513,0327